



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA – DAP  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA –  
PIBIC**

**VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO  
DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO  
PODER LOCAL**

**Bolsista: Saadya Jezine da Silva, CNPq**

**MANAUS**

**2009**



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA – DAP  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA –  
PIBIC**

**RELATÓRIO FINAL**

**PIB-H/0044/2008/CNPQ**

**VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO  
DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO  
PODER LOCAL**

**Bolsista: Saadya Jezine da Silva, CNPq**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski**

---

Saadya Jezine da Silva

Bolsista – CNPq

---

Antonio Carlos Witkoski

Orientador

**MANAUS – 2009**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Conceito Sociológico de Questão Agrária.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Conceito Sociológico de Reforma Agrária.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Conceito Sociológico Lideranças.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 Conceito Sociológico de Poder.....</b>	<b>26</b>
<b>2.4.1 Poder Político.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4.2 Carisma.....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.3 Conflito.....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.4 Grupos de pressão.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4.5 Mobilização política.....</b>	<b>31</b>
<b>2.5 Conceito Sociológico de Representações Sociais.....</b>	<b>32</b>
<b>2.6 Conceito Sociológico de Associativismo.....</b>	<b>32</b>
<b>3 RESULTADOS FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 Área de estudo: caracterização dos municípios.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.1 Município de Anori.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1.1.1 Contextualização histórica.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1.1.2 Estrutura fundiária de Anori: terras federais, municipais e estaduais.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1.1.3 Situação fundiária e “demandantes de terra”.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1.1.4 Programas/Projetos desenvolvidos em Anori.....</b>	<b>61</b>
<b>3.1.1.5 Poder executivo instituído de Anori.....</b>	<b>64</b>
<b>3.1.1.6 Poder parlamentar.....</b>	<b>66</b>
<b>3.1.1.7 Sociedade civil organizada de Anori: suas reivindicações.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.1.8 Práticas da sociedade civil não-organizada: os coletivos informais.....</b>	<b>77</b>
<b>3.1.2 Município de Silves.....</b>	<b>80</b>

<b>3.1.2.1 Contextualização histórica.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1.3 Município de Itacoatiara.....</b>	<b>86</b>
<b>3.1.3.1 Contextualização histórica.....</b>	<b>86</b>
<b>3.1.4 Situação fundiária e “demandantes de terras” – Itacoatiara e Silves.....</b>	<b>96</b>
<b>3.1.5 Terra e poder: configuração da política fundiária.....</b>	<b>107</b>
<b>3.1.6 Programas e Projetos desenvolvidos em Itacoatiara.....</b>	<b>111</b>
<b>3.1.7 Cartografia do poder local de Itacoatiara e Silves.....</b>	<b>114</b>
<b>3.1.8 Configuração política e representatividade do estado.....</b>	<b>118</b>
<b>3.1.9 Configuração política e representatividade da sociedade civil: considerações sobre as organizações sobre as organizações sociais locais.....</b>	<b>123</b>
<b>3.1.10 Caracterização e aspectos das organizações socais formais.....</b>	<b>130</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>138</b>
<b>CRONOGRAMA.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

Para Ávila e Leite (2007), a elevada concentração da propriedade de terra e a necessidade de realização de uma reforma agrária são questões que permeiam o debate político brasileiro desde as primeiras décadas do século passado, e chegou a ganhar força anteriormente ao período do golpe militar de 1964.

Em decorrência deste processo, durante a ditadura, os movimentos sociais pró-reforma agrária foram duramente reprimidos. Um exemplo concreto foi à criação do Estatuto da Terra<sup>1</sup> em novembro de 1964, que previu medidas na direção de um programa de distribuição de terras, no qual privilegiou apenas os instrumentos de políticas voltadas à modernização tecnológica da agricultura, favorecendo somente uma minoria social.

No Estado do Amazonas, o problema fundiário se assinalou de modo semelhante aos outros estados do Brasil, pois a desigualdade e a injusta distribuição de terras foi o gerador para tal indignação impregnada no espírito de luta do trabalhador rural.

Esse período se caracterizou pelo reducionismo de políticas agrárias, juntamente com a repressão que se instaurava durante o regime. Porém, o descontentamento dos trabalhadores rurais sem-terra culminou no revivamento de um espírito de luta social.

[...] da perspectiva do pensamento reformista latino-americano dos anos 50 e 60, a reforma agrária era concebida como um processo social inserido em um movimento global de transformação da sociedade e direcionado a três objetivos estratégicos: a ruptura do poder político tradicional (democratização), a redistribuição da riqueza e da renda (justiça social) e a formação do mercado interno (industrialização). No caso brasileiro, as transformações ocorridas no campo durante as décadas de 60 e 70 [...] e o marco político-ideológico que se consolidou [...] conduziram a um progressivo reducionismo na concepção da reforma agrária, que foi redefinida [...]

---

<sup>1</sup> O Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias em casa país.

como um instrumento de 'política de terras'. A 'revolução agrícola' [...] 'desativou' o significado econômico clássico da reforma (a formação do mercado interno), contribuindo assim para a afirmação da concepção reducionista (MARIA DA CONCEIÇÃO, 1996, p.5).

Somente em meados dos anos 80, durante o processo de democratização do País, retorna o fôlego da reforma agrária no Brasil, presente na nova estrutura administrativa do governo federal, a partir da criação do Ministério de Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), que passou a realizar funções antes destinadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do governo brasileiro que administra a questão agrária no Brasil.

Diversos programas de linhas de crédito foram criados com o intuito de beneficiar muitas famílias e agir de maneira sistemática e descontínua. Porém, no período de 1993 a 1998, a linha de crédito criada passou a apresentar dificuldades para viabilizar econômica e socialmente os assentamentos da reforma agrária.

O governo buscava através dos projetos e programas, avançar nas realizações do setor de reforma agrária e recompor parte do corpo burocrático e das ações da malha pública. Porém, mesmo obtendo alguns resultados bons, diante da demanda por terras dos trabalhadores rurais, e a necessidade que os mesmos tinham para o seu sustento, os resultados adquiridos se tornaram insatisfatórios, pois precisava-se de uma política mais agressiva e emergente.

Diante da luta por terra no País, a organização dos movimentos sociais ganhou força e seus ideais se fixaram juntamente com as suas necessidades, tornando a realização de programas e projetos importantes para a consolidação da luta camponesa.

No governo do presidente Lula, em 2002, as propostas não foram distintas de seus sucessores, portanto a reforma agrária foi um dos compromissos da campanha, tendo dois eixos centrais: massificar o assentamento de famílias e levar qualidade aos

projetos de reforma agrária, complementando a infra-estrutura e assistência técnica naqueles já implementados.

Em novembro de 2003, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o espírito de dar continuidade e melhores resultados a um projeto anteriormente proposto no governo do FHC, mas diante de tal fato, esse projeto poderia ter indicado um maior compromisso governamental com o tema. Porém, o Plano não rompeu com as políticas anteriores, embora tenha posto o assentamento de um número de família maior do que aquele realizado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Ávila e Leite (2005), o plano não apresentou o resultado que se esperava, pois apresentou dificuldades administrativas e, particularmente jurídicas, de operacionalizar o processo de desapropriação de terras ocupadas e modificação nos índices de produtividade que informam se os imóveis rurais brasileiros são ou não passíveis de desapropriação.

Porém, mesmo diante desses resultados, em contraposição, os avanços foram observados na dotação de recursos para gastos com a função orçamentária do setor agrário, particularmente na arrecadação de terras, no reconhecimento de populações nativas e comunidades tradicionais, além dos instrumentos relativos às demandas dos movimentos de mulheres.

Com esses recursos destinados a essas populações e a esses movimentos, o processo de transformação social ganhou mais vitalidade, pois funcionaram como instrumentos de resistência frente ao reconhecimento que o Estado iniciava nesse momento.

Segundo Ávila e Leite (2005), outro ponto fundamental para a obtenção de políticas efetivas para o desenvolvimento da reforma agrária e principalmente para a conformação de assentamentos é atender as singularidades das regiões e as

especificidades que cada grupo social representa para a formulação de uma proposta que acabe com a idéia de um modelo único de assentamento em todo o País.

Para as populações tradicionais, principalmente em Anori e Silves, uma proposta que atendesse as singularidades dos trabalhadores rurais se tornou a base fundamental para melhores condições de vida, pois representou um alvitre importante na construção social dessa classe labutadora

Em Anori, Itacoatiara e Silves, esse processo não ocorre com características distintas dessas apresentadas anteriormente, pois esses municípios se encontram no estado do Amazonas, e em Anori, os agricultores anseiam por uma regularização fundiária, baseada no reconhecimento de suas atividades e da necessidade de obtenção de terra para desenvolvê-las, em Itacoatiara os agricultores demandam por terras, mas no município não existe um espaço para desenvolver essas atividades, portanto, partindo de uma demanda própria dos trabalhadores rurais, atrelados ao espírito de liderança e organização social que eles possuem, surgiu então a importante participação de Silves e os atores sociais que se inserem nessa questão, pois a consolidação de um assentamento para esses trabalhadores se dará no município de Silves, juntamente com alguns labutadores que já se encontram na área e em que o assentamento se efetivará.

Em Anori, o processo de regularização fundiária se tornou essencial para o reconhecimento da classe rural trabalhadora, pois além de ter como proposta essa regularização, o município acredita que diante desse processo, alcançará melhores condições de vida para os camponeses.

Em Silves e Itacoatiara, o processo de regularização fundiária foi prioritário, pois a necessidade que certos trabalhadores rurais tinham de se ter a terra para labutar, encadearam num processo de organização social para atender seus anseios.

---

No Brasil, um programa importante iniciado com o objetivo de estimular o acesso a terra via mercado foi implementado sem provocar maiores debates políticos, apesar de sua ampla divulgação no plano local. As entidades patronais prontamente apoiaram a política.

No entanto, à medida que esse projeto de consolidava, as reações se iniciavam, tendo como principais porta-vozes o MST, a Contag, a Comissão Pastoral da Terra e o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA).

Para Heredita (2005), através desses movimentos, a reforma agrária passou a representar não apenas uma questão econômica, mas de cunho social. Dessa maneira, novos atores sociais foram criados e com isso, reconhecidos, resgatando a dignidade de uma população historicamente excluída.

Em muitos lugares, frente às lutas que os assentados tiveram ao longo dos anos, acabaram por obter um reconhecimento social e político ante aos demais grupos sociais, porém, suas lutas só foram reconhecidas através de muito esforço, organização e aversão as imposições feitas pelas elites. E mesmo diante de tais fatos, o seu reconhecimento só se efetivou mediante alguns grupos sociais.

---

Foram comuns os depoimentos sobre o sentido do que é ser assentado, principalmente nas áreas onde predominavam as monoculturas e as relações de poder que as marcam. Não pagar renda da terra, sentir-se liberto, senhor de seus passoaos e capacitado para controlar sua vida, deixar de ser escravo, foram elementos recorrentes nas falas dos assentados quando contrastam o passado com o presente. Por mais que este seja prenhe de dificuldades, o acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida e melhora (HEREDITA, 2005, p. 40).

Ainda que as experiências de reforma agrária e de luta pelo acesso à terra sejam fortemente diferenciadas no tempo, no espaço e nos contextos econômicos, políticos,

sociais e culturais nos quais foram geradas, os resultados devem ser compreendidos numa abordagem mais ampla do desenvolvimento onde pesam variáveis como a conquista de autonomia por parte das famílias beneficiárias, a melhoria nas condições de vida, emprego e renda, e o reconhecimento dos direitos de um conjunto variado de atores relacionados a terra e aos recursos naturais, bem como a presença das mulheres nesse cenário.

No município de Anori, existem associações nas quais as mulheres trabalhadoras do campo são representadas, e através dessas organizações, seus anseios de lutas sociais são desenvolvidas, gerando o reconhecimento do poder local e até municipal, atendendo suas reivindicações e desenvolvendo suas lutas sócio-trabalhistas.

Em torno disso, a questão agrária necessita se caracterizar principalmente do prestígio de diversas classes sociais frente a essas lutas e da capacidade de organização que os trabalhadores rurais detêm.

No entanto, é importante ressaltar que o problema agrário não é apenas conflitos em torno da terra, da população ou da construção de obras públicas, mas também da assistência governamental nas situações de calamidade, da proteção do meio ambiente, da fixação de preços agrícolas, das negociações relativas ao comércio exterior, da tecnologia e assistência médica, ou seja, de condições mínimas, porém humanas, para a sobrevivência do trabalhador rural no campo.

Diante disso, afirmamos que a reforma agrária não é feita apenas pela distribuição justa da terra, mas pelas variáveis que dentro desse aspecto funcionam como infra-estrutura para o progresso dos trabalhadores rurais, e resultam no desenvolvimento, não apenas de uma classe trabalhadora rural, mas de toda a sociedade que mesmo de maneira indireta participa desse processo de valorização do campo.

Segundo Leite (2007), uma política como a reforma agrária opõe explicitamente “ganhadores” e “perdedores” e, portanto, constitui-se em fonte geradora de novos conflitos. Nessa ordem, o conflito se torna um elemento próprio ao processo de desenvolvimento.

Entretanto, os conflitos sociais podem ser vistos de uma maneira otimista pelos que buscam a justiça social, pois mais do que conflitos, eles representam a resistência de um povo contra a subordinação da sua classe, a busca por uma sobrevivência através de um trabalho digno. E por fim, a sua capacidade de organização, o reconhecimento dos seus direitos e as conquistas que lhes são alcançadas.

Em linhas gerais, é por se tratar de uma questão retomada por interesses econômicos e sociais que a luta pelo acesso à terra e a sua implementação, seja ela parcial ou integral de políticas de distribuição de ativos fundiários, é consideravelmente acompanhada de grandes conflitos políticos e projetos de reforma agrária, onde são constitutivos desse próprio processo.

Porém, segundo Ávila e Leite (2005), para que os projetos de reforma agrária tenham efeitos mais significativos sobre a vida dos novos beneficiários, à redistribuição fundiária deve se seguir de políticas de apoio aos assentados, como a criação de infraestrutura e de serviços, crédito para a produção, assistência técnica, dentre outros mecanismos. Essas medidas adicionais são fundamentais e nem sempre são implantadas, impedindo, em alguns casos, que a reforma agrária possa resultar efetivamente em justiça social ou em aumento da produtividade agrícola.

Esse processo de democratização do campo deve possibilitar a emergência de novas lideranças, garantindo a cidadania e autonomia política, viabilizando a organização de camponeses e agricultores familiares, dando-lhes poder por meio de

associações e cooperativas, retirando de intermediários e comerciantes o poder de determinar os preços dos produtos e insumos agrícolas.

Em certa medida, essa organização pode resultar em processos de desenvolvimento mais amplos, não se limitando única e exclusivamente ao crescimento da atividade produtiva, levando à legitimação de uma ampla camada de agricultores que não se identificam com as estratégias do setor empresarial e patronal, e que é historicamente ignorada pelo setor público.

Portanto, essa ação não se trata de um processo aleatório de transformação, mas de uma mudança na estrutura agrária pela intervenção do Estado. Tal fato resulta da existência de demandantes por terra (camponeses, trabalhadores sem-terra etc.) que se vêem impedidos, de algum modo, de acessar os recursos fundiários para garantir a reprodução social e econômica da sua família.

Esse conflito constitui um elemento importante no processo, sendo em boa medida responsável pela própria atuação do Estado, que tem como objetivo a intervenção a partir da pressão ocasionada pelos trabalhadores sem-terra e camponeses.

De Jenvry e Sadoulet (2005), afirmam que o acesso à terra é fundamental para o desenvolvimento econômico, redução da pobreza e também para a melhoria da sustentabilidade ambiental. Para eles, a terra não é apenas um fator de produção, mas de riqueza, prestígio e poder. Assim, a sua distribuição ocasionaria não apenas um aumento dos ativos econômicos detidos pelos mais pobres, como também o aumento no poder político e na participação social, gerando dessa maneira, uma maior criação de movimentos sociais.

Choncol (2005) e Palmeira e Leite (1998) chamam a atenção para o fato de que as transformações da agricultura não se limitam simplesmente às modificações da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, mas carregaram paralelamente os efeitos de

um conjunto de outros processos sociais relativamente autônomos, como a afirmação política do campesinato, a intervenção do Estado no setor rural, a migração rural-urbana, a organização e representação dos interesses de diversos atores sociais.

Diante desse contexto, se inserem como atores sociais, em particular a Igreja Católica, os Movimentos Sociais e as Organizações Não-Governamentais que estão diretamente relacionados com o tema, bem como a emergência dos assentamentos rurais no período mais recente.

Nesse sentido, é necessário que se compreenda os espaços possíveis de atuação dos movimentos sociais que clamam por justiça social. No Brasil, o papel cumprido pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por movimentos sociais são importantes para o questionamento da divisão injusta da terra.

No âmbito da sociedade civil, os principais atores que tem impulsionado a reforma agrária brasileira são os movimentos sociais, especialmente MST e Contag. Porém, há também um grande número de movimentos pela terra que vêm surgindo a partir de dissidências com MST e Movimento Sindical, ou mesmo ligados a partidos políticos, às vezes com dificuldade de diálogo entre si, abrindo um campo de disputas em torno do problema fundiário.

Outro ator importante é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma das principais referências no que se refere ao combate à violência no campo, mas também em alguns estados ativa nas ocupações de terra.

Para Martins (2004), esses movimentos sociais nasceram frutos de um período de anomalia, decorrente no processo histórico de um país moderno. Além de ter sido observado como um fato novo, destacou-se por ser historicamente positivo.

Esse processo se iniciou com a tardia visibilidade da questão agrária como problema social no Brasil, e passou a se manifestar como um

problema de quem não tem problemas, das carências políticas e da falta de consciência da classe média, passando a caracterizar a questão agrária como um problema institucional e cíclico, e não somente agrário.

Para ele, essa questão explodiu como recorrente problema social apenas no último meio século, aparecendo como ações defensivas e teve dois momentos significativos. O primeiro se originou com o aparecimento das Ligas Camponesas<sup>2</sup>, nos anos 50, onde a demanda popular foi incorporada pelo Estado. E o segundo foram os conflitos de indígenas e posseiros na Amazônia Legal<sup>3</sup>, sobretudo a partir dos anos 70, com amplo deslocamento da frente pioneira, que na falta de canais partidários de expressões das tensões sociais, durante a ditadura, foi incorporada pela Igreja através da Pastoral da Terra.

É diante desse processo que se insere a CPT e os demais movimentos na região norte, que funcionam como auxílio para as questões agrárias, através de alianças fortes (como a Igreja) para que possam gerar alternativas para a resolução dos problemas dos trabalhadores rurais sem-terra.

Fundada em plena ditadura militar, a Comissão Pastoral da Terra, surgiu como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, principalmente na Amazônia, tendo um importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade do regime militar que se instaurava no Brasil. A Comissão nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e porque a Igreja possuía uma certa influência política e cultural, exercendo algum poder, mesmo na ditadura.

---

<sup>2</sup> As ligas camponesas constituíam uma entidade que organizava os camponeses em torno da luta pela reforma agrária, no sertão pernambucano.

<sup>3</sup> A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica e, conseqüentemente, possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica. Com base em análises estruturais e conjunturais, o governo brasileiro, reunindo regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica, instituiu o conceito de Amazônia Legal.

Em cada região, o trabalho da Comissão adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava, sem perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. Para a CPT, o homem do campo é quem define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas, a comissão apenas o acompanha.

Portanto, a ação pastoral das igrejas é essencialmente um modo de viabilizar a procura de saídas por parte das vítimas das situações sociais adversas. E isso só é possível mediante a criação de condições para o desenvolvimento de uma consciência social fundamentada e adequada das causas, dos problemas, e das possibilidades de sua superação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diferente do CPT, é um movimento social brasileiro de inspiração marxista cujo objetivo é a implantação da reforma agrária no Brasil. Teve origem na aglutinação de movimentos que faziam oposição ou estavam insatisfeitos com o modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente na década de 1970, o qual priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.

As suas principais atividades consistem na ocupação de terras improdutivas como forma de pressão pela reforma agrária, e a reivindicação quanto a empréstimos e ajuda para que realmente possam produzir nessas terras. Para o Movimento, é muito importante que as famílias possam ter escolas próximas ao assentamento, de maneira que as crianças não precisem ir à cidade e, desta forma, fixar as famílias no campo.

Para Martins (2004), sem dúvida, a CPT e o MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão agrária na questão política do Estado brasileiro.

Porém, para o estudioso, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra perderam o controle do seu projeto de transformação da estrutura agrária, porque seus princípios e concepções redutivas da política permitiram seu reconhecimento como movimentos de cunho político, ou donatários políticos da vontade dos pobres da terra.

Querer fazer uma revolução sem dela participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política, nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político (MARTINS, 2004, p.11).

Essas instituições, o MST e a Igreja, anulam sua própria conquista ao exigirem o seu reconhecimento como protagonistas políticos legítimos e, ao mesmo tempo, ao se recusarem a reconhecer a legitimidade institucional e das ações do governo e do Estado.

No entanto, não somente por esse motivo, mas por várias razões, essas organizações estão perdendo a luta pela reforma agrária, que não se limita a essas instituições apenas mediadoras, pois esse processo passa pela incorporação da reforma ao programa político do governo e por seu reconhecimento pela ação do Estado. E não se limita, apenas à questão da redistribuição da terra.

A viabilidade da luta pela terra depende essencialmente de que ela se converta em luta pela reforma agrária. Depende, portanto, de que a ação dos seus protagonistas ganhe sentido na viabilização política de uma reforma social que envolve necessária e obrigatoriamente o Estado e os partidos políticos e envolve portanto, um pacto em favor da reforma (MARTINS, 2004, p.41)

Segundo Martins (2004), o MST e as igrejas, e não somente a CPT, vão ficando fora do amplo processo da reforma agrária conduzida pelo Estado, pois estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória. Aquilo que, de fato, justificaria sua existência.

No entanto, esses movimentos fizeram renascer o espírito de conquista nos trabalhadores rurais sem-terra, pois através deles que eles encontravam apoio, e foi certamente diante dessa vontade, de alcançar os seus ideais que em muitos lugares essas manifestações tomaram voz.

A fundação de organizações sociais, como cooperativas, associações e demais formas de participação social, demonstrou a possibilidade de se unir em prol de uma questão estritamente agrária, mas que envolvia vários setores, como a educação, a saúde, alimentação e outros fatores que estão diretamente ligados a questão da terra.

Porém, essa luta, não demonstrou apenas a capacidade que os trabalhadores rurais tinham de se organizar, pois, para os camponeses, a luta social representou a busca por melhores condições no campo.

Para os movimentos sociais, a idéia de condições humanas no campo ocorre através da educação, saúde, transporte e demais outros fatores que contribuem para a melhoria de vida na área rural, porém, sem perder a sua dignidade, na qual os camponeses lutaram anos para conseguir e somente através do trabalharam alcançaram.

Diante disso, a fundação de associações e cooperativas, representou muito mais que a capacidade de organização. Para os trabalhadores, ela concebeu a dignidade à eles, a esperança de serem cidadãos com direitos e deveres iguais diante de todas as outras classes sociais.

Em síntese, a política de colonização da Amazônia, posta em prática pela ditadura instalada no Brasil desde 1964, contribuiu para a busca de ações diante da indignação imposta nesse período, e a capacidade de organização social dos trabalhadores rurais foi determinante para os bons resultados dessa imposição.

Esse período recoloca dois problemas importantes, encadeados: a questão da terra e do trabalhador rural sem terra. Essa colonização, dirigida na Amazônia, pode

expressar um aspecto fundamental da política que favorece a monopolização as terras – devolutas, tribais e ocupadas – pelos grandes negociantes, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, nacionais e estrangeiros.

Portanto, para se compreender esses processos transformadores que resultaram na demanda por terra nos Municípios de Anori e Silves é necessário que se faça através de procedimentos metodológicos, compreendidos como instrumentos necessários à construção do objeto. Deste modo, a pesquisa de campo e a etnografia foram procedimentos relevantes para a descrição e a interpretação da cultura dos sujeitos envolvidos no estudo. O foco da análise direcionou-se para o significado simbólico da vida em coletividade.

E por meio da perspectiva etnográfica e da observação participante, foi possível fazer um trabalho de campo cumprindo seus requisitos básicos: 1) registrar a organização social e religiosa em um esboço claro e interpretativo; 2) perceber mediante uma observação minuciosa a dinâmica social do local.

De acordo com Oliveira (1998, p. 52) o método formado pelas “faculdades do conhecimento” - o olhar, o ouvir e o escrever - consistem em garantir o melhor uso dos dados observados. O olhar visa observar tudo o que está ao redor; o ouvir é a compreensão do que foi observado (o olhar e o ouvir são partes da primeira etapa); o escrever é a configuração final do produto do trabalho (o escrever seria a segunda parte).

Assim, o pesquisador ao direcionar o trabalho de campo, deve estar preparado e com os sentidos cognitivos (visão e audição) treinados teoricamente para perceber a realidade social. E a escrita como última etapa da pesquisa, tem sua relevância, pois, os dados ao serem sistematizados, ganharão sentido e darão visibilidade interpretativa a todas as impressões percebidas em campo. Esse é o trabalho cristalizado do pesquisador, que

se tornará público, ao revelar com princípios éticos o conhecimento e a história de vida da sociedade estudada.

Através dessa metodologia, essa pesquisa fez um diagnóstico sociopolítico levando em consideração às relações socioeconômicas e político/culturais dos demandantes de terras nos seguintes municípios de Anori, Silves e Itacoatiara, formulando dessa maneira, uma pesquisa mais detalhada, evidenciando os traços configurativos do poder local e as formas de associativismo, tal como o mapeamento das lideranças políticas dos demandantes de terra, as representações sociais da vida política dos demandantes de terra, e as formas de associativismo local revelando a capacidade de organização social com o intuito de desenvolver a conformação dos assentamentos.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 Conceito Sociológico de Questão Agrária**

Para Martins (2004), a questão agrária é um problema suprapartidário, pois envolve questões que não são “propriedade privada” nem do governo nem dos partidos que lhe fazem oposição. Tampouco dos grupos que julgam no direito de monopolizar politicamente esse drama nacional.

Foram muitas as promessas para a resolução da questão agrária no Brasil. Projetos e planos foram desenvolvidos com o intuito de uma divisão mais justa pela terra e de um maior reconhecimento da luta dos trabalhadores rurais.

Por isso, durante décadas, essa questão se tornou o cerne do problema no que diz respeito à estrutura fundiária do país, e para sua resolução, é necessário que se acometa antes, um reconhecimento das classes sociais favorecidas frente à luta dos trabalhadores rurais.

A questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e de amor à pátria e ao povo, na renúncia aos particularismos, conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas [...]. A pátria está de novo em perigo porque a questão agrária nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalizações extemporâneos e descabidos. Ela nos afasta de nossa identidade nacional. A questão agrária nos despolitiza, nos tira até mesmo a precária politização que conseguimos [...] (MARTINS, 2004, p. 35).

No Brasil, esse processo de politização aconteceu de maneira lenta no Brasil, e suas conseqüências foram significativas perante a sociedade brasileira. Diante disso, a questão agrária com seu conturbado processo de democratização de terras levou a um determinado grupo social uma idealização, uma busca pelos seus direitos através da conquista pela terra. Então, a questão agrária se tornou o fundamental para a busca pela cidadania brasileira.

Diante disso, a questão agrária se põe diante de inúmeras propostas para a resolução da distribuição injusta de terras, e o projeto que apresentou mais benefícios para o povo foi a reforma agrária.

Entre esses processos, destacam-se a alteração na Constituição Federal, efetivando seus direitos de propriedade e reconhecimento da luta dos trabalhadores rurais sem-terra.

A reforma agrária surgiu como fruto do avanço ao direito do povo brasileiro ao mesmo tempo em que a própria reforma agrária deu continuidade as conquistas camponesas.

## **2.2 Conceito sociológico de Reforma Agrária**

Para José Eli da Veiga (1982), a definição básica de reforma agrária em sua concepção corresponde à modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição eqüitativa da terra e da renda agrícola.

No entanto, a concepção de reforma agrária mais adequada diante da realidade enfrentada pelo povo brasileiro é aquela compreendida como um processo agrário, e não somente como uma política de distribuição de ativos fundiários envolvendo o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, à distribuição do poder político.

Ela consiste em uma política mais agressiva de distribuição fundiária, principalmente porque seus antecedentes históricos não contribuíram para a confiança em uma proposta eficaz de reforma agrária, mesmo obtendo resultados significativos no que diz respeito à desigualdade social e ao reconhecimento da luta campesina por melhores condições de vida.

Diante disso, na concepção de Ávila e Leite (2007), a reforma agrária aparece então como uma das principais questões sociais, não apenas tendo como objetivo o crescimento da produção, mas também a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais sem-terra, através da distribuição de ativos fundiários que lhe permitam a subsistência e independência frente aos tradicionais detentores do poder político.

O programa de reforma agrária e seus significados avanços no que se refere ao acesso à terra, significou a conquista de uma autonomia por parte das famílias beneficiadas, rebatendo diretamente na promoção da cidadania e na diminuição das injustiças sociais, permitindo a recomposição de um tecido social, que na maior parte dos casos havia sido esgarçado pela presença de colonizadores, elites econômicas e o próprio processo de modernização tecnológico do campo.

Essa questão vem servindo como uma medida concreta de equiparação nas condições de gênero no meio rural, ainda que esse processo avance num ritmo muito lento e possua resistências não somente nos meios externos aos movimentos de luta por terra, mas, em alguns casos, no interior dos próprios movimentos.

O estudioso Martins (2004), afirma que a reforma agrária brasileira de fato combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Para ele, esse processo tanto pode nascer da demanda, da pressão e das necessidades populares, quanto pode nascer das necessidades econômicas ou políticas das elites, quanto, ainda, pode nascer das necessidades do sistema capitalista em seu conjunto.

Para que o projeto de reforma agrária obtivesse reconhecimento, e adquirisse resultados significativos, o papel das lideranças se tornou fundamental para a construção de uma proposta justa, atendendo não somente os interesses da classe trabalhadora rural, mas todos os protagonistas dessa luta.

### **2.3 Conceito sociológico de Lideranças**

Os estudiosos R.M. Mac Iver e C.H. Page (1937), definem liderança como a capacidade de persuadir ou dirigir os homens, demonstrando o resultado de qualidades pessoais, independentemente da função exercida.

Diante disso, apresenta similaridades a questão da Liderança bem como a relação entre o poder e o homem.

Portanto, a definição de liderança é identificada e reduzida à esfera de poder resultante das atitudes do líder, como tal, e a personalidade do líder é um dos fatores que interferem na determinação destas diferentes formas de liderança.

[...] podemos afirmar que são líderes os que: a) agem no interior de um grupo; b) ocupam uma posição de poder que tem condições de influenciar, de forma determinante, todas as decisões de caráter estratégico; c) o poder que é exercido ativamente d) e que encontra legitimação na sua correspondência às expectativas do grupo (PETRACCA, 1986, p.67).

Os estudiosos Wright Mills e Gerth (1953), identificaram três figuras de líder: *o de rotina, o inovador e o líder precursor*. *O líder de rotina* tem características singulares em comparação aos demais, pois ele não cria (e não reelabora), nem o seu papel, nem o contexto em que é chamado a desempenhá-lo, mas desempenha apenas, dentro de limites na sua maioria já preestabelecidos, um papel-guia de uma instituição já existente, um papel ao qual pode dar, quando muito, o marco de seu estilo individual.

*O líder inovador* reelabora, até radicalmente, o papel-guia de uma instituição já existente, e pode chegar à reelaboração do próprio papel da instituição, não se preocupando com os métodos de alcançar essa inovação, pois sua preocupação está diante dos objetivos por ele alcançado.

*O líder promotor* sabe criar tanto seu papel como o contexto onde vai desempenhá-lo. Esse líder se faz presente onde ele aparece especialmente como fundador de um grupo, sindicato, partido político, ou até mesmo de um Estado. Porém, é necessário, que evidentemente, ele consiga proporcionar um mínimo de consistência à sua iniciativa e manter a posição de líder na instituição por ele promovida.

Para Petracca (1986), a Liderança está sempre em relação direta com a situação do contexto onde ela é exercida, mesmo se essa relação não resultará automaticamente onde os líderes são sempre, secreta ou abertamente selecionados com antecedência pelos seus liderados, de conformidade com as necessidades de determinado grupo.

Essa ação de Liderança, na população brasileira ocorre através das leis antes estabelecidas para a posse do líder. Sua escolha, em algumas sociedades, é feita através de votos, fixando dessa maneira as raízes da democracia na escolha do Líder.

Porém, esse fenômeno ocorre porque o interesse particular de um cidadão e diante da sua consolidação, gera um conjunto de ideais que se materializa através do papel que o Líder pode desempenhar perante a sociedade, e sua vontade nele anteriormente idealizada.

[...] as funções (e os objetivos) da Liderança não podem ser vistas como refletindo unicamente as motivações (e os interesses) do líder. Ao contrário, estas funções (e objetivos) precisam ser, cada vez mais, relacionadas à “tarefa” que o contexto contribui à Liderança que dele é a expressão (PETRACCA, 1986, p.73).

Portanto, a existência de líder pressupõe a de liderados, pois diante de tal contexto, se percebe a relação de reciprocidade entre ambos, não ocorrendo dessa maneira a existência de líder se não tiver a quem liderar.

Logo, pressupõe-se que o líder necessita de um espaço em que ele possa liderar e expressar dessa maneira, a vontade de determinado grupo, e não sua vontade própria. Porém, sua vontade corresponde também à vontade do grupo, não precisando ela, corresponder à mesma opinião do grupo, mas de sua maioria, pois para se liderar, não necessariamente precisa da admissão de todos, mas da maior parte que dessa maneira, vai ser representada.

Nas sociedades tradicionais, e principalmente referente a questão agrária, a relação de líder e liderado corresponde a uma relação de respeito, não somente a pessoa que se tem como líder, mas a função na qual ela está destinada. Pois, naquele “cargo”, ela representa uma busca por melhores condições, por humanidade, ela exerce a função de porta-voz das necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra.

Diante disso, para Gibb (1968), no que se refere ao conceito de liderados é que eles também desempenham papéis ativos, pois a existência de um pressupõe a ascensão do outro.

Em decorrência dessa relação de subalterno e subalternidade M. Conway (1915), propõe uma tipologia, fundamentada na relação entre líder e liderados e mais precisamente ao papel que o líder assume com relação a seus liderados, e dessa maneira, ele apresenta três diferentes tipos de Liderança.

A primeira são *os líderes que arrastam multidões*, onde são capazes de conceber uma grande idéia, de juntar uma multidão suficientemente grande para concretizá-la e de pressionar a multidão para que, de fato a concretize.

*Os líderes que interpretam as multidões* são hábeis, principalmente em tornar claros e explícitos os sentimentos e os pensamentos que se encontram na multidão de forma obscura e confusa.

*Os líderes que representam as multidões* limitam-se a exprimir apenas a opinião da multidão, já conhecida e definida. A sua fidelidade consiste no fundamento para a sua própria vontade de liderar.

Contudo, o papel do liderado se fixa com a mesma importância do líder, e por sua vez, os motivos que os fazem aderir a determinado líder, os liderados podem ser divididos em dois tipos: os *fiéis*, que se envolvem por razões de caráter “moral”, e os “mercenários”, que atuam por motivos de interesse, podendo ser econômico ou até mesmo outro fator.

Porém, Bailey (1969), afirma que a relação entre líder e liderados permanece da mesma natureza em ambos os casos. Dessa maneira, um líder pode influenciar ou dirigir as ações de seus liderados unicamente na medida em que distribui vantagens.

No entanto, em última análise, no que corresponde a relação entre líder e liderados, segundo Petracca (1986), o problema fundamental é saber por que o guiado segue quem o guia. Porém, na sua colocação mais abrangente, este é o próprio problema do Poder, e de sua legitimação.

## **2. 4 Conceito sociológico de Poder**

Segundo Sttoppino (1986), se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem.

Nesse caso, o homem é não só o sujeito mais também o objeto do Poder social. Portanto, não é poder social a capacidade de controle que o homem tem sobre a natureza nem a utilização que faz dos recursos naturais.

Dessa maneira, no que diz respeito a questão agrária, o Poder e os recursos naturais tendem a caminhar em parceria, tanto para benefício do homem como para a própria natureza.

Para o estudioso Hobbes (1651), o poder de um homem consiste nos meios de alcançar alguma aparente vantagem futura, pois ele não defende a idéia de conquistar algo sem almejar algo em troca.

No entanto, segundo Gumplowicz (1986), a essência do Poder consiste na posse dos meios de satisfazer as necessidades humanas e na possibilidade de dispor livremente de tais meios.

Isto demonstra que o meu Poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este elevado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos. O Poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas. (STOPPINO, 1986, p.78).

Como fenômeno social, o Poder é, portanto uma relação entre os homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos.

O poder, sobre esse aspecto, que se funda sobre uma competência especial, fica confinado ao âmbito dessa mesma competência.

Por sua vez, a esfera de poder de uma pessoa que ocupa um cargo em uma organização formal é definido de modo preciso, porém taxativo, enquanto que a esfera de poder de um chefe carismático (político), não é precisada por antecipação e tende a ser ilimitada.

#### **2.4.1 Poder político**

No que se refere ao poder político, Bobbio (1986), afirma que embora a possibilidade de recorrer à força seja o elemento que destingue o poder político das outras formas de poder, isso não significa que ele se resolva no uso da força pois tal uso é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do Poder Político. Para ele, não é qualquer grupo social, em condições de usar a força, mesmo com certa continuidade, que exerce um poder político.

No entanto, o que caracteriza esse poder é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade ao qual é o resultado de um processo que se desenvolve em toda a

sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios com o que se pode exercer a coação física.

Nesse caso, Martins (2004), afirma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, exerce uma forma de poder, e que faz uso da força para conseguir seus ideais. Suas ações correspondem não somente como algo de cunho violento, por trás da força física existe a força idealista, a vontade de se obter terras para labutar e os ideais servindo como metas para a conquista de novos desígnios.

## 2.5 Carisma

O conceito sociológico clássico de Carisma foi apresentado por Max Weber para caracterizar uma forma peculiar de poder.

Segundo Sandre (1986), o conceito de Carisma analisa a existência dos *líderes*, cuja autoridade se baseia, não no caráter sagrado de uma tradição nem da legalidade ou racionalidade de uma função, mas num *dom*, isto é, na capacidade extraordinária que eles possuem.

Aqueles que reconhecem este *dom*, reconhecem igualmente o *dever* de seguir o chefe carismático, a quem obedecem segundo as regras que ele dita, em virtude da própria credibilidade do Carisma (SANDRE, 1986, p. 37).

A influência do Carisma nasce e perdura se a missão é deveras cumprida. Toda a expressão do processo carismático, as novas regras, a força, as provas que demonstram a legitimidade do Carisma e da missão se colocam de modo revolucionário em relação à situação institucionalizada, mediante uma experiência social que exige *conversão*.

Portanto, tem-se o Carisma como um processo positivo diante das conquistas alcançadas, porém, se tal fato não ocorrer, a experiência social gera conflitos.

## 2.6 Conflito

Segundo Pasquino (1986), o conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica em choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos.

Diante disso, outra possível forma de interação é a cooperação. Qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de Conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem.

Nos casos de Conflitos políticos, o recurso mais ambicionado será o controle dos cargos em competição, para a obtenção de neutralidade, menor subversão e continuidade do poder já exercido, mesmo que em situação conflituosa.

Naturalmente, a questão política abrange também Conflitos que contrapõem indivíduos a organizações, grupos a coletividades, entre organizações e coletividades, onde a uma vontade comum representada por um líder.

Segundo Pasquino (1986), a três vertentes que recorrem sobre Conflito. A primeira, defendida por Comte, Spencer, Pareto e Durkheim que defendem que todo conflito é considerado uma perturbação.

Para eles, as causas do Conflito são meta-sociais, isto é, devem ser encontradas fora da própria sociedade, e o Conflito é um mal que deve ser reprimido e eliminado. Portanto, tem-se o conflito como uma patologia social.

Em contraposição a essa vertente, Marx, Sorel, John, Stuart Mill e Simmel consideram que qualquer grupo ou sistema social são constantemente marcados por Conflitos porque em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais. Antes, são exatamente a desarmonia e o desequilíbrio que constituem a norma, e isto então é considerado um bem para a sociedade.

Para eles, é através dos Conflitos surgem às mudanças e se realizam os melhoramentos, em suas concepções, Conflito é vitalidade.

Na posição intermediária, são diversos os autores que se interessam por essa problemática. Eles defendem a posição que o Conflito é algo que trás mal-estar para o funcionamento de um sistema, isto é, em síntese, uma *disfunção* da sociedade, por determinado grupo.

## **2.7 Grupos de pressão**

Segundo Pasquino (2006), a discussão das relações entre Grupos de pressão e democracia pode ser enfrentada de duas maneiras: a primeira, analisando-se se a atividade dos Grupos de pressão é possível apenas nos sistemas democráticos e, em segundo lugar, procurando avaliar o seu papel dentro dos sistemas democráticos para saber se eles representam uma degeneração destes sistemas ou se não desenvolvem funções úteis à manutenção e adaptação destes sistemas, em que condições e com que riscos.

Uma das formas mais efetivas a qual os grupos de pressão encontraram para serem ouvidos e reconhecidos diante das suas lutas foi o processo de mobilização.

## **2.8 Mobilização política**

Segundo Pasquino (1986), o processo de mobilização política consiste em oposição à participação política, pois indica o processo de ativação das massas por parte dos governantes, ou dos inscritos por parte dos chefes de uma organização política; isto é, indica uma atividade de incitamento à ação imposta do alto, em oposição às atividades espontâneas provenientes da base e que caracterizam a participação genuína.

Dessa maneira, entende-se por Mobilização social significa um processo complexo que implica a passagem de um tipo de comportamento para outro. Este processo é mais bem conceituado, se concebido em três estádios: ruptura dos velhos modelos de comportamento, isolamento e disponibilidade, indução de novos padrões de comportamento e sua aceitação e interiorização.

Atualmente, usa-se o termo Mobilização social para descrever um fenômeno social de grandes conseqüências.

Portanto, a mobilização política se insere na mobilização social, porém, as bases fundamentais para a mobilização social, apesar de ocorrer sobre os fundamentos políticos, não se caracteriza tão somente como um movimento de cunho político.

Para que a mobilização social ocorra, é necessário que se tenha uma organização social, representada por um líder para expor as idealizações dos membros dessa mesma sociedade, que lutam, por uma vontade comum.

É através das representações sociais que se consolidam as crenças, os ideais de um determinado grupo social.

## **2.9 Conceito Sociológico de Representações Sociais**

Segundo Jodelet (2001), as Representações Sociais são o conjunto de explicações, crenças e idéias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos.

Diante disso, as representações sociais são teorias do senso comum, através das quais realidades sociais são interpretadas e construídas. São estruturas de conhecimento cognitivas, afetivas e avaliativas, oriundas da relação de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade, que facilitam e orientam o processo da informação social.

## **2.10 Conceito sociológico de Associativismo**

De acordo com os estudiosos Ávila e Leite (2007), algo diferencial se insere hoje nesse processo de conquista do campo, pois as inovações tecnológicas levaram ao campo o processo de industrialização e junto a ela, o descontentamento dos trabalhadores rurais. Porém, levou também, a facilidade de comunicação, e com isso, a maior facilidade de organização social.

Os camponeses possuem novas possibilidades de se comunicar e de se organizar graças ao acesso ao transporte moderno e às facilidades de comunicação. Eles encontram-se hoje numa posição melhor que no passado para buscar aliados entre os defensores do meio ambiente, os grupos de defesa dos direitos humanos e outras organizações da sociedade civil [...] (BARRACLOUGH, 2001, p. 49).

Diante disso, o associativismo se caracteriza como forma de organização social, pelo seu carácter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas, diante das suas mais diversas manifestações.

Para os trabalhadores rurais sem-terra, o cooperativismo tem como ideais, a conquista de terras para labutar e dela sustentar sua família. Não representa apenas um grupo que luta por um ideal comum, pois mais que isso, o cooperativismo e o associativismo representam a ruptura com a falta de escolaridade ou educação, transformam trabalhadores rurais em grandes líderes, e por fim, geram crença de que o progresso está diante deles. E através da organização social, podem então alcançar o desenvolvimento social em direção à democracia.

### 3 RESULTADOS FINAIS

#### 3.1 Área de estudo

O estudo está sendo realizado nos municípios de Anori, Silves e Itacoatiara, localizados no Estado do Amazonas com os possíveis demandantes de terra e as pessoas do poder local e lideranças que diretamente estão envolvidas com a questão agrária dos respectivos municípios.

Anori está localizado á margem esquerda do rio Solimões, na 7º Sub-Região do rio Negro/Solimões, em uma área territorial de 5.795 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2007). Está distante de Manaus a 195 Km<sup>2</sup> em linha reta e 220 Km<sup>2</sup> por via fluvial. Faz limites com os municípios de Anamá, Beruri, Tapauá, Coari e Codajás. A coordenada geográfica do município em latitude é de 03°46'22 sul; a longitude é de 61°38'39 oeste, estando a uma altitude de 120 metros.



**FIGURA 1** – Município de Anori.

**FONTE:** Google, 2000.

Silves está distante de Manaus cerca de 200 km em linha reta e 250 km por via fluvial. Sua Área é de 3.749 km<sup>2</sup> representando 0.2387 % do Estado, 0.0973 % da Região e 0.0441 % de todo o território brasileiro. Situado no Lago Saracá é uma região de lagos amazônicos, a leste de Manaus, na confluência do Rio Urubu com o Lago Canaçari. Formado pela confluência de cinco tributários do Rio Amazonas: Rio Itabani,

Rio Urubu, Rio Sanabani, Igarapé Açu, e Igarapé Ponta Grossa. Seus limites encontram-se com os municípios de Itapiranga, Itacoatiara e Urucurituba.



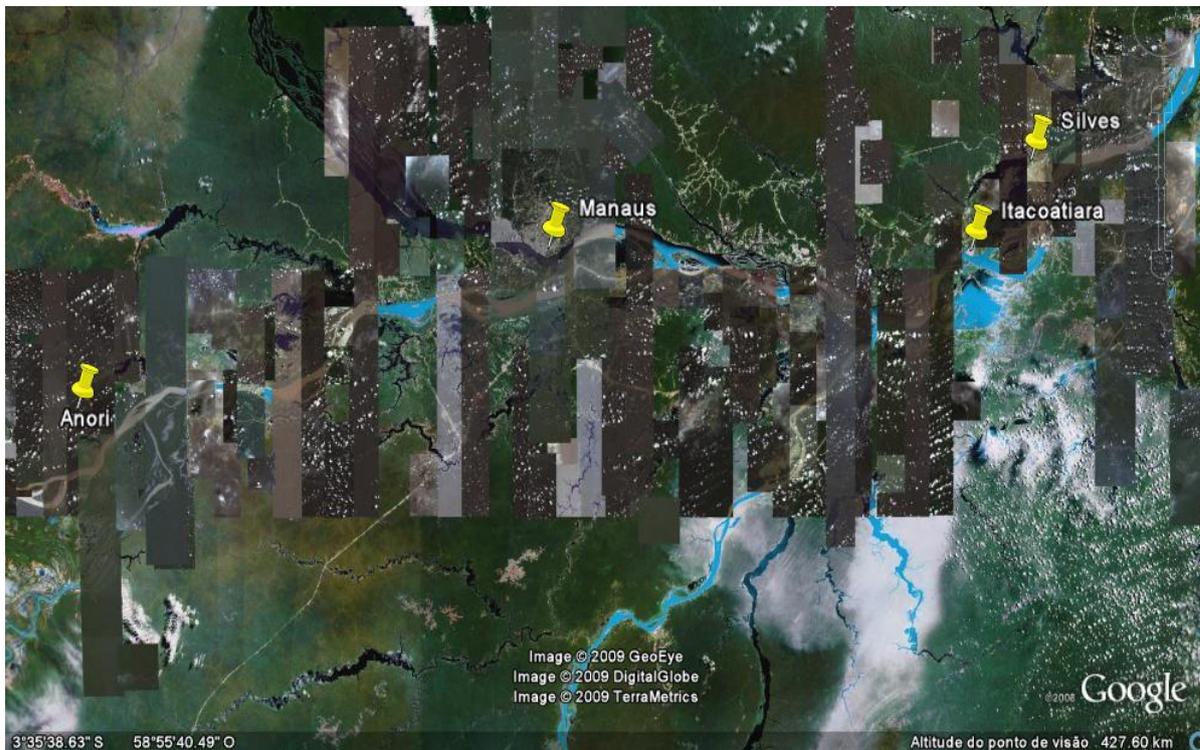
**FIGURA 2** – Município de Silves.

**FONTE:** Google, 2000.

O município de Itacoatiara está localizado na região do Médio Amazonas, na porção centro-leste do Estado, em uma área territorial de 8.892 km<sup>2</sup> e faz limites com os municípios de Silves, Urucurituba, Boa Vista do Ramo, Maués, Nova Olinda do Norte, Autazes, Careiro, Manaus e Amajari. O município é a 8<sup>o</sup> Sub-Região do Médio Amazonas. A distância em linha reta entre Itacoatiara e a Capital do Amazonas é de 177 km; por via fluvial é de 204 milhas. Sua latitude é de 12°44'26" leste. A longitude é de 60°08'45" oeste, estando a uma altitude de 612 metros.



**FIGURA 3** – Município de Itacoatiara.  
**FONTE:** Google, 2000.



**FIGURA 4** – Municípios de Anori, Manaus, Silves e Itacoatiara.  
**FONTE:** Google Earth 2008.

### 3.1 .1 Anori

#### 3..1.1.1 Contextualização histórica e cultural do Município de Anori

Segundo o documento de registro histórico municipal da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Estado do Amazonas – IBGE, Anori era uma aldeia habitada pelos índios Mura, que chegaram a ocupar a maior área territorial na Amazônia, desde a fronteira do Peru, de onde teriam vindo, até o rio Trombetas no Estado do Pará. Com a chegada dos portugueses ao Brasil e na Amazônia começaram os conflitos entre os índios e os europeus pela posse da terra. As populações indígenas foram duramente perseguidas, exterminadas em grande parte. A vitória, porém, coube as forças do governo. Os índios perseguidos e derrotados embrenharam-se nas florestas e nos rios, fugindo das perseguições dos vencedores. O resultado dessa luta foram 40 mil

índios mortos, povos inteiros foram dizimados, entre estes os índios Muras. Alguns dos sobreviventes localizaram-se na “boca” de um lago á margem esquerda do rio Solimões, que mais tarde foi considerado o primeiro povoado das redondezas denominado de Vila da Boca.

A aldeia indígena dos Mura que deu origem ao pequeno povoado Vila da Boca formou-se por volta de 1845. Os colonizadores pioneiros responsáveis pelo povoamento e pela implantação das primeiras atividades econômicas no local foram Antônio Carelito Ribeiro; a família Martins, que vivia da pesca; Vitoriano da Rocha; Lasdilau e Antônio de Albuquerque, extrativistas de seringa e castanha.

A grande enchente de 1922 inundou toda a Vila, os moradores prejudicados pelas águas mudaram-se, fixando-se em um lugar de terra-firme, localizado à margem esquerda do lago – denominado hoje de Anori –, a cerca de 1 km de distância da Vila da Boca, recebendo, então um novo nome. Dessa forma, formaram-se dois povoados: Vila da Boca e Barro Alto.

O município de Anori chamava-se, inicialmente, Barro Alto, por ser um local não atingido pelas águas no período da cheia. Com o passar do tempo recebeu o nome de Anori, originário do nome de um quelônio chamado de *Ayanori*, existente em abundância no lago que banha a sede do município.

Por volta de 1940 Anori passou a ser distrito de Codajás, com direito a indicar candidatos as eleições. Sendo assim elegeu imediatamente três vereadores: Fábio Rodrigues Bastos; Pedro Jaime dos Santos e Nelson da Rocha Lasdilau, os quais iniciaram a luta pela elevação de Anori á categoria de município.

IBGE

DELEGACIA DO IBGE NO ESTADO DO AMAZONAS  
COORDENAÇÃO DO PROJETO MONOGRAFIAS

ANEXO Nº I

MONOGRAFIA MUNICIPAL - NOTAS HISTÓRICAS

MUNICÍPIO: ANORÍ - AM.

A área compreendida hoje no Município de Anorí, pertencia ao território de Codajás, como Distrito, até 29.12.1956 quando foi criado o Município.

Anorí fica situado no Lago do mesmo nome, com entrada pelo rio Solimões.

A história de Anorí está intimamente ligada à de Codajás, sem que haja registros históricos mais detalhados a seu respeito.

A pessoa nascida no Município recebe o gentílico "Anorien se".

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Município de Anorí foi criado pela Lei Estadual nº 117, de 29.12.1956, tendo sido desmembrado do Município de Codajás. Seus primeiros limites foram fixados através da Lei Estadual nº 1.012, de 31.12.1970.

Por força do Decreto nº 6.158 de 25.02.82, o Município perdeu parte de seu território para formação do Município de Anamá.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

Anorí é sede de Comarca, sem jurisdição sobre qualquer outro termo.

  
.....  
Achilles Nasser Franco  
ANALISTA ESPECIALIZADO

  
.....  
José Wagner Rebouças Lima  
Delegado do IBGE

**Figura 5:** Documento de comprovação histórica de reconhecimento do Município.  
**Fonte:** IBGE, 2000.

Os sonhos de autonomia política do povo anoriense concretizaram-se no governo do Doutor Plínio Ramos Coêlho, que sancionou a lei nº 117 de 29 de dezembro de 1956, criando o município de Anori. Seus primeiros limites foram fixados pela lei estadual nº 1.012, de 31 de dezembro de 1970. O doutor Fábio Rodrigues Bastos foi considerado como grande líder do movimento pró-município, foi nomeado a prefeito e exerceu o cargo durante um ano.

O Município de Anamã foi distrito de Anori, porém, no dia 10 de dezembro de 1981 pela Emenda Constitucional nº 12, o distrito de Anamã foi desmembrado do município de Anori e por força do decreto nº 6.158 de 25 de fevereiro de 1982 Anori perdeu parte de seu território para a formação do município de Anamã.

A população total de Anori é de 11.320, onde 7.229 encontram-se na área urbana (63,9%), sendo 3.462 do sexo feminino (47,9%) e 3.767 do masculino (52,1%). Na área rural encontram-se 4.091 habitantes (36,1%), 1.866 do sexo feminino (45,6%) e 2.225 do sexo masculino (54,4%). A densidade demográfica do município de Anori é de 1,81 habitantes por Km<sup>2</sup> (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLAN, 2001).

No período 1991/2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDHM de Anori cresceu 0,11,6%, passando de 0,568 em 1991 para 0,634 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 52,8%, seguida pela longevidade, com 40,6% e pela renda, com 6,6%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 IDH) foi reduzido em 15,3%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 29,3 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 15,7 anos para alcançar Manaus (AM), o município com o melhor IDH-M do Estado (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLAN, 2001).

As profundas mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e o crescimento populacional exigem cada vez mais dos governos estaduais e municipais uma política de assistência básica em infraestrutura e serviços públicos. A promoção desses serviços, tais como emprego, educação, saúde, abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica, rede telefônica, esgoto sanitário, coleta do lixo,

escoamento de águas pluviais e vias de acesso, devem ser prioridades do governo brasileiro. Esses serviços devem representar uma parcela expressiva de seus custos. A ausência desses serviços básicos causa forte impacto desfavorável sobre a população e desequilíbrio sobre o ambiente em que vivem. Dessa forma, uma infraestrutura social de qualidade é o conjunto de redes e equipamentos necessários para as atividades e sustento da vida na cidade.

O município de Anori destaca-se por suas belezas naturais e vem se firmando como um dos pólos turísticos do Amazonas. Ao longo do ano realiza diversos eventos, dos quais se destacam a Festa da Laranja, realizada no período de 30 de maio a 01 de junho; as Festas Juninas, de 23 a 29 de junho; e os Festejos da Padroeira da Cidade, realizados de 29 de novembro a 08 de dezembro.

Contudo, os equipamentos sociais de Anori são de precária qualidade e a ausência de outros, necessários para a melhoria das condições de vida da população local, contribuem para uma dimensão realística dos problemas sociais evidentes. A cidade de Uarini é marcada pela ausência de uma administração política que viabilizasse uma infraestrutura social adequada às condições de vida de seus habitantes. Embora a infraestrutura seja fácil de reparar, o desafio maior é tentar comprometer a população local com a manutenção e preservação do patrimônio público.

Os meios de transporte são divididos em terrestre, aquático e aéreo. Na Amazônia o meio de transporte mais utilizado por seus habitantes é o aquático. Os rios da Amazonia/Amazonas são, como afirma Leandro Tocantins, estradas que andam, estradas que transportam produtos agrícolas, mercadorias e pessoas de um lugar a outro. O transporte fluvial é o principal propulsor da circulação da economia amazonense. As rabetas, barcos de linhas, canoas a remo etc., são instrumentos de trabalho

indispensáveis para a locomoção até a casa de farinha, na pescaria, no transporte da produção para ser comercializada na cidade.

A técnica naval trazida pelos portugueses entrou em contato com o conhecimento local indígena que utilizavam canoas como principal meio de transporte. Com isso, os portugueses trataram de capacitar a mão-de-obra indígena para construir novos tipos de embarcações. Porém, o modelo europeu não era adequado ao meio amazônico. As embarcações tinham que ser construídas com técnicas que cortassem as ondas e o material flutuante (pedaços de madeiras e plantas aquáticas) dos rios.

Com a realidade amazônica, novas técnicas de construção foram adaptadas aos poucos. No ciclo econômico da borracha (final do século XVIII e início do século XIX), houve um salto tecnológico com introdução do barco a vapor. Houve uma fusão de técnicas, o que resultou no modelo principal de barcos que é utilizado até hoje, tornando as viagens mais curtas com um aproveitamento máximo da navegabilidade das embarcações locais.

A maioria dos municípios do Estado utiliza as embarcações, o *barco de linha* como embarque e desembarque de passageiros e mercadorias que vão e vem das cidades do interior para Manaus. Outro tipo de mercadoria que é bastante enviada pelos moradores, que possuem parentes em Manaus ou em outras cidades do Estado, são as “encomendas”, termo usado para mercadorias de pequeno porte transportadas pelos barcos de linha.

Também é comum em períodos de festas tradicionais nos municípios ou no período de festas de final de ano o fluxo de pessoas aumentarem no porto de Manaus e dos municípios que lotam os barcos de linha, visando chegarem ao seu destino.

O acesso ao município de Anori também se dá por via fluvial e o transporte mais utilizado para acesso intermunicipal é o barco de linha. O município possui vários barcos de linha que trafegam até Manaus.



**Figura 6** – Barco de linha Neto Junior.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.



**Figura 7** – Barco de linha de Anori.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Os principais transportes do município são fluviais. Esses transportes fluviais são dos mais variados tamanhos e modalidades, perfeitamente adaptados às condições ecológicas e sociais do meio ambiente. Transportam cargas e passageiros, sendo conhecidos como motores, “recreios” e rabetas, dependendo da duração de suas viagens e das distâncias percorridas, entre um ponto e outro. Há viagens curtas, de algumas horas. Outras, porém, podem durar dias.

Quando os rios encontram-se no período da cheia as viagens são mais curtas porque as águas dos rios tomam conta das planícies, originando novos caminhos ou “atalhos”, como é denominado pelos moradores. Na seca, as viagens são mais demoradas, por exemplo, os moradores que saem para os seus sítios e áreas de trabalho, na produção da farinha, da banana, do abacaxi ou pescar necessitam sair bem cedo, pois a locomoção depende de muitas horas.

A falta de um porto amplo e moderno em Anori compromete a economia local, uma vez que os moradores não possuem alternativas melhores de escoar suas

produções, além disso, torna-se caro o transporte dessas mercadorias. A falta de condições de serviços de embarque e desembarque de mercadorias é um problema que afeta a maioria dos municípios do Amazonas. Uma vez que este serviço é deficiente e rudimentar, pois as cidades não dispõem de um porto devidamente equipado, por isso, recorrem com frequência ao porto de Manaus para escoar grande parte da produção e de sua comercialização. Mas, esta situação, além de produzir grandes prejuízos aos produtores de Anori, afeta também a economia de toda a região amazonense.

Em relação aos seus meios de transporte verificamos que maior parte da população da sede do município utiliza os meios de transporte terrestres como bicicletas, motos, motonetas, triciclos e poucos carros. A frota do município de Anori é composta por 53 Motocicletas, 23 Motonetas, 4 automóveis, 3 Caminhonetes e 01 Caminhão (IBGE, 2007).

Os meios de transportes terrestres em Anori possibilitam inúmeras atividades para além da locomoção. Como o lazer e o próprio trabalho. Os munícipes vão para o trabalho, para a escola, para a igreja, para o futebol, para o bairro mais próximo de suas casas com motos ou bicicletas. O sistema de transporte em Anori integra a cidade, produz reciprocidade, sintoniza um bairro a outro.

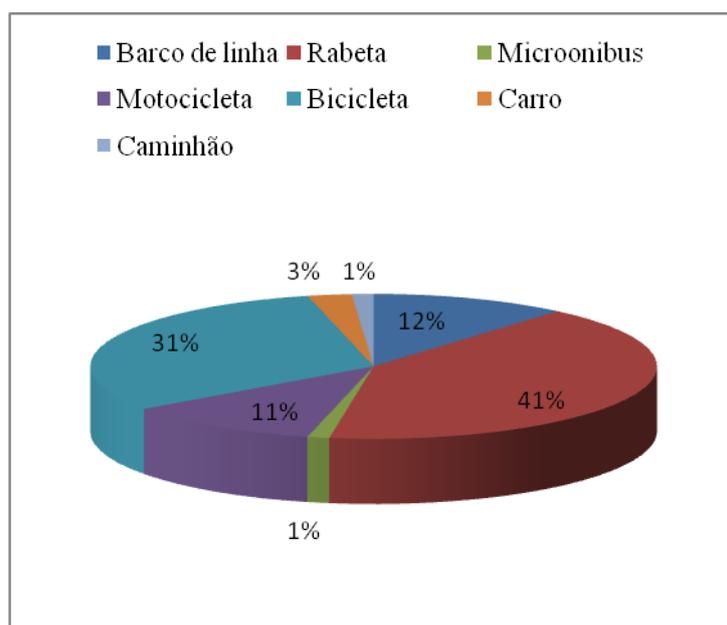


**Figura 8** – Motocicletas dos moradores.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.



**Figura 9** – Bicletas dos moradores.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Dessa forma, os tipos de transportes mais utilizados em via terrestre são as bicicletas (31,0%), as motocicletas (11,0%), os carros (3,0%), os caminhões (1,0%) e os microônibus (1,0%). Por via fluvial os transportes mais utilizados são as rabetas (41,0%) e os barcos de linha (12,0%) que transportam passageiros, cargas e produtos comercializáveis para Anori (**Figura abaixo**).



**Figura 10** – Transportes mais utilizados (%).

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Observa-se que as bicicletas em Anori são bastante utilizadas no dia-a-dia, é um transporte barato, ecológico e saudável. Além de lazer e transporte, as bicicletas estão sendo adaptadas para outras utilizações, como ferramenta de trabalho. O triciclo é uma “ramificação” da bicicleta, utilizado no transporte de cargas pesadas. É comum ver em Anori quando os barcos de linha chegam à cidade muitos triciclos aglomerados esperando os passageiros para carregarem suas malas e mercadorias.

As bicicletas representam um transporte alternativo e bastante comum, socialmente sustentável, principalmente nos países de Primeiro Mundo, como nos Países Baixos, na Bélgica, na Dinamarca e na Alemanha (JULIE MULLER, 2004). Em Anori, a bicicleta como forma de transporte tem sentido antagônico ao apresentado acima – ela é um elemento constitutivo da vida cultural da cidade, trata-se de um transporte popular que a maioria dos moradores possui.

A motocicleta é o segundo transporte mais utilizado (**Figura acima**). Em Anori, configura-se como um meio de transporte social que possui múltiplas funcionalidades e atividades, seja para o lazer, trabalho, locomoção, a motocicleta representa parte considerável da frota de transportes do município.

Quanto ao transporte fluvial, verificamos que o mais utilizado é o rabeta, tipo de embarcação de pequeno porte. O barco rabeta se caracteriza por uma canoa, um motor de popa e não possui leme. Utilizada praticamente em todos os serviços por via fluvial. As rabetas oferecem praticidades, desde o baixo consumo de combustível até o seu manuseio enquanto transporte.



**Figura 11** – Rabeta, transporte regional.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

O barco de linha ou “recreio” aparece em segundo lugar como o mais utilizado pelos moradores. Entre os tipos de embarcações constatados no município verificamos os de grande porte (barco de linha) e os de pequeno porte que fazem linha da cidade para as comunidades ou utilizados na pescaria. Esses barcos têm uma capacidade maior do que a canoa, por isso, muito utilizados no transporte de mercadorias pesadas e de pessoas.

O sistema de transporte de Anori divide-se em terrestre e o aquático – com a predominância do aquático. Essa realidade propaga-se na maioria das cidades da Amazônia. O transporte terrestre e/ou aquático relaciona-se intrinsecamente com as dimensões sociais e culturais do homem da Amazônia. Enquanto noutros Estados brasileiros, as rodovias são mais utilizadas, na Amazônia os rios são as “estradas”, são vias de circulação mais utilizadas para o transporte de produtos agrícolas, mercadorias oriundas das cidades e, claro, a locomoção das populações urbanas e/ou rurais.

### **3. 1.1.2 Estrutura Fundiária do Município de Anori: terras Federais, Estaduais e Municipais**

O município de Anori localiza-se a margem esquerda do Rio Solimões, limitando-se ao norte com o município de Anamá; ao sul e ao leste com o município de Beruri; e ao oeste com os municípios de Tapauá e Coari. O município é formado por três glebas estaduais: Sumaúma, Solimões e Lago Anori. A frente da sede municipal se encontra o Lago Anori que dá acesso a mesma sede. As terras de domínio do Estado matriculadas e arrecadadas giram em torno de 2.751 Km<sup>2</sup>, sendo que as de domínio da União são 2.560 Km<sup>2</sup>, dispostas em Unidades de Conservação (UCs), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE/Purus) e Terras Indígenas (TIs). Apresenta parcela de propriedades particulares, próximo ao Lago do Cuianã e no Igarapé Grande, nas proximidades da comunidade Ponta Grossa. Também há áreas de particulares na Estrada Anori/Mato Grosso, próximo ao Igarapé Mato Grosso; Buiçu; Miranda; Furo do Franco; Pedreiras e nas proximidades da RDS Piagaçu/Purus.

Segundo os relatórios históricos, as terras de Anori eram tradicionalmente ocupadas pelos indígenas da etnia Mura que no século XVII foram expulsos destas terras pelos portugueses. Remanescentes de outras etnias e alguns sobreviventes do movimento cabano, formados por mestiços e negros, passaram a ocupar as áreas do Solimões e Purus, principalmente os lagos mais remotos da calha destes rios, por apresentarem uma grande variedade de espécie de peixes, explorada pela família Martins e por Antônio Carmelitano Rabelo (Antônio Padeiro) (HISTÓRICO DE ANORI, 2009).

A situação das terras atuais no município de Anori está a cargo dos poderes Federal e Estadual, fato que as autoridades locais questionam, pois não podem intervir em problemas que venham a ocorrer principalmente com relação à posse das terras, a

quem pertence realmente às terras do município como foi percebido pela equipe de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas ao indagar sobre a situação das terras ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

Olha só [...]. Nós, não [sabemos] por que o Anori, por que motivo nós perdemos terra para o Anamã? Quando chegou o ITEAM [aqui], tem um documento que é dado para a pessoa que eu vi [...] Quando foram entregar os documentos eu vi tem documento bem aqui no meio da cidade e está como terras de lá, [terras] do Anamã. Aí eu fico pensando assim [...], a gente imaginava que nós tínhamos muita terra, que pelo menos essa estrada, até vinte e dois quilômetros dela, fosse pertencente pelo menos 80,0% daqui do município [Anori], mas que na verdade não é. Eu não sei por que motivo, mais aí o governo já deu como se fosse terra do Anamã. Eu acho que nós temos mais terras nessa área na estrada de Anori que vai [até] Codajás do que mesmo nessa estrada que vai lá para o Anamã (I. J; liderança política, Anori, 2008).

Ao ser questionado sobre o fato de a prefeitura municipal não possuir terras em seu nome o ex-prefeito da cidade no período de 1996 a 2000 respondeu: “Nós temos terra municipal, mas pertence à várzea que é a parte que a população todinha pega essa língua [área referente à entrada do Rio Solimões ultrapassando a sede municipal] até Anori” (A. B; ex-prefeito de Anori/AM, 2008). As áreas de várzeas do município são utilizadas pelos munícipes para a produção de mandioca, em torno de 23%, sendo que 52% de toda a produção de agriculturáveis, inclusive a farinha, destinam-se a venda, segundo dados coletados em campo.

A Estrada Anori/Mato Grosso não se configura, hoje, como um problema. Contudo, o processo de sua construção foi conflituoso. O (re) ordenamento das áreas entre os municípios de Anori e Anamã se deu através de pressões para ocupação das terras por latifundiários em detrimento dos posseiros que moravam e trabalhavam na região. Estes agentes sociais locais pressionaram o poder municipal via organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais exigindo a regularização das terras, sobretudo pelas

ameaças de morte eminente por parte dos latifundiários. Este processo se iniciou em fins da década de 70 abrangendo a primeira parte da década de 80.

Neste mesmo período, quando os municípios foram desmembrados surgiu a proposta de interligá-los via rodovia, beneficiando os posseiros que trabalhavam na agricultura e outros moradores que se deslocaram da sede e de outras localidades para a área rural. A estrada interliga a sede municipal de Anori a zona rural, a comunidade de Mato Grosso. Este último não está totalmente ligado a estrada, pois a comunidade de Mato Grosso está no fim das terras de Anori. Do outro lado do lago se encontram as terras de Anamã, que dá nome a este lago.

Segundo o relato da ex-liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anori, os agentes sociais locais e sindicato se uniram para lutar pelo direito a um assentamento nesta área que abrangeria a estrada, foram assentadas as famílias demandantes de terras, em torno de 300 famílias, uma ação entre o Sindicato e o ITERAM – atual ITEAM, em 1978.

A partir disto os municípios estabeleceram parcerias para a construção da Estrada Anori/Mato Grosso, com 22 quilômetros. Segundo relato dos moradores a estrada foi inaugurada mesmo antes de terminar sua efetiva construção, no governo Gilberto Mestrinho, década de 80. A estrada foi pavimentada e asfaltada, em 2005, pelo governo do Eduardo Braga, com recursos do estado em parceria com a prefeitura **(Figura abaixo)**.



**Figura 12** – Vista parcial da Estrada Anori/Mato Grosso (Município de Anori/AM).

**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.

A concessão dada aos demandantes de terra na época foi uma carta de anuência, garantindo sua permanência na área. A regularização destas áreas ocorreu no mesmo ano, quando foi feito o reconhecimento da área pelo ITEAM, sendo concedidos os títulos aos moradores desta área da estrada. Esta ação foi facilitada por haver um escritório local do Instituto de Terras em Anori.

A “Estrada” Anori/Codajás, na verdade, *Estrada Codajás/Anori doutor Ozias M. Rodrigues*, conecta-se a Estrada Anori/Mato Grosso, no Km 56, que termina na sede municipal de Anori. Apesar de não dispor de pavimentação e asfaltamento, há algumas famílias residindo no seu trajeto trabalhando com o cultivo da mandioca (roça) para a fabricação da farinha e extração de açaí. Embora Codajás seja (re) conhecido pela sua produção de açaí, os produtores de Anori alegam que a produção de açaí, nas terras de Anori, é muito mais significativa em qualidade e quantidade.



**Figura 13** – Vista parcial da “Estrada” Anori/Codajás (Anori/AM).  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.



**Figura 14** – Moradores da “Estrada” Anori/Codajás (Anori/AM).  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2008.

Segundo depoimentos dos entrevistados, a grande maioria dos agricultores reside nas sedes municipais e trabalham nos lotes na “Estrada” Anori/Codajás. As áreas nessa estrada haviam sido loteadas, e as famílias que queriam trabalhar nas terras receberam uma licença para exploração expedida pela prefeitura, mas que não tinha valor, pois as terras não são de domínio do município, mas do Estado.

Os posseiros que trabalham nos lotes – e aqueles que têm lote mais ainda não trabalham efetivamente – estão demandando as terras da “Estrada” Anori/Codajás ao ITEAM, solicitando também a parceria entre as prefeituras para realizar a construção da estrada, que irá beneficiar os produtores rurais dos dois municípios. Os representantes do poder público e do ITEAM afirmam que a “Estrada” irá trazer benefícios para Anori, pois a produção que é escoada com dificuldade, na época da seca do lago do Mato Grosso, poderá ser realizada via Codajás, onde o Rio Solimões é perene:

Não sei qual foi o interesse assim que até hoje ela não saiu, porque ela é muito importante tanto pro município de Anori como para Codajás ela é importante. Quando é época de verão em Anori fica difícil porque é pequeno o curso de água, mas nós temos uma faixa de mais ou menos 6 km no Solimões. Só que quando aparece o inverno aí atola

e fica mais difícil ainda. Se essa estrada já tivesse asfaltada e pronta seria muito importante (R. N; funcionário público, Anori, 2008).

A sua construção juntamente com a implantação de um possível assentamento suscita a participação do governo estadual, que demonstrou o interesse em pavimentar e asfaltar uma parte da estrada, ação que seria de certa forma benéfica para o município quanto para os demandantes de terra, como se percebe no depoimento abaixo:

Eu acho que tendo assentamento nessa estrada aqui eu acho que os governantes chegando com o assentamento aí, eu acho que o governo estadual faz isso, faz a estrada nem que seja aterrar ela. Ai depois a gente vai trabalhando com quatro ou cinco anos está se fazendo a estrada. Eu acho que essa estrada aqui ia alavancar Anori, tanto Anori quanto Codajás porque aqui seria o nosso porto com o tempo. [...] Depois que tiver o assentamento a estrada chega mais rápido, mostrando a situação para o governo porque o INCRA hoje ele tem recurso, criando o assentamento ele pode trazer recurso para a estrada também, eu acho. Chegando o assentamento a estrada chega depois e chega mais rápido. Só esse pessoal que está assentado hoje, hoje os governantes tem que dar atenção para eles [...] (A. B; funcionário público, 2008).

No entanto, mesmo reconhecendo os benefícios que um assentamento poderia trazer para ao município, isto foi relativizado por lideranças políticas no tocante ao trabalho real na terra, onde se consegue a terra, mas não se produz nela, fato que pode ter ocorrido no processo de construção da Estrada Anori/Mato Grosso:

[...] se for para regularizar a terra que [o assentamento] venha antes. Porque eu acho que se a estrada vier [antes] complica [nossa vida]. Com tanta gente querendo [a terra], tem gente mesmo que nem [quer a terra para trabalhar], só quer a terra mesmo para ter o direito dela. Não para querer trabalhar nela não vai querer produzir. Foi o que aconteceu com [Estrada Anori/Mato Grosso] (I. P. J; liderança política, Anori, 2008).

Ainda há as forças contrárias a construção da estrada, no sentido de afirmar que seria uma iniciativa onerosa para o poder público. Isto se reflete na fala de uma liderança política do município:

Eu vejo que a estrada Anori/Codajás é muito difícil de ser construída, por que, eu não vou ser pessimista nessa situação, mas a de Anori/Mato Grosso ela já tem 30 anos de existência e ela foi construída com artifício político, então eu acho muito difícil essa construção dessa estrada Anori/Codajás porque o acesso dela é muita alagação no inverno entendeu? [...] eu acho pouco provável de ser construída alguma coisa lá. Então nós já temos a estrada com acesso de transporte, mas eu vejo, buscar essas pessoas pra fazer as terras serem produtivas que tenha condições de transporte (R. A; liderança política, Anori, 2009).

A construção da estrada e da consecução das terras são reivindicações que caminham em consonância. Os demandantes de terra de Anori não trabalham com regularidade nos lotes devido às condições da “Estrada”, que é de barro; também pelo fato deles não disporem do título para exploração das terras da “Estrada”. Eles não querem trabalhar sem garantias, pois têm medo de conflitos com os órgãos públicos e com os latifundiários, que possuem terras que se encontram por trás da “Estrada” Anori/Codajás e na área do igarapé que atravessa a mesma. Não querem trabalhar a terra e depois de tê-la trabalhado serem expulsos por não terem documentos comprobatórios.



**Figura 15** – Vista parcial da “Estrada” Anori/Codajás (Anori/AM), área onde se pretende realizar o Assentamento.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Além dos demandantes de terra que moram em Anori, cerca de cem famílias de agricultores que moram na área várzea, hoje, apesar do trabalho ser lucrativo é laborioso, fizeram seus respectivos cadastros, junto com “os demandantes de terra”, objetivando adquirir novas terras na área de terra firme na “Estrada” Anori/Codajás, como expõe o agente do setor agropecuário:

[...] A própria várzea está dando condições melhores para eles trabalharem. Por exemplo, tem muita gente na várzea que está querendo vir para terra firme através desse assentamento, que estão cadastrados aí que já tem a terra [...]. O pessoal da várzea tem comunidade que está aí que a gente assiste que já estão cadastrados nesse assentamento porque quer sair de lá devido às condições. Hoje a várzea está dando mais condições, saindo essa estrada para o assentamento eles vão se mudar tudo para lá por causa das condições da via de acesso de transporte. Hoje eles não estão lá dentro porque a várzea está caindo a terra. [...] Tem gente que está perdendo casa, motor, todo barquinho que deixa de noite de manhã não está mais no [Rio Solimões]. Deslocariam para terra firme cerca de cem famílias (G. M. G; funcionário público, Anori, 2008).

Apesar da reconhecida importância da “Estrada” Anori/Codajás, pelos entrevistados, foi questionado por que se preferiu fazer essa “Estrada”, que não resolve

o problema do escoamento da produção em Anori, sobretudo, na época da vazante do Lago Anamã, nas imediações da Comunidade Mato Grosso, em favor da “Estrada” Anori/Codajás, que resolveria definitivamente o acesso dos munícipes com o escoamento da produção de Anori, via rio Solimões, mencionou-se o seguinte argumento:

[...] essa [“Estrada”] estava mais bem encaminhada de que a outra, a outra era só fizeram abrir o balizado mesmo para [...]. Já essa estrada aí não. Só não era asfaltada, mas já tinha toda uma, já tinha a parte de barro dela era toda feita já. Então eles acharam mais prático fazer essa aí, porque com certeza com o dinheiro que fizeram essa não faria outra lá (I. J; liderança política, Anori, 2008).

Além disso, apesar de haver concordância dos poderes municipais em construir a estrada, principalmente com a promessa dos recursos estaduais, alguns moradores do município de Codajás afirmam que mesmo com doze quilômetros já asfaltados, não há uma “boa vontade” da gestão municipal anterior em colaborar com sua finalização. Os mais interessados na pavimentação da “Estrada” seriam os homens públicos do município de Anori, justificada pelo escoamento dos produtos da agricultura.

Segundo os agricultores pesquisados, se houvesse o interesse em construir a “Estrada Anori/Codajás” eles mesmos poderiam ajudar, como já fizeram em outras situações quando se reuniram e fizeram um mutirão de limpeza do igarapé que atravessava a “Estrada”. Para eles este acontecimento gerou muita expectativa quanto a possibilidade de garantir seus interesses de forma coletiva. Para que isto ocorresse efetivamente seria necessária a organização em associação, sendo apontadas algumas mais atuantes para a questão fundiária, como a associação de mulheres – Associação de Agricultoras Rurais de Anori (AARA).

Verifica-se que a situação fundiária do município de Anori configura-se como uma área que tem em seu histórico um conflito em torno das terras, entre os grupos

sociais locais, havendo também uma disputa intermunicipal pela posse da terra. Com a realização de um assentamento na área da “Estrada” Anori/Codajás os poderes municipais se responsabilizariam pela infra-estrutura, manutenção da estrada, transporte – os agricultores de Anori possuem um caminhão para transportá-lo cedido pela prefeitura para levá-los até o Km 07 da área da “Estrada” – entre outros.

O (re) ordenamento de terras no município se faz necessário na medida em que há agricultores que pretendem trabalhar na terra, evocando um modelo de assentamento que esteja voltado para a especificidade da região. Isto culminaria numa produção que, além de gerar renda para o município e para os agricultores, fortaleceria as instituições relacionadas ao setor primário como o IDAM, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, envolvendo a participação do poder público local, marcado por um histórico de clientelismo e expulsão dos filhos daquela terra.

### **3.1.1.3 Situação fundiária e “demandantes de terras” de Anori**

As condições limitantes de infraestrutura básica em localidades rurais da Amazônia ainda constituem, sem dúvida, um dos fatores determinantes para o deslocamento de populações rurais para os centros urbanos. O abandono das áreas rurais de produção se dá, sobretudo, em função de ausência de serviços públicos básicos, como educação, saúde, energia e água tratada. A falsa idéia de encontrar melhores condições de vida na cidade acaba levando muitas famílias ao ato de mudar e apostar na sorte. Esses fatores apresentam-se de modo recorrente entre as principais causas para a migração nos municípios do Estado do Amazonas, muitas famílias abandonam suas propriedades ou vendem para viver nas periferias dos centros urbanos e sedes municipais.

A vida na cidade cria muitas expectativas, facilita o acesso aos serviços públicos básicos, requer sacrifícios compensatórios. Seguindo esta linha de raciocínio muitas

famílias partem em busca do nada, sem garantias e perspectivas de melhorias. Esse fator tem se repetido ao longo dos anos, acentuando cada vez mais as disparidades inter-regionais. No entanto, passada a euforia da mudança, logo chega à frustração e o arrependimento de uma busca inalcançável pela qualidade de vida. A cidade passa a representar a instabilidade, a intranqüilidade e a insegurança. A idéia de garantir a educação dos filhos se perde entre a marginalização e a gravidez precoce, os projetos de vida passam a ser redimensionados, mas a vontade de voltar para a vida na comunidade permanece constante.

Em grande parte dos projetos de regularização fundiária a situação de demanda originária é sempre a mesma – o regresso ao campo. Em geral, as famílias que demandam terras estão situadas nos centros urbanos ou sedes municipais, são famílias que migraram para estes locais em busca de melhorias de vida, motivadas pela idéia de garantir a educação dos filhos, obter melhor renda e emprego, assegurar condições de infraestrutura – água tratada, energia elétrica, habitação etc. O que ocorre é que as expectativas criadas acabam em grandes frustrações, tendo em vista que estas cidades não comportam todas as demandas provenientes da mobilidade campo-cidade, criando condições de miséria bem piores que aquelas encontradas em comunidades rurais. Tal como afirmou uma liderança local, M. C. (2008):

[...] a gente sabe que esse êxodo, principalmente, por causa da falta de assistência, então, as pessoas do interior elas tão vindo aqui pra sede, sem calcular as conseqüências que eles vão sofrer, por que ele vê a pobreza nas cidades que são as sedes, essas pessoas também tão procurando, elas já estão na área da cidade não é só do interior, mas também tão sofrendo as conseqüências.

Apesar da vida na comunidade não dispor de bons serviços de energia, educação e saúde de qualidade, essas famílias possuem uma relativa autonomia em seus processos

de produção, garantindo o sustento de suas famílias de modo satisfatório. Na cidade esta realidade se inverte, embora alguns serviços sejam disponibilizados (ainda que precariamente), há uma grande dependência econômica para a garantia do sustento mínimo das famílias. Obviamente, na cidade não há terras disponíveis para a produção, principal fonte de renda da população amazônica, deste modo, outras atividades devem ser realizadas. Outras formas de sustento precisam, necessariamente, ser criadas. No entanto, sabemos que estas atividades (prestação de serviços) não garantem condições básicas de sobrevivência, levando muitas famílias à miséria.

Em Anori, a demanda de terra partiu de moradores da sede do município, via a Prefeitura Municipal de Anori, a Associação Agroextrativista São Geraldo do Ramal Anori e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS. De acordo com os cadastros dos demandantes de terras realizados pelo Instituto de Terras do Amazonas, cerca de 65,0% destas famílias são provenientes de Anori, 47,0% possuem união estável, 66,0% são agricultores, 48,0% possuem faixa etária de 31 a 50 anos e 47,0% possuem renda de até um salário mínimo (2008).

Como é possível perceber, este dado reflete o cenário indicado anteriormente. Em resumo, podemos afirmar que a maioria destas famílias é originária das comunidades rurais do próprio município, resolveram mudar para a sede municipal em função das condições precárias de infraestrutura disponíveis. Embora algumas não desenvolvam mais as atividades agrícolas realizadas nas comunidades, perceberam a importância desta orientação econômica quando se depararam com as insuficiências do suposto mercado de trabalho na cidade. Ainda que os chamados “bicos” e pequenas prestações de serviços garantam a refeição de cada dia, as antigas perspectivas de melhorias de vida se perderam no processo de descontrole e desestruturação de suas famílias.

Apesar da agricultura não figurar mais como a principal fonte de renda dessas famílias, ainda constitui a principal atividade de identificação, haja vista ser esta uma prática tradicional, herdada dos pais e avós. É fundamental destacar este reconhecimento da agricultura como principal alternativa de sustento e vocação para as famílias “demandantes de terra” em Anori. O papel da agricultura no centro da economia camponesa não é novidade, entretanto, podemos afirmar que o reconhecimento disto por parte dos próprios trabalhadores rurais é algo diferencial. Além disso, é preciso perceber que este reconhecimento é consequência de um processo de escolhas e mudanças circunstanciais, que se traduz na ida para a cidade e recorrência angustiante da volta para o campo.

Sem dúvida, esta realidade é algo peculiar. Possivelmente encontrada apenas em algumas localidades do Amazonas, cuja demanda por regularização fundiária é recente. Devemos falar em regularização fundiária. Pois para este caso, trata-se apenas em regularizar as situações presentes de distribuição de terras entre pequenos e grandes proprietários, trata-se de desapropriação para fins de regularização fundiária. De acordo com os moradores “demandantes de terras”, lotes de terras já foram “supostamente” divididos entre esses trabalhadores, alguns já estariam cultivando suas produções nessas áreas. Na **figura abaixo** é possível observar uma dessas áreas indicadas para a regularização fundiária.



**Figura 16** – Vista parcial da “Estrada” Anori/Codajás (Anori/AM). Área “indicada” para realização (provável) do Assentamento Rural.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Segundo Violeta Refkalefsky Loureiro (2000) até os anos de 1960 as terras amazônicas pertenciam à União e aos estados, 87,0% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal. Sabemos que esta realidade não mudou muito no estado do Amazonas onde a demanda por reforma agrária é recente. Grande parte das terras do Estado continua sendo usada pelas populações tradicionais locais para garantia de renda e sustento (2005, p. 77).

De acordo com os dados obtidos no ITEAM, cerca 43.146.971 ha são terras pertencentes ao Estado, portanto, disponíveis para fins de reforma agrária. Como é possível perceber no quadro abaixo, grande parte destas terras disponíveis estão no domínio do Estado do Amazonas, no entanto, uma parte dessas terras está sendo ocupada por famílias que se dizem proprietárias, apresentam, inclusive, documentação comprobatória. Entretanto, a maioria desta documentação foi expedida pelo município, sendo que as terras pertencem ao Estado. Em resumo, esta documentação não é válida.

Dominialidade	Descrição	Área (ha)	Porcentagem (%)	
União	Faixa de Fronteira	36.510.996,00	23,2	60
	Unidades de Conservação Federais	19.998.936,00	12,7	
	Terras Indígenas	35.526.355,00	22,6	
	Glebas da União	37.082.786,50	19,1	
	Projetos de Assentamento	30.000.000,00	23,6	
Estado	Unidades de Conservação Estaduais	16.465.184,00	10,5	39
	Glebas do Estado Arrecadadas e Matriculadas	43.146.971,00	27,5	
	Glebas do Estado em fase de Matrícula	9.649.884,13	6,1	
	Área em fase de Estudo	8.500.000,00	5,4	
Município	Glebas Municipais	1.500.000,00	1	1
<b>Área Total do Estado do Amazonas</b>		<b>157.074.560,00</b>	<b>100,0</b>	

**QUADRO 1 – SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Fonte: Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, 2007

A situação fundiária em Anori requer uma análise minuciosa dos dados coletados no trabalho de campo realizado no município, trata-se de considerar e comparar as informações obtidas com a aplicação de formulários e entrevistas. No entanto, é preciso destacar, inicialmente, uma grande imprecisão no fornecimento de informações a respeito da realidade fundiária do município, tendo em vista a grande dificuldade em obter informações a respeito das terras disponíveis para fins de reforma agrária. Além disso, uma aparente dispersão no processo de mobilização dos próprios “demandantes de terras” dificultou o acesso a opiniões acerca da regularização fundiária do município.

Em síntese, é possível afirmar que os chamados “demandantes de terras” do município de Anori residem, atualmente, na sede municipal. A principal fonte de renda dessas pessoas está na prestação de serviços, realização de pequenos “bicos”, revelando uma grande dependência do funcionalismo público. Algumas famílias garantem seu sustento com a produção agrícola, entretanto, grande parte dessas famílias não possui

área de produção própria, seus cultivos são realizados em terras da família ou sob a condição de arrendamento. Em função disso, estas famílias apresentam suas demandas para o acesso a propriedade rural, para que, deste modo, tenham alternativas de renda e sustento.

#### **3.3.1.4 Programas/Projetos desenvolvidos em Anori**

Como foi indicado na seção 5.1 do relatório do município de Uarini, o projeto é um esforço temporário empreendido para alcançar um objetivo específico e único motivado pela demanda particular de uma entidade. É um trabalho empreendido com responsabilidade de execução e resultado esperado, com quantificação de benefícios e prazos de execução pré-estabelecidos considerando os recursos humanos, financeiros, materiais e de equipamento, bem como as áreas envolvidas necessárias ao seu desenvolvimento.

A partir desses pressupostos indagamos: o que temos efetivamente ocorrendo em Anori? Ocorre à execução de projetos ou programas ou estaria ocorrendo ao mesmo tempo os dois?

Verificamos no município de Anori a presença do Pronto Atendimento Itinerante – PAI, programa do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal que tem como objetivo principal prestar serviços gratuitos ao povo interiorano do Amazonas, principalmente àqueles que, por falta de documentos, não têm acesso às políticas públicas.

O projeto pretende atender cinquenta e nove dos sessenta e dois municípios do Amazonas, através de 3 embarcações modernas, dotadas de tecnologia de última geração e comunicação *online* via satélite. Cada embarcação trabalha com equipes de aproximadamente trinta pessoas especialmente treinadas para prestar os melhores serviços aos mais de um milhão de homens do interior. Em Anori o projeto desenvolve

atividades como serviços da Previdência Social, aposentadorias e pensões, auxílios etc. Segundo a Secretária do Estado do Amazonas são também realizados no PAI serviços de emissão de registros de nascimento, carteiras de identidade e trabalho, título eleitoral etc. Além disso, há serviços de saúde – tais como assistência médica, laboratorial e farmacêutica, assistência odontológica e oftalmológica.

A meta do projeto é disponibilizar, para mais de um milhão de pessoas, dos 59 municípios e comunidades, diversos serviços tanto da esfera Estadual como Federal, entre eles, a Previdência Social. Agindo diretamente sobre os benefícios da Previdência Social, segundo fontes do Estado, o PAI pretende dobrar o número de beneficiários cujo percentual em relação à nossa população é de 6,2% enquanto a média brasileira é de 12,5% (**figura abaixo**).



**Figura 17** – Pronto Atendimento Itinerante – PAI  
**Fonte:** [www.see.am.gov.br](http://www.see.am.gov.br)

Notamos no município de Anori a existência do Programa Geral de Prevenção às Drogas e à Violência – PGPDA, o projeto foi implantado em janeiro de 2003 pela portaria 019/2004/GS/SSP, na gestão do ex-secretário de Segurança Pública, Júlio Pinheiro, com a idéia de gerir todas as atividades voltadas para prevenir a violência e o

uso de substâncias entorpecentes. Em abril de 2006, a equipe pedagógica do Programa, com intuito de massificar a atuação do método, decidiu mudar a nomenclatura. Pela lei n.º 002/2006-GS/SSP, ficou instituído que o PGPDA passaria a se chamar Programa de Redução da Violência e Combate ao Uso de Entorpecentes – PREVINE e continuaria a treinar voluntários com disponibilidade para atuar em escolas, bairros, conselhos de classes, empresas do Distrito Industrial e setores comerciais. O primeiro curso foi realizado em março/2003, formando 120 agentes multiplicadores que foram certificados em nível de Extensão Universitária pelo Centro Universitário Nilton Lins, um dos parceiros do programa assim como a Secretária do Estado de Educação do Amazonas – SEDUC, Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONEN, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, Pró-Vida e Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.

Esse programa consiste em alternativa fundamental para o desenvolvimento do município e combate às drogas, a violência, a marginalização, embora segundo os dados coletados na Delegacia de Anori, a questão das drogas não é principal problema do município. Anori tem dois outros problemas mais importantes: a prostituição e a gravidez precoce estão entre as principais questões enfrentadas pela população. Segundo a fonte de dados, a prostituição e a gravidez precoce tem sido consequência da presença no município da Construtora OAS Ltda., contratada pela Petrobras, para a construção do Gasoduto Coari-Manaus. Para a solução e/ou amenização desse problema nenhum projeto municipal ou de outras esferas de governo – Estadual e/ou Federal – foi apresentado e/ou aprovado.

As dificuldades do poder público municipal em desenvolver programas sociais voltados para os problemas concretos e mais recorrentes da vida social comprometem as atividades e os projetos sociais executados no município de Anori. A não participação

ou a escassa participação do poder público Estadual e Federal, através de macro-programas sociais, tem comprometido a solução dos problemas fundamentais da realidade rural amazônica. No caso de Anori, os problemas são manifestos e refletem a realidade do município.

Quando afirmamos que setores públicos tendem a desenvolver determinados tipos de programas – por exemplo, na Saúde, na Segurança Pública, na Educação etc. – programas extremamente importantes para a vida social, quando não contextualizados à realidade social dos municípios que pretende atender, isso exige formas de inserções singulares dos programas, pois do contrário, os programas tendem a ser programas abstratos, que não consideram as dimensões do cotidiano dos homens, mulheres, idosos e crianças, em suas singulares realidades, logo, malogram.

### **3.1.1.5 O poder executivo instituído de Anori**

Atualmente o município de Urini é administrado pela prefeita Sansuray Pereira Xavier, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, eleita nas últimas eleições municipais de 2008, com 3.339 votos.

A configuração do poder local é, em parte, determinada sociedade civil organizada e/ou da sociedade civil não/organizada. Pode-se afirmar, como regra geral, que quanto mais organizada a for a sociedade civil mais democrático será a constituição do poder local, seu exercício e vice-versa. Em Anori, a conformação do poder local dá-se em função da “pressão política” exercida pelos trabalhadores rurais sem terra, que anseiam pela regularização fundiária, mas se “organizam” politicamente de forma extremamente precária.

A situação fundiária do município de Anori corresponde a mesma situação encontrada em outros estados do Brasil, noutras palavras, os trabalhadores rurais

enfrentam a concentração e/ou centralização da terra, mas lutam, como podem, para nela trabalhar e, assim, almejar a dignidade humana. Diante da importância que tem a agricultura no município de Anori, a concentração fundiária necessita de atenções prudentes do poder público Estadual e/ou Federal no sentido de promover a justiça social por meio da democratização da terra.

Em Anori, a solução da situação fundiária é de extrema importância para os trabalhadores rurais – para os desertados do “progresso”. Para os detentores do poder público local da atual gestão (poder público local instituído no momento da realização da pesquisa), porém, não era meta prioritária – aliás, o que ficou evidenciado tanto nos diários de campo como nas entrevistas com eles realizados. Entrementes, os candidatos ao poder executivo manifestaram-se com mais ousadia, tanto com relação às necessidades dos demandantes de terra, quanto com relação a “Estrada” Anori/Codajás.

Segundo a atual prefeita de Anori (Sansuray Pereira Xavier), na época da pesquisa candidata a prefeita pelo PSDB, a construção da “Estrada” Anori/Codajás deverá acontecer antes da regularização fundiária, pois em sua visão, propiciaria melhores condições de vida para os trabalhadores rurais moradores dessa área e despertaria mais interesse nesses agricultores.

[...] Eu concordo com a criação da estrada [“Estrada” Anori/Codajás], mas eu concordo também com a regularização para poder desenvolver a terra. [Ocorrendo assim], as pessoas já teriam melhores condições para se trabalhar na terra, isso seria uma luz pra eles, que a estrada seria feita, enfim, isso despertaria um interesse neles, de ter terras regularizadas (Sansuray Pereira Xavier, gerente da Agência dos Correios e Telégrafos e Prefeita de Anori).

O município de Anori, segundo depoimentos coletados com pessoas do poder público, carrega consigo a desorganização administrativa, o que é evidenciado na ausência quase que absoluta de infraestrutura da cidade, na ausência de políticas públicas relacionadas com os aspectos fundamentais da vida humana, incluindo nesse

pacote a falta de incentivo aos trabalhadores rurais. É como se o município tivesse o setor secundário e o setor terciário da economia tão desenvolvido que não precisasse do setor primário. Nesse contexto, a preocupação com os trabalhadores rurais pode significar novos rumos para a economia do município – o que implicara na promoção de uma espécie de regresso ao mundo rural com novas condições materiais para o desenvolvimento das atividades agrícolas, de criação, extrativas não esquecendo obviamente os dilemas da sua comercialização.

Mas não é só isso. A nova configuração do poder municipal terá que ter como prioridade, no seu plano de governo, outras dimensões sociais igualmente importantes: a saúde, a geração de empregos urbanos, a pavimentação de ruas, o estímulo às formas de organização do trabalho artesanal etc. O poder local, em Anori, deverá apoiar as comunidades rurais visando à regularização fundiária e o apoio à realização do Assentamento na “Estrada” Anori/Codajás – supondo que não haja outro lugar mais adequado ecológica, econômica e socialmente para realizá-lo – visando melhorar a vida dos trabalhadores rurais sem terra... Deverá, ao mesmo tempo, caminhar com as outras prioridades do município, em razão delas serem demandas coadjuvantes à melhoria da vida econômica, social, política e cultural dos cidadãos de Anori em geral.

### **3.1.1.6 O poder parlamentar**

Como afirmamos Sansuray Pereira Xavier (PSDB) é atualmente a prefeita de Anori. Apoiada em 3.339 votos terá que governar o município de Anori relacionando-se com o poder legislativo – também renovado nas últimas eleições. Nesse contexto, cabe indagar: **qual a importância da câmara municipal ou a câmara dos vereadores na configuração do poder local?**

Os vereadores do município – assim como o poder executivo – são vistos pela sociedade civil local como os causadores dos dilemas econômicos, sociais e políticos da vida pública de Anori, pois, de acordo com os dados da pesquisa de campo, notamos que o que predominou na lógica das administrações anteriores do município foi uma prática legislativa desorganizada crônica e patológica – o que tem comprometido o presente e o futuro da sociedade de Anori nas questões menores e maiores da vida política da cidade. Basta recordar aqui, por exemplo, a falta de iniciativa política tanto do Poder Executivo como da Câmara dos Vereadores com relação à degradação das ruas de Anori em razão da passagem de máquinas pesadas (passivo econômico/ambiental), a prostituição e as meninas grávidas (passivo psicossocial) promovidos pelos trabalhadores exógenos ao município, da Construtora OAS Ltda., contratada pela Petrobras, para a construção do Gasoduto Coari-Manaus. É fundamental destacar que dos cinco municípios pesquisados (Uarini, Anori, Itacoatiara, Maués e Manicoré), o município de Anori é o que apresenta maiores dificuldades nos setores urbanos, a infraestrutura da cidade está aquém da encontrada nos outros casos.

O que nos chamou a atenção, em Anori, no momento em que fazíamos a pesquisa, momento que coincidiu com a campanha eleitoral para prefeito e vereadores, foi à participação assídua da população anoriense na campanha eleitoral dos diversos candidatos. Para o presidente da Associação dos Comerciantes de Anori, Manuel Compito (2008), essa participação não demonstra consciência política da população, pelo contrário, representa formas de acreditar nas promessas feitas pelos candidatos:

A cultura do nosso povo e a cultura da política exercida [aqui] é muito complicada, quer dizer, você tem [que ter] muito dinheiro pra realmente comprar voto, porque o caboclo aqui é o seguinte: eu voto em ti, mas o que tu vais me dá em troca? Infelizmente o próprio eleitor que se queixa da má administração é o principal causador da [própria] corrupção política [...].



**Figura 18** – População anoriense fazendo carreata a candidatos as eleições municipais.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

A falta de compromisso da administração pública demonstra descaso total no que diz respeito à infraestrutura do município e a preocupação com os trabalhadores rurais. Planos e metas foram elaborados, mas poucos foram efetivados, e a busca por parcerias torna-se fundamental para a realização dos projetos voltados para a agricultura – pois são os produtores rurais os que mais sofrem com a ausência do poder público municipal.

Segundo um representante político local, as poucas instituições de apoio existentes na cidade – IDAM, BASA – ou já tinham ido embora ou não estavam mais cumprindo seu papel. Em função disso, foi criada a Secretária de Produção de Anori, que teve como parceiro o SEBRAE. Para o líder político: Eu fiz um [bom] plano de trabalho [mas] não consegui alcançar a meta porque faltou apoio e parcerias. Na minha Secretaria existia orçamento, quer dizer, existe um orçamento para isso, mas o prefeito

não é obrigado a repassar [...]. E ele não repassou”. (B. Representante político do Município, 2008).

### **3.1.1.7 A sociedade civil organizada de Anori: suas reivindicações**

Onde e como estão organizados politicamente os trabalhadores rurais de Anori? Os demandantes de terra em Anori estão fortemente organizados, em associação, como estão os demandantes de terra em Uarini? Em Uarini, como evidenciamos, destaca-se a Associação dos Produtores Rurais do Município de Uarini – AMPROU, que se organizou tendo, pelo menos três objetivos: 1) demandar mais terras aos “agricultores urbanos” de Uarini, em razão dos seus atuais lotes serem muito pequenos; 2) criar as possibilidades objetivas de assentá-los com dignidade e condições de trabalho na Estrada Agrícola Uarini/Copacá; 3) patentear seu principal produto, a *farinha ova de Uarini*, marca material e simbolicamente reconhecida no estado do Amazonas e fora dele, mas que ainda não possui o *Selo de Qualidade* – o que tem permitido a muito produtores e, principalmente, aos agentes da comercialização a pirateá-la.

Entre os demandantes de terra de Uarini e Anori existe somente uma questão em comum – todos desejam terras para nela trabalhar! Contudo, a forma de organização social e política dos demandantes de terra de Anori para conseguir as terras para nelas viver e trabalhar se encontra em patamares organizativos insatisfatórios. Diante dos fatos é necessário colocar em evidência que os níveis de participação e organização dos demandantes de terra em Anori estão muito aquém das suas necessidades políticas. Mas não é somente isso. A própria situação fundiária em Anori parece ser mais complexa da encontrada em Uarini em razão da indisponibilidade de terras e da grande dificuldade que será a pavimentação da “Estrada” Anori/Codajás – supondo que isso venha a acontecer.

De acordo com a **figura abaixo**, a participação dos demandantes de terras de Anori em organizações formais alcança 85,0%, enquanto que apenas 15,0% não participam de organizações formais. Os depoimentos indicam que a necessidade de se organizar relaciona-se com as possibilidades de alcançar seus anseios – a regularização fundiária. Para a representante da Associação de Mulheres no Município de Anori, as atividades exercidas nesses tipos de organizações são movidas pela busca reconhecimento do trabalho, da identidade e da sua luta contra as desigualdades que causam exclusão social: “para uma mulher, é muito difícil ficar com os braços cruzados e não ir pra luta. Mas nós, na Associação, pretendemos levar a essas mulheres a força, o que realmente encontramos no dia-a-dia” (B.M, Associação de Mulheres no Município de Anori).



**Figura 19** – Indivíduos que participam de organizações formais em Anori.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, agosto de 2008.

As organizações sociais formais encontradas em Anori – conforme indica a **figura abaixo** – são a Associação de Produtores Rurais (45,0%), a Associação de Mulheres no Município de Anori (11,0%) e o Movimento Eclesiástico de Base/Igreja (44,0%). Essas organizações possuem um caráter extremamente “prático” visando

essencialmente à luta pela regularização fundiária no município, noutras palavras, elas estão fundamentalmente preocupadas com a democratização da terra no campo.



**Figura 20** – Indivíduos que participam de organizações formais em Anori.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, agosto de 2008.

As organizações sociais em Anori funcionam como alicerce aos anseios dos trabalhadores rurais do município que necessitam de uma terra para labutar e dela tirar o seu sustento e de sua família. Em razão disso, o papel das organizações é mais participativo e democrático – logo, político – onde seus planos e metas surgem da relação entre vontade individual e coletiva tendo, como objetivo, a melhoria da vida. A vontade de dar respostas às necessidades concretas dos demandantes de terra do município conduz normalmente ao diálogo preferencial com as associações existentes, que se supõe dão corpo e dimensões diversificadas da vontade coletiva. Trata-se, quase sempre, das relações entre sociedade e poder em que se valorizam as atividades econômicas, consideradas determinantes do desenvolvimento.

Contudo, o poder local não pode ignorar o fenômeno associativo existente. Antes deve apoiá-lo colaborando com ele. Somente quando a globalidade da comunidade assume uma forma participativa, operando-se a socialização do político,

também o local se torna espaço do social, na sua maior variedade e intensidade. Este espaço apresenta uma configuração homogênea, cujo conhecimento é necessário à compreensão das diversas modalidades de interdependência entre o poder e as relações sociais. O Estado, com vontade de centralização, despolitiza o poder local, enfraquece a democracia interna da vida da comunidade, é um fator que compromete a nova vida da organização social. Se os feudos têm servido o Estado, nas suas modalidades de dominação, o pluralismo das associações locais pode criar os mecanismos de participação geral. O importante consiste em descobrir as diversas formas de coagulação social, as diferentes expressões de associação e as forças vivas coletivas da comunidade, que se formam à volta de necessidades, aspirações e reivindicações. A ação governativa converte-se, então, essencialmente em dinamização e gestão das estratégias comuns, e a politização opera-se mediante o debate público.

Assim, o papel de organizações sociais formais se dá através da busca por objetivos em comum, que justificado pelo desenvolvimento social, obtém aliados da mesma conjuntura, ou de diferentes, mas que possuam os mesmos ideais sociais. Diante desses papéis, as associações e sindicatos no município exercem um papel fundamental, pois justificam a força dos trabalhadores rurais perante a busca por igualdade social. Percebemos, inclusive, os mesmos atores sociais em algumas dessas organizações e também concorrem ao exercício de representatividade do Estado. Alguns dessas organizações se destacam no município como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anori – STRA e a Associação dos Trabalhadores Rurais e Ribeirinhos de Anori – ATRA.

O STRA tem como objetivo a organização social da classe trabalhadora rural e conseqüentemente a busca de melhores condições de trabalho, de assistências sociais e parcerias que permitam o desenvolvimento do seu trabalho de maneira digna e que

principalmente possuam recursos suficientes para darem continuidade ao trabalho rural que tanto eles necessitam. Essas atividades possuem, portanto, um caráter não somente econômico, mas que resulta também em um processo acelerado de regularização fundiária, tendo em vista que no município esse é o principal objetivo desses trabalhadores, que através da terra, possam encontrar melhores condições de vida.

O Sindicato foi fundado, principalmente com o intuito de promover o desenvolvimento social dos trabalhadores rurais, através de um trabalho digno e, principalmente, de alianças. Para o Sindicato, a sua fundação representou uma possibilidade maior da organização dessa classe e a possibilidade burocrática para os trabalhadores que tanto necessitam de créditos rurais, ou outros programas que permitam o desenvolvimento da agricultura. O sindicato, com relação ao processo de regularização fundiária, procura dar apoio aos demandantes de terra e age politicamente, na maioria das vezes, em parcerias com o IDAM de Anori:

Nós lutamos junto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A população que precisa de uma terra para viver. Faremos tudo que estiver no nosso alcance pra desenvolvermos a agricultura no município, e o sindicato ajuda muito (G. M. G., funcionário público de Anori, pesquisa de campo, 2008).



**Figura 21** – Reunião com gerente do IDAM.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

A ATRA possui como foco os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras ribeirinhas e conta com o apoio da Associação, bem como a Pastoral do município, que desenvolve uma parceria solidária atendendo os objetivos da associação e gerando condições suficientemente necessárias para a democratização da terra, e o uso dela de forma racional. Para a associação, a luta dos trabalhadores rurais é o que impulsiona a vontade das lideranças em continuar com o trabalho:

Não há dinheiro nenhum que pague os resultados alcançados para essa classe trabalhadora. Nós lutamos por eles e pela gente, porque a conquista da gente é especialmente uma conquista deles (Braima, Presidente da ATRA).

Outra dimensão da vida organizada no município é encontrada na Associação dos Comerciantes de Anori – ACA. Segundo um dos seus membros, M. A. C. (2008), a associação conta com a participação de vinte sócios. Teve seu início baseado no objetivo fundamental de agregar benefícios e, hoje, tem como meta principal construir a sede da Associação e proporcionar lazer, capacitação humana etc.:

[...] O nosso comerciante é muito leigo em relação a sua própria atividade. Ele não sabe de nada. Assim a Associação Comercial quer dar um jeito nisso [...]. Nós temos que estreitar essa máquina do comércio [...].



**Figura 22** – Entrevista com o Manuel Compito, Presidente da Associação dos Comerciantes de Anori.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Diante das análises desenvolvidas percebemos o posicionamento de algumas das “lideranças” do município – do poder público municipal atual, dos representantes do Estado, da sociedade civil organizada etc. (**quadro abaixo**). Os posicionamentos são extremamente diferenciados quando consideramos o tema da situação fundiária do município e a ação política dos demandantes de terra visando a sua solução socioeconômica e política.

#### **QUADRO TAL – POSICÃO POLÍTICA DE (ALGUMAS)**

##### **LIDERANÇAS COM RELAÇÃO À SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA**

<p><b>SANSURAY PEREIRA XAVIER</b> (PREFEITURA DE ANORI)</p>	<p>Afirma que no desempenho do seu mandato os problemas da cidade e do campo serão tratados com a mesma importância. Na sua visão a regularização fundiária e o afastamento da “Estrada” Anori/Codajás devem ocorrer ao mesmo tempo;</p>
<p><b>MANUEL CÔMPITO</b> (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTE DE ANORI)</p>	<p>Segundo o presidente da Associação, torna-se necessário um processo de conscientização dos trabalhadores (dos demandantes de terra) para que, no futuro, eles não possam vender suas terras;</p>

<p style="text-align: center;"><b>PEDRO GRIJÓ</b> (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANORI)</p>	<p>O Sindicato tem como objetivo promover a igualdade social e, assim, trabalha politicamente na busca das terras para os trabalhadores rurais. Para ele, o sindicato deve apoiar os trabalhadores rurais.</p>
<p style="text-align: center;"><b>GIORGE MARIO GRIJÓ</b> (GERENTE DO IDAM/ANORI)</p>	<p>Acha necessário estabelecer parcerias com os demandantes de terra. Entende que o IDAM deve continuar participando desse processo e deverá dar assistência técnica aos demandantes de terra quando esses forem assentados;</p>
<p style="text-align: center;"><b>BOBÓ</b></p>	<p>Afirma que o fundamental é fazer parcerias, pois o dinheiro público é pouco quando se trata de investimento nos municípios do Amazonas. Acredita que com a realização de parcerias o processo da regularização fundiária em Anori ganhará forças.</p>

Os depoimentos indicados acima são diversos e complementares. Trata-se de destacar eixos fundamentais para a consolidação de uma política de regularização fundiária par o município de Anori. Como é possível observar um dos maiores dilemas com relação a este processo, é a prioridade que deve ser dada ou a pavimentação da estrada ou a instalação do assentamento. Para algumas pessoas não interessa a instalação do assentamento sem que as famílias não tenham como se locomover e escoar suas produções. Para outras, o assentamento é prioridade, uma vez que as famílias precisam urgentemente de terras para plantar. Para a atual prefeita de Anori, as duas coisas devem ser encaminhadas ao mesmo tempo.

Para outros representantes políticos do município, esse projeto de instalação do assentamento e pavimentação da estrada só será possível mediante as parcerias que deverão ser estabelecidas, sem estas parcerias o poder público local não terá condições financeiras de levar esse projeto para frente. As associações de moradores locais, diretamente envolvidas nesse processo, assumem o compromisso com esta causa,

apontando alternativas e idéias que poderão corroborar com o projeto. De um modo geral, a participação da sociedade civil organizada se dá gradativamente no município de Anori, ainda que práticas típicas da política amazonense se façam presentes como, o paternalismo, o assistencialismo e o clientelismo.

### **3.1.1.8 Práticas da sociedade civil não/organizada – os coletivos informais**

As organizações sociais informais em muito contribuem para o processo de democratização da terra e são vistas pelos trabalhadores rurais como um aspecto que impulsiona a produção e fortalece os laços fraternais.

Na região amazônica, e mais especificamente em Anori, as atividades rurais são determinadas pelos processos que desenvolvem no mesmo compasso a criação de organizações sociais informais, e na medida em que se apropriam dessas circunstâncias, garantem laços de trabalho e resultados mais eficazes nas áreas trabalhadas deste modo.

As organizações sociais informais se apresentam enquanto aprimoramento das técnicas de determinadas atividades, e principalmente pela busca de cooperativismo para se alcançar determinados objetivos – relações de trabalho, religiosas, políticas etc. Nessas sociedades as organizações se caracterizam como fundamentalmente culturais. Nesse contexto, para Castro (2000), as relações que encontramos na sociedade amazônica são condicionadas através de heranças culturais, e que na atualidade são determinadas por um conjunto de práticas diferenciadas que tendem a solucionar determinadas atividades do mundo ordinário.

Em Anori, 44,0% dos entrevistados não participam de organizações sociais informais, enquanto que 56,0% participam. Diante da realidade do município, por apresentar atenções e preocupações dos integrantes do poder local para com os trabalhadores rurais, devido ao fato da maioria não possuir legalmente áreas destinadas

ao trabalho e à constituição/reprodução de seus modos de vida e dela tirarem o sustento da família, os 56,0% de participação nessas organizações informais representam a necessidade que esses trabalhadores possuem em trabalhar na terra e dela tirar o seu sustento.



**Figura 23** – Indivíduos que participam de organizações formais em Anori.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, agosto de 2008.

Outras atividades também são desenvolvidas no município, e possuem significativa importância frente aos dados obtidos na pesquisa de campo. Em Anori, os trabalhadores rurais anseiam por terras para labutar, mas ocorre um impasse entre os interesses desses trabalhadores e do poder público local, que observa como prioridade outras atividades no município. A necessidade da regularização fundiária, na visão dos trabalhadores rurais, significa não somente uma terra para dela se sustentar, mas também o reconhecimento de suas necessidades e a legalidade de suas atividades.

Dentre as atividades da organização social informal, destaca-se o mutirão/puxirum/ajuri, onde representa 59,0% dos entrevistados, parceria/meia, com 23,0% e troca de dia, com 18,0%.



**Figura 24** – Indivíduos que participam de organizações formais em Anori

**Fonte:** Pesquisa de campo, agosto de 2008.

Atividades como mutirão/puxirum/ajuri, parceria/meia e troca de dia são técnicas conhecidas e vividas por populações rurais, dispõe de técnicas tradicionais e necessita de conhecimentos adquiridos, um lugar para produzir. Em Anori, tanto o problema de um local para se produzir quanto o de escoamento da produção estão presentes. Os trabalhadores possuem técnicas, mas não espaço para trabalhar na área rural, comprometendo não somente a sua produção, mas a do município em geral.

O processo de regularização fundiária surge então, como uma forma que impulsiona a atividade agroextrativista da região, e conseqüentemente o progresso econômico dos trabalhadores rurais e do município. É necessário, porém, que esse processo não somente sirva para dar aos trabalhadores uma terra para o trabalho, mas também oferecer a eles, melhores condições de vida e estruturas suficientemente necessárias para o escoamento da sua produção, mesmo que isso signifique para o município, inicialmente, gastos a mais no orçamento.

A situação fundiária do município consiste em apresentar condições necessárias para que os trabalhadores rurais possam exercer suas atividades agroextrativistas,

oferecedo-lhes meios de subsistência, atrelados aos seus saberes tradicionais e uso racional da terra.

A participação em organizações sociais informais poderia ser maior no município se o poder público, tanto municipal quanto estadual, oferecesse condições suficientemente necessárias para os trabalhadores rurais, que perpassa desde um lugar próprio para se trabalhar, até uma maneira racional de escoamento da produção, oferecendo não somente aos trabalhadores, mas ao município, maiores benefícios econômicos. Essas condições necessárias consistem prioritariamente em um processo de regularização fundiária, que só será possível ocorrer, com o apoio do poder local, que consiste não somente no poder público, mas também no de organizações sociais formais e informais.

Essa criação organizacional demarca uma série de circunstâncias que caracterizam as populações tradicionais como detentoras de técnicas e conhecimentos únicos determinados pelo trabalho em conjunto. Em Anori, essas técnicas não são muito utilizadas, pelo fato dos trabalhadores rurais não terem local próprio para trabalhar, dificultando dessa maneira, a relação coletiva dos agricultores.

### **3.1.2 Silves**

#### **3.1.2.1 Contextualização histórica e cultural do Município de Silves**

A história de Silves está intimamente associada à de Itapiranga, por já terem formado uma mesma unidade administrativa, com as atuais respectivas sedes se alternando no decurso do tempo como sede do município que então englobava a ambos. O povoamento da região tem seu marco inicial da fundação da Missão do Saracá, por Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, em 1660.

Em 1663, sangrentas lutas são travadas entre os colonizadores portugueses e os indígenas perto da foz do rio Urubu, até a chegada, no final desse ano, de Pedro da Costa Favela, que aí desembarca parte de sua tropa para a manutenção da ordem. Em 1759 a já aldeia de Saracá é elevada à vila, com a denominação de Silves e como sede do município de igual nome. O município é extinto em 1833 e restabelecido em 1852. Em 1922, a sede do município é transferida, para Itapiranga, sendo este povoado elevado à vila.

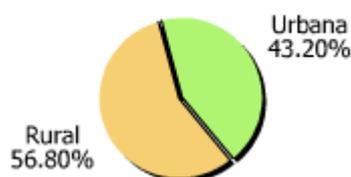
Em 27.02.1925, pelo Decreto Estadual nº 23, a sede do município retorna a Silves. Em 1930, o município é anexado ao de Itacoatiara, mas é restabelecido em 1935. Em 1938, o município passa a denominar-se Itapiranga, com sede na Vila do mesmo nome, então elevada a cidade. Nesse mesmo ano o município tem sua estrutura administrativa definida com dois distritos: Itapiranga e Silves.

Em 29.12.1956, pela Lei Estadual nº 117, separa-se em municípios autônomos, Itapiranga e Silves, e em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, Silves perde partes de seu território, em favor dos novos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

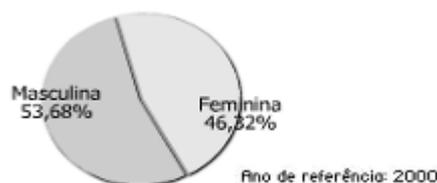
Silves é uma região de várzeas e igapós, nome usado localmente para designar a área à margem dos rios que fica inundada durante a estação das cheias (janeiro a junho). Na seca (de julho a dezembro) as águas baixam e as praias aparecem. Com abundância de peixes e de rica diversidade aquática. Geograficamente equatorial, situa-se na altura do paralelo: 03°50' latitude Sul e no meridiano 58°15' longitude Oeste de Greenwich. Situado na Região do Médio Amazonas sua microrregião é Itacoatiara e mesorregião é o Centro Amazonense. O mesmo possui um clima tropical, chuvoso e úmido de temperatura máxima de 36°C e mínima de 23°C, com altitude de 46m acima do nível do

mar. Sua Área é de 3.749 km<sup>2</sup> representando 0.2387 % do Estado, 0.0973 % da Região e 0.0441 % de todo o território brasileiro.

O Município de Silves possui 7.785 habitantes contendo 3.363 habitantes na zona urbana e 4.422 na zona rural, distribuídos em uma área territorial de 3.749 Km<sup>2</sup>. Verifica-se também a distribuição total da população por sexo. Sendo 53% masculina e 42% feminina de acordo com o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



**Figura 25** – População urbana e rural.  
Fonte: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

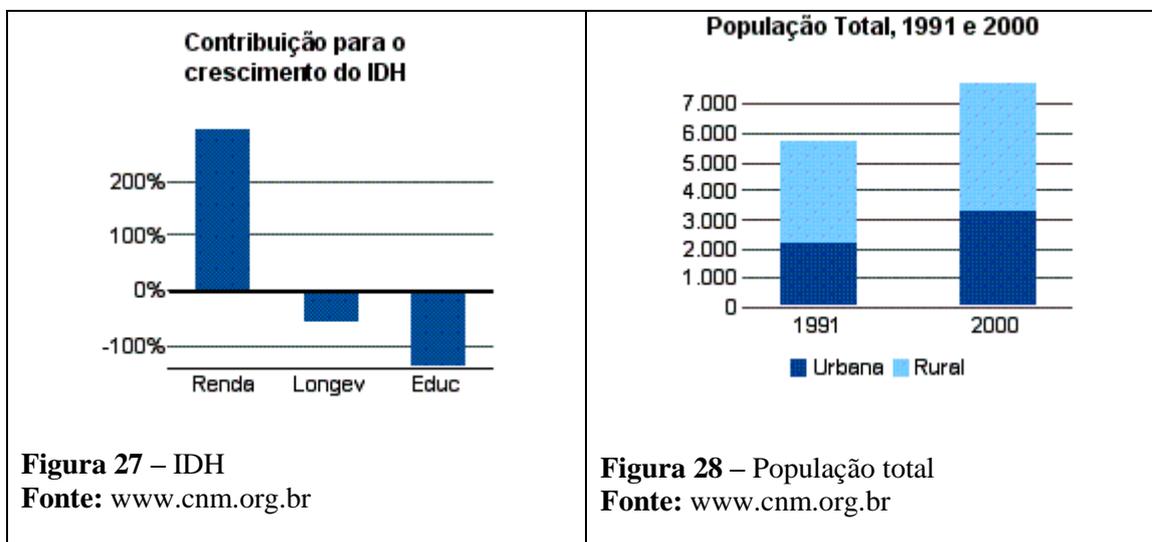


**Figura 26** – População feminina e masculina.  
Fonte: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Silves diminuiu 1,32%, passando de 0,684 em 1991 para 0,675 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esta queda foi a Renda, com 296,0%, seguida pela Longevidade, com -56,0% e pela Educação, com -140,0%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) aumentou em 2,8%.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Silves era 0,675. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) Em relação aos outros municípios do Brasil, Silves apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3363<sup>a</sup>

posição, sendo que 3362 municípios (61,0%) estão em situação melhor e 2144 municípios (39,0%) estão em situação pior ou igual.



Em Silves por ser um município cercado trechos fluviais adequados como igarapés, rios, lagos, entre outros é muito comum o uso de embarcações como: barcos, voadeiras (canoa com motor), lanchas para o transporte aquaviário, tanto de passageiros quanto de cargas comerciais. No que diz respeito ao transporte terrestre pode-se afirmar que está extremamente ligado ao transporte das atividades: agropecuária, extrativa mineral (exceto petróleo). Uma das maneiras mais fáceis de ir para Silves saindo de Manaus é ir de ônibus para Itacoatiara, trajeto que leva 4 horas. E ao chegando a Itacoatiara pegar um barco expresso e em 1 hora e meia chega-se em Silves.

### 3.1.3 Itacoatiara

#### 3.1.3.1 Contextualização histórica e cultural do Município de Itacoatiara

Os registros de povoamento na região datam de 1655, quando o Padre Antonio Vieira cria a Missão dos Aroaquis na Ilha de Aibi, nas proximidades da boca do Lago do Arauató. A Missão, porém não progrediu em razão da investida dos índios Muras.

Por cinco vezes o povoado mudou de lugar. O desconhecimento sobre a região não os deixava observar que estavam deslocando-se dentro da área dominada pelos por esses índios, uma vez que o território que estavam aglomerados compreendia praticamente toda a calha do Rio Madeira. Razão que fez a Missão mudar para a foz do Rio Abacaxis.

O povoado desta vez instalou-se em terra firme e as investidas dos Muras eram menores. Com o notório progresso do povoado o capitão-general-governador da Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, em visita ao lugar resolveu alavancar o lugar para categoria de Vila. Contudo, os moradores já tinham previamente escolhido um novo lugar em razão da insalubridade e dos constantes ataques dos índios. Desta vez trocaram a calha do Madeira pela margem esquerda do Rio Amazonas, mais precisamente no Sítio Itacoatiara.

A mudança só foi efetivada em 19 de abril 1758. Mendonça Furtado após verificar o lugar *in loco*, deixou o sítio Itacoatiara e partiu para Barcelos para empossar o coronel Joaquim de Mello e Povoas como governador da capitania de São José do Rio Negro. Em 01 de janeiro de 1759, acontece de fato a instalação da vila com denominação portuguesa de *Serpa* que estaria sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, cuja imagem foi trazida de Portugal para a vila recém formada.

Serpa foi a 3ª vila instalada do Amazonas estrategicamente pela posição geográfica, esta exercia considerável influência na região, ficando inclusive o Lugar da Barra, atual Manaus, sob sua dependência política. A Comarca de Serpa compreendia a aproximadamente metade da área do Estado.

Em 1840 Serpa foi duramente atingida pela revolução dos cabanos. E finalmente em 25 de abril de 1874, com base no projeto nº 283 de autoria do Deputado Damaso de Souza Barriga, a antiga Vila de Serpa é elevada a categoria de cidade, resgatando a

origem indígena com a denominação de *Itacoatiara*, fazendo uma alusão as pedras encontradas no Juary, bairro da cidade que fica situado na margem do rio Amazonas, onde encontram-se várias pedras com inscrições em baixo relevo feitas pelos primeiros habitantes.

Em 24 de agosto de 1932, na frente da cidade aconteceu a célebre Batalha Naval envolvendo os navios Ingá e Baependí dos legalistas da constitucionista de São Paulo. Os navios Jaguaribe e Andirá estavam sob o comando dos rebeldes. Foram construídas trincheiras no litoral da cidade. O atual prefeito Major Gonzaga Pinheiro e o Padre Pereira foram à bordo do navio dos revoltosos e taticamente negociaram a rendição da cidade. Na realidade estavam ganhando tempo no aguardo da chegada dos navios Ingá e Baependí para tirarem os moradores da vila de Serpa do sufoco.

Os navios aliados investiram bravamente sobre os revoltosos, partindo o Jaguaribe e o Andirá ao meio, trazendo novamente a paz à cidade e o retorno dos moradores que se afugentaram para o Lago de Serpa e outros se embrenharam na selva e ficaram esperando o desenrolar da situação.

A população total da cidade de Itacoatiara é de 87.896 habitantes (IBGE, 2007), o que corresponde a uma densidade demográfica de 9,49 habitantes por km<sup>2</sup>. Colocando-a na posição de quinta maior cidade do Estado do Amazonas, perdendo somente para Manaus, Parintins, Coari, e Manacapuru. Sendo que 87% da população se concentram no meio urbano e 13% no meio rural. Da população total 52,07% são mulheres e 47,93% são homens.

No período 1991-2000, a população de Itacoatiara teve uma taxa média de crescimento anual de 2,39%, passando de 58.757 em 1991 para 72.105 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 1,29 passando de 63,62% em 1991 para 64,44% em 2000. Em

2000 a população do município representava 2,56% da população do Estado, e 0,04% da população do País.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da cidade de Itacoatiara é de 0,711. Sendo a média do IDH-M no Amazonas de 0,618, colocando o município em 3º lugar no ranking Estadual, entre os 62 municípios do Estado. A média do IDH-M na Região Norte é de 0,664 colocando o município em 86º no ranking Regional (entre os 449 municípios da região norte). É a média do IDH-M no Brasil é de 0,699 colocando o município de Itacoatiara em 2782º lugar no Nacional, entre os 5.507 municípios.

O conjunto de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções de uma sociedade é conhecido como infraestrutura. Estas funções estão definidas sob os seguintes aspectos: aspecto social, que visa promover condições adequadas de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança; aspecto econômico deve propiciar o desenvolvimento de atividades de produção e comercialização de bens e serviços; aspecto institucional deve oferecer os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político administrativo da própria cidade (Núcleo de Pesquisas em Qualidade de vida, 2007).

Um dos eficientes meios de promover a qualidade de vida de uma população é a condição infraestrutural, entretanto, isso não somente consiste em escolas, postos de saúde, delegacias, abastecimento de água tratada, coleta de lixo, ruas asfaltadas, transportes, sistema de energia, sistema de comunicação e esgotamento sanitário, mas considerar as condições e o modo de vida da população através de intermediações das instituições responsáveis em garantir a qualidade desses serviços públicos.

O crescimento populacional no Brasil implica em mudanças nos padrões de vida da população, como consequência desse fato surge a necessidade da promoção de novos

equipamentos sociais que atendam as necessidades básicas dos indivíduos. Nos estados brasileiros o processo de planejamento do meio urbano se existiu foi de forma precária e ineficaz e isso tem causado grande impacto social, econômico e político nessas áreas. A falta de serviços públicos faz com que muitas pessoas migrem para as áreas urbanas mais desenvolvidas em busca de serviços básicos.

No Amazonas, a distância é uma colaboradora para que alguns sistemas de infraestrutura demorem a ser consolidados nos municípios. A falta de alguns serviços públicos ocasiona a migração dos moradores principalmente para Manaus. Assim, faz-se imprescindível o desenvolvimento de ações urbanas ou políticas públicas visando reduzir o impacto social das diferenças estruturais observados em todas as cidades do Estado (SHOR & CHAGAS, 2008).

O município de Itacoatiara é um dos municípios mais importantes do Estado do Amazonas. A cidade apresenta o rio Amazonas como um de seus principais pontos turísticos. A cidade-sede ainda possui em sua infraestrutura prédios antigos construídos no século XIX, que lembram à chegada dos europeus na região.



**Figura 29** – Frente de Itacoatiara.  
**Fonte:** [www.google.com.br](http://www.google.com.br)



**Figura 30** – Orla de Itacoatiara.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Itacoatiara teve um impulso no crescimento populacional pelo fluxo migratório pelo fato da região possuir um potencial desenvolvimento econômico da comercialização dos recursos madeireiros. Durante esta época, Itacoatiara vivenciou e acompanhou um grandíssimo aumento de sua população. Com o fortalecimento da Zona Franca de Manaus a cidade começou a receber investimentos e novamente constantes migrações de pessoas de várias regiões do país. Isso gerou ao surgimento de inúmeros bairros na cidade, e muitos surgiram a partir de ocupações urbanas desordenadas (Prefeitura de Itacoatiara, 2009). Isso ocasionou também a falta de alguns serviços públicos e a falta de empregos à população. Segundo a Prefeitura de Itacoatiara (2009) a parte oeste da cidade possui a maior concentração de pobreza, devido a uma estrutura socioeconômica frágil. Porém, a pobreza existente é pequena comparada aos índices das grandes cidades do país.

A área urbana de Itacoatiara é composta de 24 bairros e o distrito de Amatory, com ruas largas e retas. A área rural é composta por 03 vilas estruturadas: Lindóia, Novo Remanso, Engenho e Batista, conta ainda com 240 comunidades rurais (Pesquisa de Campo, 2008).

A proximidade com a capital do estado e investimentos econômicos garantiram equipamentos sociais relevantes para o desenvolvimento da cidade, como ruas asfaltadas e arborizadas, hotéis, restaurantes, transportes e a construção da estrada AM-010 que liga o município à cidade de Manaus.

A cidade possui plano viário planejado originalmente em 1911 pelo engenheiro francês Legeandre Decluy, depois reconfigurado pelo engenheiro Casseano Secundo. No governo do ex-prefeito Isaac Peres (1926-1929) fora criado o calçadão principal abrigado sobre oitizeiros, com duas pistas laterais, com a denominação de Rua Ruy Barbosa, atual Avenida Parque, que se destaca hoje como um dos principais cartões

postais da cidade de Itacoatiara, por sua beleza cênica e pelo agradável abrigo sob um túnel verde com mais de dois quilômetros de extensão (Câmara Municipal de Itacoatiara, 2009).



**Figura 31** – Calçada central de Itacoatiara.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.



**Figura 32** – Calçada central de Itacoatiara.  
**Fonte:** [www.google.com.br](http://www.google.com.br)

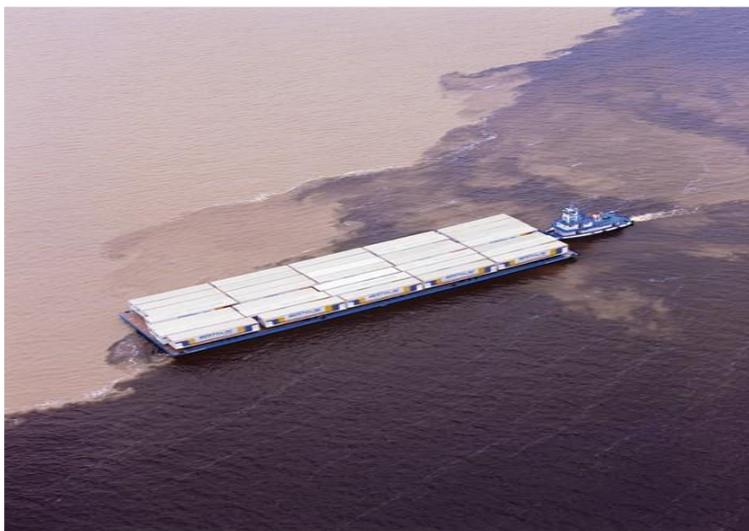
O Município possui quatro agências bancárias: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia. Possui também uma grande rede comercial de supermercados e de grandes lojas regionais: Bemol, Armazém Paraíba e Esplanada. Além disso, a cidade exporta madeira beneficiada através da empresa Mil; destaca-se também a exportação de soja através da empresa Hermasa e Grupo Maggi (Pesquisa de Campo, 2008).

As questões relacionadas a infraestrutura da cidade são coordenadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) que atua na limpeza das ruas, coleta de lixo domiciliar, asfaltamento, entre outros serviços.

Os meios de transporte têm um papel fundamental na sociedade. Direta ou indiretamente dependemos deles para a maioria de nossas atividades cotidianas. Assim, podemos dizer que os tipos de transporte movimentam pessoas e mercadorias de um

lugar para outro. Os meios de transporte são divididos em: Terrestre (carro, ônibus, moto, bicicleta, trem); Aquático (navio, canoa, barco); e Aéreo (avião, helicóptero).

Praticamente tudo o que é produzido e consumido pela população viaja de barco, de navio ou de balsas. A distância é um dos principais fatores que contribui para esse tipo de navegação.



**Figura 33** – Balsa transportando cargas pelos rios do Amazonas.  
**Fonte:** [www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br)

Há pelo menos um milhão de barcos na Amazônia. Perto de 100.000 são registrados. Os outros navegam sem documento nem fiscalização nas vias fluviais que ninguém sabe precisar. Só de rios navegáveis para as grandes embarcações são 25.000 quilômetros, isso é mais que o dobro de estradas pavimentadas existentes (Revista Veja Online, 1997).

Na região amazônica a maioria das cidades foram construídas às margens dos rios. Itacoatiara é uma das cidades da Amazônia que está intimamente ligada à presença de rios. É raro uma cidade da região está fora deste contexto. Nesse caso, nota-se a importância dos meios de transporte fluviais para locomoção e reciprocidade entre os moradores das cidades chamadas de interioranas e comunidades “ribeirinhas”.

Desse modo, o acesso ao município de Itacoatiara dá-se por via fluvial e o transporte mais utilizado para acesso intermunicipal é o barco de linha, fazendo o trajeto Itacoatiara/Manaus. O município também possui como acesso a rodovia AM-010, que liga o município a cidade de Manaus. As principais empresas de transportes rodoviários intermunicipais e interestaduais que ligam a cidade à outras regiões do país são: EUCATUR e ARUANÃ.



**Figura 34** – Porto de Itacoatiara.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.



**Figura 35** – Estrada AM-010.  
**Fonte:** Site da Prefeitura de Itacoatiara, 2009.

A Empresa Municipal de Trânsito e Transporte (EMTT) é a instituição que atua juntamente com o Departamento de Trânsito do Amazonas (DETRAN-AM) na regulamentação e concessão de circulação de transportes terrestres na cidade, como também na avaliação da capacidade física, mental e psicológica dos candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação (Prefeitura de Itacoatiara, 2009).

O DETRAN juntamente com a EMTT estabeleceram diretrizes de segurança e educação para o trânsito, a fim de facilitar o processo e a integração do novo sistema.

A frota de transportes terrestres de Itacoatiara é composta por 1.284 automóveis; 3.594 motocicletas; 2.789 motonetas; 257 caminhonetes; 72 ônibus; 20 micro-ônibus; 25 tratores e 219 caminhões em circulação (IBGE, 2007).

Segundo, a Prefeitura Municipal (2009) os dados do Detran-Am, revelam que existem no município mais de 1.290 veículos licenciados em Itacoatiara, contra uma população de aproximadamente 90 mil habitantes, fazendo com que a média seja de impressionantes 0,4 carros por habitante. O trânsito nos horários de maior movimento tem-se tornado complicado nas principais vias da cidade, problema este que se agrava sensivelmente durante a temporada de festas populares, época em que a frota do município é somada aos veículos dos turistas que se dirigem à Itacoatiara neste período do ano.



**Figura 36** – Motocicleta, transporte mais utilizado.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.



**Figura 37** – Bicicleta, transporte utilizado pelos moradores.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Todos os anos o DETRAN-AM, através da Coordenadoria de Educação de Trânsito (CET), realiza uma campanha educativa e preventiva na cidade, em vista do Festival da Canção (FECANI), do qual participam cantores e músicos de todo o país. A

CET conta com uma equipe que realiza campanhas através de abordagens com distribuição de material educativo e instruções com dicas de segurança (ver figura abaixo).

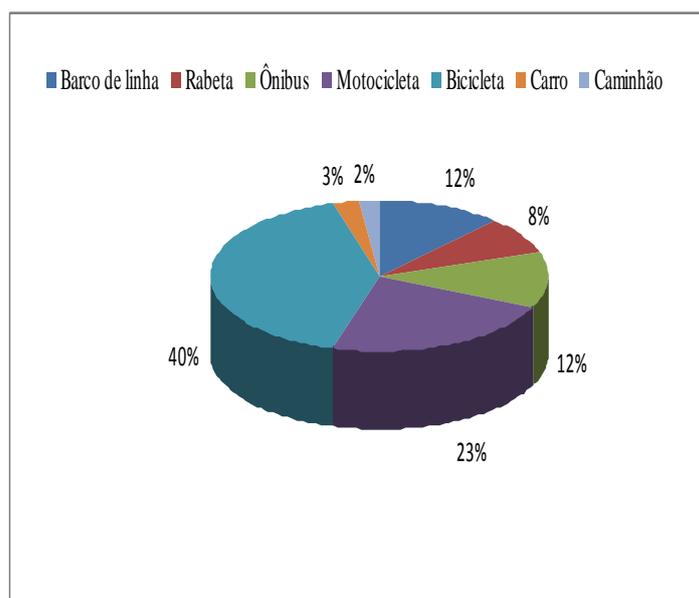


**Figura 38** – Slogan da campanha do DETRAN.  
**Fonte:** Site da Prefeitura de Itacoatiara.

Itacoatiara também possui uma frota de 35 taxistas que viajam no trecho Itacoatiara/Manaus/Itacoatiara, transportando passageiros para ambos os lugares (Prefeitura de Itacoatiara, 2009). Os barcos de linha que deslocam-se das regiões do Alto, Médio e Baixo Amazonas, Rio Madeira e Rio Solimões em direção à Manaus passam por Itacoatiara, por isso, é comum ver passageiros dessas embarcações ficarem na cidade para irem de táxi ou de ônibus para Manaus, uma vez que o percurso da viagem é menor do que de barco. Além disso, muitas pessoas de Manaus que viajam em direção a outras cidades do Estado vão para Itacoatiara para irem de barco aos seus destinos.

No município de Itacoatiara os tipos de transportes mais utilizados em via terrestre são as bicicletas, as motocicletas, os ônibus e os carros. Itacoatiara também possui uma frota de ônibus que faz linha para a cidade de Manaus pela estrada AM 010.

Por via fluvial os transportes mais utilizados são os barcos de linha que transportam passageiros, cargas e “encomendas” para os municípios mais próximos, principalmente Manaus. Outro tipo de transporte muito utilizado pelos moradores são as rabetas que, bastante usadas pelos moradores da área rural do município, transportam pessoas para a cidade e para as comunidades rurais (ver figura abaixo).



**Figura 39** – Tipos de transporte mais utilizados (%).  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Itacoatiara possui um porto flutuante onde embarcam e desembarcam pessoas e mercadorias. A maioria dos barcos de grande porte e pequeno porte ficam atracados no porto flutuante. O município também possui um terminal graneleiro, inaugurado em 1997, numa área de 150 mil m<sup>2</sup>, voltado para a exportação da soja produzida no cerrado mato-grossense. O terminal utiliza a hidrovia do Madeira para o transporte também de grãos, granéis sólidos e insumos agrícolas da região amazônica, movimentando até cinco milhões de toneladas por ano (Câmara Municipal de Itacoatiara, 2009).

O transporte fluvial no Amazonas é um fator essencial de desenvolvimento e ordenamento do território, seja ele em nível local ou regional, pois é responsável pela

circulação de pessoas e cargas, desempenhando papel estratégico para que as relações sociais, econômicas e espaciais se desenvolvam com intensidade. Mesmo diante desta realidade, o transporte fluvial não é priorizado como um dos principais focos de investimentos socioeconômicos, cujos investimentos públicos inexistem para o desenvolvimento desses transportes que fazem parte do cotidiano da maioria dos Amazônicos.

### **3.1.4 Situação Fundiária e “Demandantes de Terras” – Itacoatiara e Silves.**

A situação fundiária no município de Itacoatiara é bem singular quando comparada com a realidade encontrada em outros municípios pesquisados. Sem dúvida, o processo de mobilização encontrado entre os próprios moradores “demandantes de terras” é algo peculiar, tendo em vista a relativa ausência dos segmentos populares nos movimentos do Estado do Amazonas. Esta perspectiva tem favorecido significativamente o grupo de trabalhadores rurais organizados para a busca pela terra por meio da ASSOPRAS – Associação dos Produtores Rurais de Silves<sup>4</sup>.

Grande parte dos trabalhadores rurais “demandantes de terras” da Assopras podem ser considerados na condição de passivos do processo de crescimento desordenado de algumas cidades da Amazônia. Esses trabalhadores mudam com suas famílias para as sedes municipais em busca de melhorias de vida, tendo em vista a disponibilidade de serviços públicos básicos como, saúde, educação, segurança, renda e habitação. Entretanto, sabemos que os resultados desse processo migratório não é tão satisfatório assim, resultando numa serie de famílias desestruturadas, vivendo em péssimas condições de vida.

---

<sup>4</sup> A Associação dos Produtores Rurais do assentamento da AM 363 – ASSOPRAS, fundada em 12 de junho de 2001 é uma sociedade civil sem fins lucrativos, tem sua sede na estrada AM – 363, Km 48, Município de Silves.

Trata-se de uma questão bem simples: o grande abandono social vivido por estas famílias, gera grandes impasses políticos e sociais, ocasionando inúmeros problemas nas sedes municipais desses centros urbanos. Grande parte dessas famílias não está interessada em abandonar suas terras e vidas em comunidades rurais, entretanto, necessita fazê-lo para garantir melhores condições educacionais e de habitação. Por outro lado, há uma grande ilusão na tentativa de encontrar melhores condições de vida na cidade, tendo em vista a grande demanda existente.

Em geral, o que ocorre é que a falta de serviços públicos básicos em comunidades rurais ocasiona o deslocamento destas populações para as sedes municipais, onde, supostamente, estes serviços estariam disponíveis. No entanto, estas cidades interioranas não suportam a grande demanda de trabalhadores que migram para estes lugares em busca de melhores condições de vida. Resultando, portanto, em um número de famílias significativo vivendo em condições de grande miséria.

Em Itacoatiara, este dado é perfeitamente verificado por meio das situações econômicas e sociais destacadas pelos moradores pertencentes a ASSOPRAS, uma vez que estes reivindicam lotes de terras para garantir o sustento de suas famílias, tendo em vista as dificuldades de obtenção de renda na cidade. Grande parte desses moradores são ex-funcionários das empresas madeireiras que faliram na cidade, estão, portanto, na condição de desempregados ou prestadores de pequenos serviços. Na mesma proporção que estes trabalhadores foram atraídos para cidade para obter uma melhor renda com empregos nas empresas situadas no local, agora são excluídos do mercado de trabalho que gira em torno do funcionalismo público. Segundo um morador:

Essa associação surgiu de um grupo de pessoas que não tinha trabalho, nem terra para cultivar na cidade, como tinha uma experiência de associação, em comunidade por parte dos meus pais, a partir de 15 anos participava na igreja, me aprofundando em trabalhos comunitários, em movimentos, em vista desse problema organizamos um grupo para lutar pelo direito dessas pessoas a ter uma terra para

trabalhar, fundando essa associação para pleitear essa terra, conforme a ata, do jacarezinho (R. S. S., Líder Comunitário, Itacoatiara, 2008).

Sem dúvida, a situação fundiária de Itacoatiara difere, substancialmente, dos outros municípios, sobretudo no eu diz respeito a participação dos próprios “demandantes de terra” no processo de regularização fundiária. Esta diferença se dá em função da mobilização destes trabalhadores para a obtenção de terras para a produção. Como foi dito anteriormente, a situação de pobreza e baixa renda, deixada pela falência das empresas madeireiras de Itacoatiara, gerou um excedente populacional que não possui condições mínimas de sustento. Ainda que estas pessoas possuam pequenas áreas de terras onde estão construídas suas casas em bairros pobres de Itacoatiara, há, claramente, uma situação de grande descontentamento com relação a renda e geração de emprego. Atualmente, grande parte dos trabalhadores entrevistados afirmou não possuir nenhum vínculo empregatício, sendo que estas pessoas garantem o sustento de suas famílias com a prestação de serviços, os famosos “bicos”. De acordo com um representante político do município:

[...] pois foi criado pelo município essa migração, com a criação de falsa possibilidade de emprego, os trabalhadores da ASSOPRAS tinham terras e venderam suas terras para vir trabalhar nas madeireiras, ou seja, a responsabilidade indiretamente é do município, nós temos a obrigação de minimizar esse prejuízo, sendo nos assentamentos, para devolver o mínimo de social para essas pessoas (F. R. P. A. Representante político de Itacoatiara, 2008).

De acordo com o entrevistado, a situação de migração dirigida destas famílias acabou em uma grande frustração quando as empresas madeireiras faliram na cidade, criando inúmeros problemas de ordem demográfica, entre os quais: a demanda pela terra. Na condição de desempregados e passivos do projeto de desenvolvimento da Amazônia, os trabalhadores de Itacoatiara sentiram a necessidade de retomar o trabalho agrícola, para que, deste modo, pudessem criar melhores condições de vida para suas

famílias. Assim, iniciaram no ano 2000 o projeto de mobilização dos trabalhadores rurais para a obtenção de novas terras.

Com cerca de 9 anos de existência, a ASSOPRAS (ver figura baixo) tem desenvolvido inúmeras atividades e movimentos no sentido de conseguir novas áreas de terras para abrigar famílias marginalizadas no mercado de trabalho. Inicialmente, as atividades de mobilização estavam vinculadas a comunidade chamada de Jacarezinho, esta comunidade que ocupava áreas de terras pertencentes a comerciantes locais, deu início ao projeto de regularização das terras. Entretanto, esta mobilização não obteve resultados positivos, sendo que seu verdadeiro proprietário obteve resultados favoráveis juridicamente. Deste modo, a única alternativa consistia na busca de novas áreas de terras em outras localidades e até municípios.



**Figura 40** – Reunião com membros da ASSOPRAS

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

A formalização política e organizada da criação de um assentamento rural obteve resultados positivos em Silves, tendo vista a disponibilidade de áreas pertencentes ao Estado para fins de reforma agrária. A área indicada para a implantação do assentamento está localizada no Km 48 da AM – 363, chamada estrada de Várzea, ligando Silves a AM 010 (ver figura abaixo). Na área está localizada a comunidade São João, na qual estão situadas poucas famílias que vivem da produção agrícola.



**Figura 41** – Área da estrada AM 363  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Diante da possibilidade da construção de um assentamento rural na área, houve um enorme projeto de mobilização dos trabalhadores rurais membros da ASSOPRAS. Esta mobilização se deu, sobretudo, no planejamento e execução de algumas atividades que seriam o ponta pé inicial na consolidação deste projeto. Entre estas atividades podemos destacar: a definição de uma lista de 100 (cem) beneficiários, construção do projeto de assentamento adequado as necessidades destes trabalhadores, início das atividades de ocupação da área (limpeza, abertura de ramal, definição de lotes).

Em Itacoatiara há um caso atípico no processo de regularização fundiária, que está vinculado ao fato dos próprios moradores atuarem como idealizadores do projeto de construção de um assentamento. Na maioria dos municípios estudados esta realidade ainda se encontra vinculada a uma prática paternalista e clientelista. Não podemos afirmar que em alguns setores esta perspectiva também não esteja presente na realidade local, entretanto, o grande diferencial é que os sujeitos “demandantes de terras” participam de modo significativo da construção do projeto. Na figura abaixo está indicado o desenho do projeto de assentamento:



**Figura 42** – Croqui do projeto de assentamento em Silves  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009.

Como é possível observar na figura acima, há uma divisão entre a área de moradia e a área de produção. Na área localizada próxima a estrada será construída uma Agrovila, na qual serão divididas áreas de moradia entre 100 famílias. A agrovila será dividida por quatro ruas, nas quais estão localizadas as residências das famílias, além das casas também serão construídos os equipamentos de infraestrutura (escola, posto de saúde, igreja, entre outros). A área localizada atrás da Agrovila serão construídos os lotes, onde serão feitas as produções, cada lote possui em média 100 metros de largura por 1.000 metros de comprimento. Tanto na área de localização da agrovila, quanto na área de produção já foram realizados trabalhos de ocupação e limpeza.

As visitas ao local pelas 100 famílias beneficiadas são realizadas 2 vezes por mês, contando com infra-estrutura de transporte e logística da prefeitura de Itacoatiara. Atualmente, os trabalhadores rurais da ASSOPRAS aguardam o próximo passo deste projeto, que consiste na assinatura dos títulos definitivos da área. Deste modo, considerando a situação de mobilização dos demandantes de terras em Itacoatiara,

buscaremos destacar os avanços obtidos nas questões agrárias nos últimos anos. Entre os quais, o projeto de descentralização política, para o qual a realidade presente em Itacoatiara é emblemática.

Sem dúvida, a questão agrária constitui um dos maiores exemplos da natureza conservadora do chamado desenvolvimento brasileiro. Embora esta seja ainda uma realidade velada, não podemos desconsiderar que algumas práticas permanecem carregadas de intenções frustradas. Muitas mudanças podem ser observadas neste desenvolvimento brasileiro, no entanto, o sistema de propriedade da terra não se modificou. Ademais, as transformações produtivas contribuíram ainda mais para o agravamento da situação. A pequena produção, voltada prioritariamente para a subsistência, foi eliminada em algumas áreas do país, expulsando pequenos produtores para os centros urbanos (BUAINAIN & SILVEIRA, 158:2000).

Alguns dos pequenos munifúndios que sobreviveram à especulação hoje estão na condição de lugar de moradia e não mais como unidades de produção. Segundo os autores: “Os excedentes populacionais são rapidamente *escoados* para os grandes e médios centros urbanos, onde são rapidamente absorvidos em condições de vida miseráveis (BUAINAIN & SILVEIRA, 158:2000)”. Este fator está presente, sem dúvida, em muitas realidades interioranas do Estado do Amazonas, tendo em vista as dificuldades já apontadas anteriormente. Em Itacoatiara, o excedente populacional é oriundo de associações e sindicatos locais, o que tem contribuído para a permanência destas pessoas na busca pela terra.

Considerando esta perspectiva, buscaremos resgatar a proposta apontada pela Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra - ANOTER, com vistas a fundamentação de uma política de descentralização da reforma agrária no Brasil. Para isso, tomaremos como referência o documento elaborado pelo Ministério Extraordinário

de Política Fundiária – Diretrizes do Processo de Descentralização da Reforma Agrária.

Segundo Antônio Bezerra Peixoto:

O novo papel do governo estadual, para a execução de um plano nacional, é aqui entendido como descentralizado e facilitador da participação, visto como um processo organizado, consciente e capaz, que implica em livre manifesto de opinião e decisões sobre os destinos daqueles que fazem parte do processo da reforma agrária (PEIXOTO, 145:2000).

De acordo com o autor a ANOTER entende que a reforma agrária deve ser entendida como uma política de longo alcance, gerando uma série de mudanças que não se limitam distribuição fundiária, mas estão intimamente vinculadas as mudanças na relação homem-terra e nas próprias relações sociais no campo. Portanto, a reforma agrária não pode ser entendida como simples distribuição de terras em ações isoladas de regularização fundiária. Em função disso, a descentralização surge como um procedimento democrático que estabelece responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública. Trata-se de um processo de transferência da autoridade e do poder decisório do governo federal para os governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada.

Essa realidade é percebida na situação estudada no município de Itacoatiara, uma vez que um grupo de trabalhadores reuniu-se para a formação de uma instância representativa para consolidar a busca pela terra. Caracterizando um processo de transferência aos novos sujeitos sociais a capacidade de decisão e autonomia de gestão. Para Peixoto (2000), essa participação da sociedade civil no processo de descentralização está diretamente vinculada à implantação de assentamentos, onde é possível encontrar maior organização entre “demandantes”. Nesse processo, o governo do estado deve atuar como facilitador. Segundo um dos representantes da ASSOPRAS:

O nosso ideal é que cada família tenha um pedaço de terra para sobreviver, agora, o que vamos acatar é aquilo que os órgãos ambientais nos impor. Se temos que desmatar meio hectare, vamos concordar para desmatar somente meio hectare. A nossa intenção é ter

uma terra para morar. São pessoas que vivem de aluguel, morando com pai e mãe, vivem vendendo picolé, vendendo banana para sobreviver [...] (R. S. S., Líder Comunitário, Itacoatiara, 2008).

Ainda que estas pessoas estejam motivadas por um fim imediato – o acesso a terra – sabemos que elas percebem o papel que podem desempenhar nesse processo, haja vista a mobilização realizada, arduamente, para o alcance deste objetivo. Ainda que o projeto político de construção do assentamento rural em Silves carregue as marcas de uma política assistencialista e paternalista, não podemos deixar de destacar a atuação destas pessoas na efetivação deste objetivo. Sendo que em cada passo dado em direção a implantação do projeto está materializada a busca cotidiana de resolver os pequenos dilemas que emperram este propósito. No trecho a seguir um líder da associação destaca os elementos fundamentais para sustentação deste projeto:

Em primeiro lugar, penso eu, que tenha recurso para as famílias que vivam lá. Se for projeto de extrativismo que se dê condições para o que tem lá viver, tenho certeza que essas pessoas com uma boa organização eles podem fazer aquilo que foi estabelecido. Hoje em dia as pessoas pensam que o assentamento é um bicho, antigamente, poderia se pensar assim, mas hoje, com trabalho de base, sabemos a quantidade que temos que desmatar, o que podemos fazer com a floresta e o que não podemos fazer (R. S. S., Líder Comunitário, Itacoatiara, 2008).

A construção de um projeto coletivo representa a possibilidade de formação política como ponto de partida para estes sujeitos sociais, este desenvolvimento se dá no reconhecimento crítico e sistemático da prática cotidiana. Trata-se, portanto, de destacar métodos, procedimentos e técnicas que propiciem o autodiagnóstico da realidade, para que possam ser formuladas ações transformadoras dentro do próprio movimento. Tomando como ponto de partida a participação crítica e consciência da classe trabalhadora, a ANOTER propõe uma *política agrária nacional* pautada nos seguintes princípios:

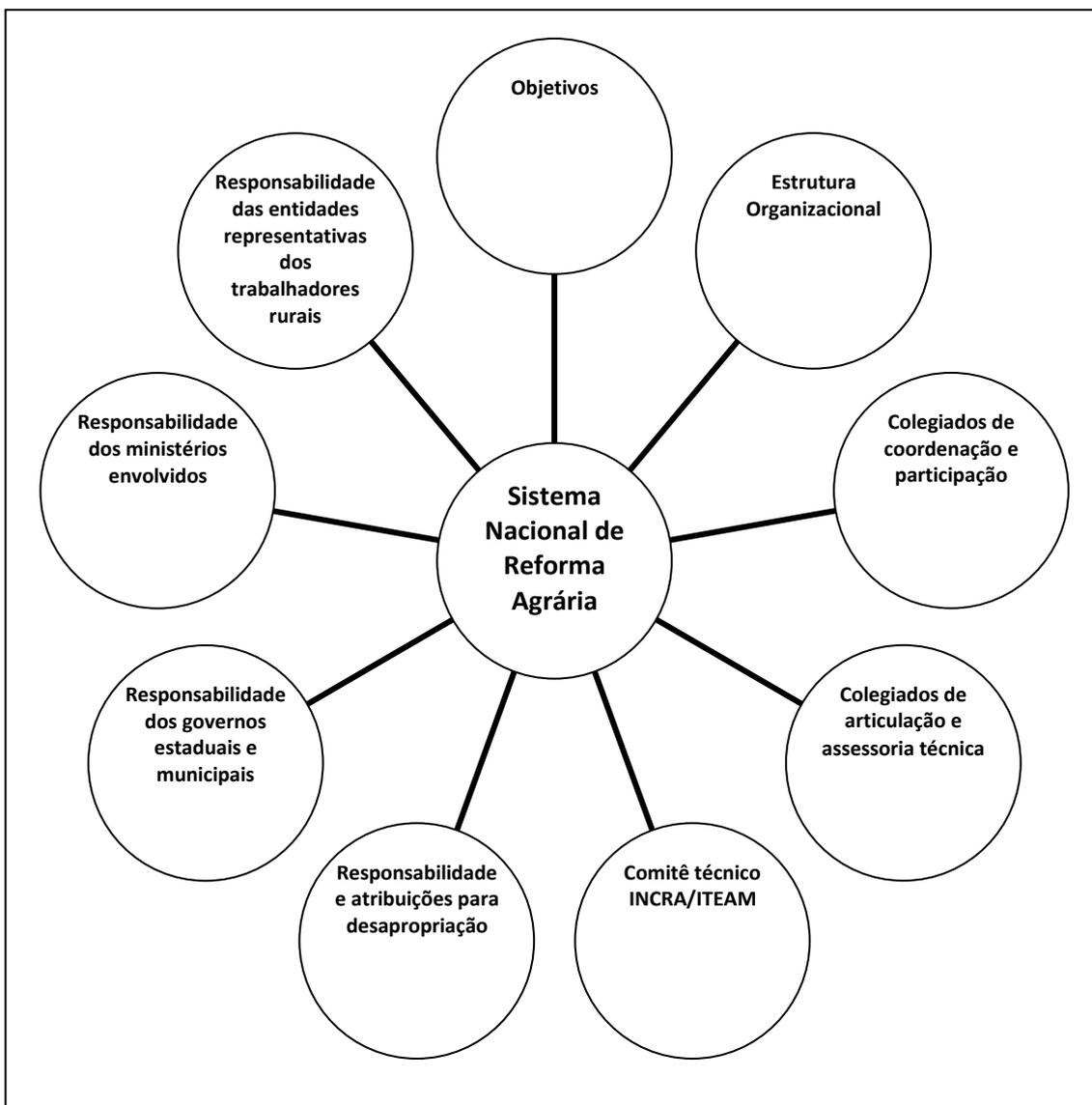
<b>PRINCÍPIOS</b>	<b>Fundamentais</b>	<b>Utilização</b>	<b>Administração</b>
	a) A ação agrária deve considerar a função social da terra. A descentralização deve ocorrer no contexto de uma política agrária nacional	a) A utilização da terra deve ter como prioridade a segurança familiar.	a) Institucionalização de um sistema nacional de reforma agrária, envolvendo a união, estados, municípios e a sociedade civil.
	b) Unidades básicas – família assentada e imóvel regularizado.	b) os recursos naturais devem ser direcionados para as diferentes finalidades agrícolas, pecuárias, minerológicas e agro-industriais.	b) Conselho Nacional de Reforma Agrária – órgão superior.
	c) Democratização da posse da terra e relações de trabalho justas.	c) as terras regularizadas devem ser utilizadas a partir de um plano de ação com organização comunitária e fundamentado na unidade de produção familiar.	c) Criação de um Plano Operativo Anual
	d) A terra desempenha importante papel no desenvolvimento, tornando-se um bem econômico de importante valor.	d) adaptação de tecnologias no contexto da agricultura familiar.	d) organização, implantação e manutenção de cadastro técnico de imóveis rurais pelos governos estaduais.
	c) A terra é um instrumento importante no ordenamento fundiário.		e) administração da política agrária nacional tendo como base a unidade de produção familiar.

**Quadro 2** – Princípios da Política Agrária Nacional

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Estas soluções descentralizam o processo de decisão e execução da reforma agrária, permitem a aglutinação das instituições públicas envolvidas. Trata-se construir uma co-responsabilidade na execução deste plano nacional, reduzindo a distância entre as instâncias federais, estaduais e locais. Ademais, é preciso formalizar a participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais, assegurando a legitimidade do processo, tal como afirma Antônio Bezerra Peixoto. Para isso, deve ser implementado

um Sistema Nacional de Reforma Agrária no qual deve estar previsto o seguinte conteúdo:



**Figura 43** – Esquema interpretativo do Sistema Nacional de Reforma Agrária

Fonte: PEIXOTO, A. B. O papel do governo Estadual na descentralização. In: Reforma agrária e desenvolvimento sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

Para consolidação dos princípios determinados no Sistema Nacional de Reforma Agrária foi definido o *Plano Nacional de Reforma Agrária* no qual deveriam ser destacados os seguintes pontos: integração, regionalização, descentralização, participação, linhas de ação e sustentabilidade. Com relação à *Integração*, o Plano

Nacional de Reforma Agrária deve estar contido no Plano Nacional de Desenvolvimento/Plano Plurianual. Entretanto, é preciso que haja uma *regionalização* na elaboração deste plano, tendo em vista as especificidades regionais é fundamental a participação dos Governos Estaduais e Municipais na elaboração do mesmo.

Além disso, esta *regionalização* deve estar fundamentada em uma política de *descentralização*, uma vez que a responsabilidade para a execução do projeto deve ser de todas as instituições sociais direta ou indiretamente envolvidas. Entre as instituições, é fundamental dar ênfase a *participação* da sociedade civil organizada (ASSOPRAS) no processo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação no Plano Nacional de Reforma Agrária. Trata-se não apenas de legitimar este projeto, mas de garantir o exercício da cidadania e democracia.

Para que este plano seja executado são necessárias algumas *linhas de ação* desde a elaboração até a avaliação, são elas: utilizar um procedimento moderno e descentralizado na obtenção de novas terras (desapropriação por interesse social, compra em leilões públicos, arrecadação de terras devolutas, crédito fundiário e revisão de concessões). Nesse contexto, devem ser acionadas as iniciativas privadas e agentes financeiros, definindo o papel dos beneficiários. Também deve ser regulamentada a legislação agrária vigente para a obtenção de terras (PEIXOTO, 2000:150).

Como partícipes desse processo, os trabalhadores rurais devem ser capacitados para a autogestão dos projetos de assentamento, visando melhor desempenho e definição das condições de emancipação. Para isso, devem se definidos, rigorosamente, os critérios de seleção destes assentados, sendo que estes devem ser vocacionados para a administração da unidade de produção. Quando questionados a respeito desta questão, os representantes da ASSOPRAS destacaram o interesse e motivação na realização

deste projeto, ainda que apresentem uma série de limitações referentes ao estilo de vida na cidade:

Eu nasci no interior, to acostumado com o cabo de terçado, como eu tava falando com a minha entrevistadora, até hoje como eu tô no cabo do terçado. Mas, se nós pegássemos parte dessa minha juventude que tive lá e me aperfeiçoasse numa engenharia de qualquer coisa hoje em dia eu era rico. Como eu tava falando pra ela eu tinha um bom cargo. Mas, como nós estamos numa luta, então, vamos continuar. Será um sonho pra nós viver e fazer esse assentamento pra lá com as pessoas necessitadas, como nós todos falamos e é verdade. Quando o companheiro *T.* fala e ele sempre fala isso, que ele via que tinha necessidade de cada pessoa ter um nome para conseguir um lote de terra, então é assim. Temos condições de fazer um bom assentamento (Representante da ASSOPRAS, Itacoatiara, 2008).

No entanto, sabemos que esta parceria não depende apenas da sociedade civil e da consciência política que ela tem desenvolvido neste processo. Em primeiro lugar, é preciso assegurar a responsabilidade dos governos estaduais na disponibilização de meios técnicos e financeiros para a organização e manutenção do projeto. Para implantar, de fato, o Sistema Nacional de Reforma Agrária é necessário reorientar o sistema de providência social e instrumentos que permitam a criação de políticas agrárias diferenciadas por região (PEIXOTO, 2000:151).

Por fim, a *sustentabilidade* do projeto depende da continuidade das intervenções do governo, tanto no aspecto político, econômico, social e ambiental. Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável deve ser multi-dimensional e compreender as dimensões: econômico-social, geoambiental, político-institucional e científico-tecnológico. Portanto, o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ter como eixo a busca de sustentabilidade nessas quatro dimensões.

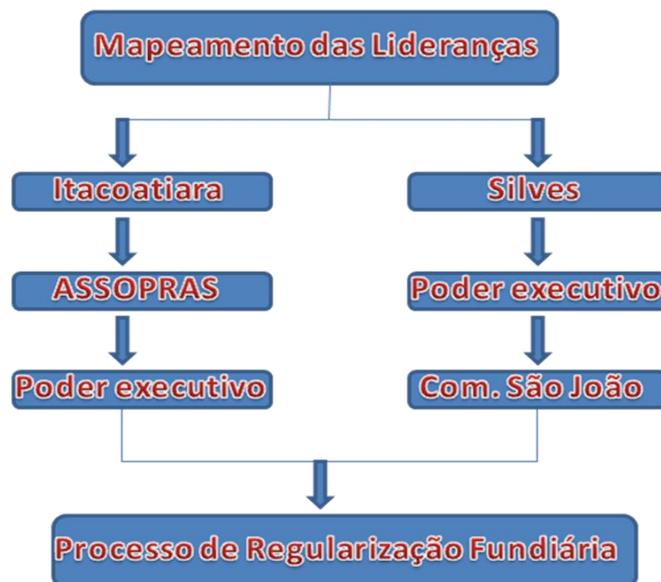
### **3.1.5 Terra e Poder: Configurações da Política Fundiária**

A demanda por terra no município de Itacoatiara gerou a mobilização entre os trabalhadores rurais do município, objetivando a obtenção de terras para as famílias de

baixa renda e desempregadas. Esse processo de mobilização foi se consolidando com a inserção das famílias locais que se encontravam com dificuldades financeiras e sociais na formação de uma associação dos trabalhadores rurais “demandantes de terras”. A superação destas dificuldades seria possível com a obtenção de novas terras para o trabalho agrícola, sendo que cada agricultor poderia dispor de uma área de terras para produzir e, assim, gerar mais renda para suas famílias.

Os interesses em comum e a busca por melhores condições de vida possibilitaram a fundação da Associação dos Produtores Rurais de Silves - ASSOPRAS, principal mecanismo para a obtenção de lotes de terras. Esta associação buscou agregar aqueles trabalhadores rurais – passivos sociais das madeireiras falidas de Itacoatiara – interessados na criação de um assentamento rural no município de Silves, tendo em vista que no município de Itacoatiara não haviam terras disponíveis para tal empreendimento.

Deste modo, buscaremos destacar estas duas conjunturas política – Itacoatiara e Silves – para compreender a configuração do poder local em suas relações com o processo de regularização fundiária, sugerido neste estudo. Na figura abaixo, buscamos destacar o mapeamento das lideranças e instituições sociais nestes dois municípios:



**Figura 44** – Mapeamento da Configuração Política e Institucional nos municípios pesquisados.  
**Fonte:** pesquisa de campo, 2008.

Tal como indicamos no item referente à situação fundiária dos “demandantes de terras”, o cenário político em Itacoatiara aponta para um processo de descentralização das decisões, transferindo as responsabilidades entre os diversos níveis da administração pública que atuma na questão da reforma agrária. Entretanto, não se trata apenas de delegar competências, mas de conferir autonomia de gestão aos diferentes sujeitos envolvidos. Sem dúvida, os assentamentos figuram como exemplos emblemáticos desse processo, na medida em que permitem a participação direta dos trabalhadores envolvidos, abrindo espaço para a conquista desta emancipação.

A descentralização deve ser vista como a transferência de autoridade e poder decisório das instancias mais elevadas para as unidades menores, o que inclui os municípios e localidades. Entretanto, a descentralização não deve ser vista como desconcentração na distribuição das responsabilidades. A descentralização pode ocorrer de formas diferenciadas, nesse caso: a descentralização Estado/Estado – a transferência do poder entre a União e o estado e entre o estado e o município; e a descentralização

Estado/Sociedade – transferência para a sociedade da capacidade de decisão e execução de atividades. Segundo Tânia Araújo:

Com a descentralização, o município, a comunidade e o assentamento (no caso da reforma agrária) devem constituir-se em catalisadores das forças econômicas e energias sociais e síntese e convergência da intervenção e atuação de diferentes instituições estaduais, regionais e nacionais (ARAÚJO, 2000:128).

Desse modo, o município deve estar conectado com a realidade mais abrangente, com a qual estabelece trocas constantes. Esta tendência isolada pode restringir a eficácia dos programas de desenvolvimento e processos globais. Toda a movimentação engendrada pela globalização não é contrária ao desenvolvimento local, o local e o global são as escalas dominantes do contexto atual. Em um sentido inverso, esta perspectiva ocorre com as imposições de políticas públicas e projetos entre regiões, nesse caso, corriqueiramente políticas aplicadas na região centro-sul do país também são aplicadas na região norte, de modo equivocado.

Em geral, as políticas públicas são realizadas de modo descentralizado, seus pontos favoráveis estão relacionados com: a possibilidade de delegar poder às classes populares; ampliação do controle social sobre as políticas públicas; as possibilidades de atender melhor às necessidades locais dificilmente percebidas em nível central; implementação de processos educativos de construção de cidadania e engajamento participativo (ARAÚJO, 2000: 129). A descentralização em si, tende a ser um processo favorável a participação, democratizando os processos decisórios.

Esta perspectiva de atuação foi percebida na Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Silves – ASSOPRAS, uma vez que seus membros passaram a participar, ativamente, dos processos fundamentais para a criação de um assentamento rural no município de Silves. Nesse contexto, os moradores de Itacoatiara participaram de várias etapas, desde a formação da associação até a obtenção de terras para a criação

do assentamento. Atualmente, os moradores estão mobilizados para o preparo da área, com limpeza e marcação dos terrenos. As instituições locais e estaduais estão envolvidas nesse processo, de diferentes maneiras:

O prefeito de Silves [Aristides Queiróz] para nos ajudar, garantiu o transporte de madeira para a abertura do Ramal [...]. Prometeu a ampliação do colégio, posto de saúde, ambulância e uma praça para o terreno que iremos nos assentar em Silves (R.S; membro da ASSOPRAS, 2008).

Diante disso, percebemos que o processo de regularização fundiária em Itacoatiara, se torna dependente de iniciativas federais que permitam a efetivação dos assentamentos e de acordos municipais que dêem continuidade ao processo já iniciado pela organização formal de Itacoatiara (ASSOPRAS), fortalecendo os laços e realizando as promessas já feitas à esses trabalhadores.

### **3.1.6 Programas/Projetos desenvolvidos em Itacoatiara**

Os programas e projetos desenvolvidos em Itacoatiara têm o objetivo de ampliar a ação social e prestar assistência à população que muito sofreu com o passivo social ocasionado pela chegada e saída das madeireiras que deixaram conseqüências profundas no município. Esses projetos visam dar apoio a população de Itacoatiara, tal como acompanhamento voltado para a saúde, educação e assistência social, com o intuito de promover a cidadania e inclusão social.

O PAI – PRONTO ATENDIMENTO ITINERANTE é um programa do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal. O objetivo principal é prestar serviços gratuitos ao povo interiorano do Amazonas, principalmente àqueles que, por falta de documentos, não têm acesso às políticas públicas.

São realizados no PAI em Itacoatiara, serviços de identificação como Registros de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Título Eleitoral e outros, além de serviços de saúde, como assistência médica, laboratorial e farmacêutica, assistência odontológica e oftalmológica.

Segundo a Secretaria do Estado do Amazonas, a meta do projeto é disponibilizar para mais de um milhão de pessoas dos 59 municípios e comunidades, diversos serviços das esferas Estadual e Federal, entre eles, a Previdência Social, agindo diretamente sobre seus benefícios. Segundo a Secretaria, o PAI pretende dobrar o número de beneficiários cujo percentual em relação à nossa população é de 6,2% enquanto a média brasileira é de 12,5%. Isto significa que podemos captar mais 176 mil benefícios para o Amazonas, melhorando o componente "renda", o mais baixo na composição do IDH.

O Programa Amazônia Sustentável consiste em atividades que possuem potencial de impacto no meio ambiente, necessitam de licenciamento prévio por parte do IPAAM, nas fases de planejamento, instalação e operação, conforme estabelecido na Lei nº 1532/82 regulamentada pelo Decreto nº 10.028/87.

Em Itacoatiara, esse programa funciona com o objetivo de se fazer o controle desses impactos de forma a minimizá-los, através do monitoramento dos usos dos recursos ambientais, fiscalização, licenciamento e educação ambiental.

A estratégia de implementação é promover a integração das ações desenvolvidas pelos órgãos do governo, com vistas à implementação sinérgica e bem sucedida no Programa Zona Franca Verde e todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

Segundo dados da Secretaria de Produção Rural – SEPROR, as suas ações consistem em:

1 Implementação e execução de projetos de proteção e uso sustentável dos recursos naturais:

A co-participação é a premissa da ação de implementação e execução de projetos de proteção e uso sustentável dos recursos naturais que, através da elaboração de projetos e planos de trabalhos que serão executados mediante a celebração de convênios e contratos, firmados com estas instituições.

A finalidade desta ação é desenvolver projetos e planos de trabalho com órgãos públicos, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada e outras pessoas jurídicas, objetivando realizar parcerias para proteção e uso sustentável dos recursos naturais, através da formalização de convênios e contratos que venham atender os objetivos do programa Zona Franca Verde.

2 Monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras:

A finalidade desta ação é ampliar o controle dos recursos naturais através do aumento das ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental das atividades com potencial de impacto poluidor e/ou degradador do meio ambiente e recursos naturais, portanto, esse é o objetivo do programa. O Monitoramento, fiscalização e o licenciamento precisam melhorar a sua abrangência em todo o Estado, a fim de exteriorizar perante a população o objetivo a que se propôs. A forma de se atingir esta meta é intensificar as atividades, principalmente em regiões do Estado em desenvolvimento com o crescimento do IDH através da implantação do Programa Zona Franca Verde.

Por ser uma atividade extremamente dinâmica, se faz necessário uma constante atualização no banco de dados do SELAPI – Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto no Meio Ambiente. Este trabalho é desenvolvido pelos técnicos do IPAAM através das fiscalizações e vistorias dessas atividades.

3 Gestão de unidades de conservação de proteção integral:

A ação de gestão de unidades de conservação de proteção integral tem como objetivo estabelecer áreas prioritárias de proteção à biodiversidade no Estado para implementar projetos para a gestão de áreas de proteção integral, prevendo um plano de capacitação para os gestores e agentes ambientais voluntários das unidades de proteção integral e elaboração de um plano de divulgação das unidades de conservação de proteção integral.

### **3.1.7 Cartografias do poder local de Itacoatiara e Silves**

Devemos compreender que a lei é uma verdade “construída” de acordo com as necessidades do poder, em suma, do sistema econômico vigente. Sistema, atualmente, preocupado, principalmente, com a produção de mais-valia econômica e mais-valia cultural, tal como explica Guattari (1993). O poder em qualquer sociedade precisa de uma delimitação formal, precisa ser justificado de forma abstrata o suficiente para que seja introjetado psicologicamente, a nível macro social, como uma verdade *a priori*, universal. Desta necessidade, desenvolvem-se regras do direito, surgindo, portando, os elementos necessários para a produção, transmissão e oficialização de “verdades”. “O poder precisa da produção de discursos de verdade, como diria Foucault (1979).

Para o estudioso, o poder não é fechado, ele estabelece relações múltiplas, caracterizando e constituindo o corpo social e, para que não desmorone, necessita de uma produção, acumulação, uma circulação e um funcionamento de um discurso sólido e convincente. “Somos obrigados pelo poder a produzir verdades”, nos confessa o pensador, “somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou encontrá-la (FOUCAULT, 1979:180). Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é a lei, e produz o discurso da verdade que decide, transmite e reproduz, pelo menos em parte, efeitos de poder.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade de cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979:180).

O poder local consiste na integração e no respeito mútuo entre representantes do Estado, onde são determinantes de caráter político e fidelidade partidária. E representantes da sociedade civil que através de organizações sociais formais ou informais demonstram seu caráter político voltado a necessidades individuais que culminam na ordem coletiva.

Em Itacoatiara, as representatividades do Estado exercem um caráter político caracterizado pelo pensamento de Foucault, onde os representantes do poder local trabalham com a verdade e reconhecem os passivos históricos que o município sofreu devido à chegada e saída das madeiras, e principalmente, pela ausência de subsídios que forneçam melhores condições de vida para os trabalhadores em Itacoatiara.

A ausência de uma terra para trabalhar gera a força constante dos trabalhadores, principalmente, rurais, onde através de organizações sociais, acabam exercendo um caráter político no que diz respeito ao âmbito organizacional sendo eles formais ou informais.

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Silves – ASSOPRAS surgiu diante dessas transformações históricas que aconteceram em Itacoatiara, na qual nasceu a vontade em alguns líderes de lutar contra esse processo e encontrar parcerias que estivessem de acordo com os objetivos propostos por esses líderes. Diante disso, iniciou-se a busca por associados e parceiros institucionais que estivessem preocupados com a realidade do município e que, conseqüentemente, garantissem a efetivação dos seus anseios sociais.

Com isso, instalou-se em Itacoatiara, um processo de descentralização, onde a demanda por terra parte inicialmente da vontade dos trabalhadores rurais e de sua necessidade de obter melhores condições de vida, efetivando dessa maneira um caráter político descentralizado. Para Falleti (2006), as mudanças que as reformas descentralizadoras trazem para a distribuição de poder entre os governos nacional e os subnacionais dependem da seqüência em que diferentes tipos de reformas políticas descentralizadoras (administrativa, fiscal e política) acontecem.

Segundo a estudiosa, a teoria seqüencial da descentralização define descentralização como um processo tridimensional de política pública. A teoria leva em consideração os interesses territoriais dos políticos nacionais e subnacionais em relação a essas três dimensões. Por fim, a teoria considera o impacto de diferentes seqüências de reformas descentralizadoras no equilíbrio intergovernamental do poder.

Diante disso, o processo de democratização do campo, quando é elaborado inicialmente pelos representantes do Estado, demonstra a capacidade de centralização do poder que estes exercem sobre esses demandantes de terra. Em Itacoatiara, esse processo considerado como descentralizador, foi demonstrado através da iniciativa que esses próprios trabalhadores rurais tiveram e da capacidade de organização que estes exerceram diante da luta por melhores condições de vida através do processo de regularização fundiária.

Segundo as tipologias elaboradas por Chiriboga (1994) e Bobbio et al. (1986), o processo de democratização do campo é considerado descentralizador quando ele consiste numa descentralização administrativa ou descentralização burocrática (transferência de funções específicas aos níveis inferiores da mesma unidade administrativa e valorização das entidades locais já existentes).

Portanto, para esses trabalhadores, os acontecimentos históricos resultaram em um processo de transformação, principalmente na questão política e, conseqüentemente, social do município, pois, em um primeiro momento, para se discutir uma proposta social mais eficaz, teve que ocorrer o reconhecimento por parte dos representantes do Estado. A crise que se instalou em primeiro momento pela criação das madeireiras e, posteriormente à ausência delas, ocasionando a falta de emprego no município.



**Figura 45** – Reunião com os demandantes de terra de Itacoatiara  
**Fonte:** pesquisa de campo, 2008.

Para Germer (1994), a política define o poder como a capacidade de impor algo sem alternativa para a desobediência. O poder político, quando reconhecido como legítimo e sancionado como executor da ordem estabelecida, coincide com a autoridade, mas há poder político distinto desta e que até se lhe opõe, como acontece na revolução ou nas ditaduras.

O processo de democratização do campo para os demandantes de terra em Itacoatiara, assim como em outros municípios do Estado, incide em múltiplos interesses, e diante disso, as lideranças se configuram em uma representatividade

coletiva de um determinado grupo, e defendem argumentativamente suas posições em relação ao processo de regularização fundiária.

Em Itacoatiara, a definição de poder no âmbito da política reconhece como principal acontecimento, a fundação de organizações sociais, sejam elas formais ou informais, que discutam os problemas sociais dos municípios e executem políticas e/ou atividades emergentes que permitam o reconhecimento da classe trabalhadora, fomentando a capacidade organizacional de lideranças.

### 3.1.8. Configurações políticas e representatividade do Estado

Atualmente, o município de Itacoatiara é administrado pelo prefeito Sr. Antonio Peixoto de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores – PT, vencedor nas últimas eleições municipais de 2008 com 17.315 votos.



**Figura 46** – Entrevista com Antonio Peixoto (à época candidato a Prefeito de Itacoatiara).

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

O atual prefeito começou a sua vida política e militância na Igreja Católica em 1973, no campo da catequese. Em 1981, filiou-se ao PT, onde foi o seu primeiro e único

partido. Em 1986, foi eleito secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, onde se estabeleceu por três mandatos, primeiro como secretário geral, o segundo como presidente do sindicato e terceiro como secretário de formação.

Sua principal preocupação é a questão do desemprego em Itacoatiara, que se agravou com as dez madeireiras que foram fechadas no município em um período de dez anos, aproximadamente. A única madeireira que permanece trabalhando em terras abrangendo Itacoatiara e Silves é a Mil Madeireira Itacoatiara Ltda, localizada na Rodovia AM/363 – Estrada de Várzea.

Para Peixoto, com relação às madeireiras, sua administração não apoiará nenhuma iniciativa que não seja com certificação. A sua administração apoiará a empresa que tiver o plano de manejo e obedecer à certificação. Pois, em sua visão, o que passou deixou grandes consequências, inclusive, inviabilidade política e social. Por isso, em seu governo, pretende que essas empresas contemplem mão-de-obra local.

Diante disso, é importante enfatizar que Itacoatiara tem áreas importantes para se fazer plano de manejo comunitário. Portanto, é necessário que se inclua a parceria com outras madeireiras para que o município possa então, o município possa adotar um plano político sustentável.

Diante de tal fato, o poder público, nessa iniciativa, público-privado terá que criar condições para que o produto de Itacoatiara saia com qualidade para competir no mercado externo. Essas condições consistem no escoamento da produção, no acesso as estradas e na criação de um porto, desde que se tornem alternativas eficazes nesse processo.

Devido a esse fato, a situação de Itacoatiara se torna complexa e de difícil resolução, pois o desemprego estrutural está atrelado ao processo de desenvolvimento tecnológico do município. Com isso, uma alternativa para o desenvolvimento

econômico da região pressupunha uma possível restituição do porto, para que fosse possível ativar a vida portuária da cidade. Porém, essa alternativa está atrelada ao desenvolvimento tecnológico, e conseqüentemente, a geração de alguns empregos. Contudo, há alternativas encontradas pelo atual prefeito de Itacoatiara: “Nós temos várias possibilidades. Primeiro, nós temos que dividir a situação de Itacoatiara em três estágios: a emergência, o médio e o longo”.

O município de Itacoatiara já possui um porto graneleiro (somente de grãos). E outro porto também criado em 1970, mas que, atualmente, está deteriorado. Para os representantes do poder público local, é necessário que Itacoatiara tenha um porto que garanta condições mínimas no embarque e desembarque de cargas, pois diante disso, com a realização dessa proposta de revitalização do porto atual, possibilitaria melhores condições econômicas para o município, tendo em vista sua localização estratégica.

Outro fator importante que funciona como alternativa de revitalização da herança passiva ambiental e social que as madeireiras deixaram para o município é o fato de o setor primário ser o detentor de um papel importante nesse processo de revitalização. Para a prefeitura atual, esse fator se torna extremamente importante, pois gera a possibilidade de se obter novamente, uma busca pela humanização da classe trabalhadora rural, e o reconhecimento de suas atividades como fonte geradora de capital e cidadania para o município.

Antonio Peixoto afirma que o poder público municipal anterior não criou nenhuma iniciativa para desenvolver o setor, mas ele reconhece que sua competência é pequena, em função do baixo orçamento. Porém, afirma que diante de alternativas e parcerias institucionais estas dificuldades podem ser minimizadas e até solucionadas. Na citação abaixo indica a importante parceria do INCRA no processo de regularização fundiária do município:

Eu pretendo uma vez prefeito regularizar todas as áreas de várzea, regularização fundiária de todas as áreas de várzea através do INCRA pelo serviço patrimônio da união, incluindo estas pessoas, dando a estas pessoas o título definitivo coletivo e inserindo essas pessoas na linha de crédito (Antônio Peixoto, atual Prefeito de Itacoatiara, entrevista de campo, 2008).

Sem dúvida, a regularização fundiária é a principal maneira de incentivar o setor primário, tendo em vista a criação de um assentamento rural para os trabalhadores de Itacoatiara. Para o atual prefeito, o apoio a esse processo é imprescindível na sua gestão, pois em sua visão, não é preciso somente apoiar, mas levar os trabalhadores rurais à linha de crédito, proporcionando melhores condições de vida, e principalmente a possibilidade de em um futuro próximo, a criação de uma agroindústria.

Para o atual prefeito faltou, nas gestões anteriores, o incentivo aos produtores agrícolas locais, principalmente com relação ao processo de regularização fundiária que favorece, significativamente, estas famílias sem áreas de produção. Para ele, no Estado do Amazonas, INCRA e ITEAM terão que se debruçar para implantar o assentamento rural para estes produtores sem aplicar o modelo do assentamento de trinta anos atrás. Em sua visão, o assentamento que, por ventura, se consolidará, deverá ter todos os estudos necessários para diminuir o impacto e conseguir investir na legalização, que constitui o principal problema dessas populações que demandam terra no município.

É necessário além de estudos, que o diálogo seja favorecido pelo poder público estadual, para que, deste modo, possa haver possibilidades de novos projetos para o município, considerando que um dos principais, o Programa Luz Para Todos, segundo o então prefeito, não foi apoiado pelo poder público municipal. Em sua visão, esse apoio necessariamente precisa existir:

O município de Itacoatiara não apoiou o Programa Luz Para Todos, para isso, nós vamos trabalhar firme para que chegue a energia e a fibra ótica, e aí vai chegar a internet, a televisão. Com isso, a

agroindústria se viabilizará porque tem energia. Então nós queremos trabalhar, facilitar, incentivar.

É necessário que se evidencie a importância da instalação de uma matriz energética para o desenvolvimento da região, principalmente por se tratar de um grande incentivo ao setor primário. Nesse caso, a matriz energética, e sua consolidação devem aparecer como alternativa real para a população de Itacoatiara.

As parcerias são extremamente importantes nesse processo de regularização fundiária, além da participação das associações e cooperativas locais. A administração de Itacoatiara pretende ser pautada no tripé: poder público, iniciativa privada com os empresários da indústria e do comércio e de todas as áreas e as organizações. E para isso, é necessário o apoio dos representantes do Estado e os representantes da Sociedade Civil.

A Assembléia Municipal é formada por membros da comunidade local. O atual corpo da Câmara Municipal do município é composto de 10 vereadores sendo eles: Aluísio Ispere Netto – PR com 879 votos, Arialdo Guimarães da Silva – PPS com 941 votos, Éder dos Santos Ferreira Filho – PSL com 1.456 votos, Elenize Holanda de Almeida Weiller – PP com 1.422 votos, Francisco Rosquilde Pessoa Araújo – PT com 903 votos, Francisco Rychardson Gama Franco – PTB com 1.848 votos, Janio Pereira da Silva – PTB com 1.746 votos, José Neber Nogueira – PMDB com 786 votos, Marcondes Martins Rodrigues – PR com 1.797 votos, Raimundo Silva – PMDB com 578 votos. A comunidade tende a dar origem a forças políticas que, nas eleições, concorrem com o exercício do poder local.

Cabe destacar a participação de um vereador do município, tendo em vista sua atuação nas lutas políticas da ASSOPRAS, antes mesmo de se tornar vereador, sua participação sempre esteve atrelada a busca pela regularização fundiária e criação de um assentamento para os ex-trabalhadores das madeiras falidas de Itacoatiara..

O referido vereador em sua trajetória política pertenceu ao grupo de jovens, com o intuito de trabalhar a organização das comunidades, que deu origem as lideranças e permitiu que se originassem grandes líderes sindicais. Depois, a sua trajetória política se deu em movimento sindical e, em seguida, para a formação de um movimento político.

A sua preocupação com os passivos sociais e ambientais deixados pelas madeireiras que se instalaram no município de Itacoatiara, geraram inquietação às organizações sociais do município, e seu processo de reconhecimento e legitimidade se tornaram importantes para o encontro de uma possibilidade de melhores condições de vida para os trabalhadores de Itacoatiara e a responsabilidade dos representantes do poder local com esse passivo.

### **3.1.9 Configurações políticas e a representatividade da Sociedade Civil: considerações sobre as organizações sociais locais**

Nesse momento, é preciso abandonar a dicotomia Sociedade Civil-Estado, como exaustivamente destacamos nas seções anteriores, uma vez que buscaremos abranger a participação de um novo ente, que passou a exercer grande influência a partir da segunda metade do século XX, trata-se do poder econômico, e suas relações com as outras forças citadas acima. Precisamos considerar uma relação tricotômica de forças, representada pelo Estado-Mercado-Sociedade Civil.

O processo de redefinição do papel do Estado, mediante inúmeros processos de descentralização estatal, criou uma tendência por “menos Estado” e, conseqüentemente, “mais mercado”. E é justamente isto que favorece o fortalecimento do “protagonismo cidadão”. A expansão demográfica assustadora em algumas cidades combinada com o também crescimento dos problemas sociais e econômicos, transcende a barreira das competências dos Estados Nacionais, tanto com relação aos governos, como ao mercado.

Sem dúvida, as insuficiências que os quadros políticos demonstram na resolução dos problemas sociais, legitimam a participação da sociedade civil organizada. Não se trata de transferência de responsabilidades, mas de assumir uma responsabilidade antes não delegada. Para Campiloongo, trata-se de um momento de “crise de representação”, fomentada pela excessiva fragmentação de interesses e a perda da centralidade do circuito Governo-Parlamento.

Para o autor, as instituições representativas foram desvirtuadas no seu papel de realização de um bem comum. Isto se deve a defesa, cada vez mais acentuada, dos interesses particulares. Nesse contexto, surge o conceito de sociedade civil organizada. A sociedade passa a se organizar em grupos e defender seus interesses, e na resolução dos conflitos sociais.

Com relação a reforma agrária, afirma José de Souza Martins, esses impasses também aprisionam as sociedades atuais em uma estranha modernidade, que está vinculada aos atrasos do passado. Esta questão só será resolvida quando os particularismos, conveniências e imediatismos forem superados. Enquanto, a reforma agrária nos dividir enquanto povo, ela também nos afastará de uma suposta identidade nacional. Para o autor:

O desentendimento transforma os pobres da terra em desnecessários e inúteis heróis sacrificiais. Faz deles vítimas inocentes de interesses que não são imediatamente os seus, de prioridades estranhas às suas próprias urgências, de conflitos outros que se superpõem ao seu drama cotidiano e a sua cotidiana luta pela sobrevivência com dignidade (MARTINS, 2004:14).

Em Itacoatiara, há um contra-senso neste cenário. Pois, tomamos contato com um grupo de trabalhadores organizados em prol de um interesse comum, munidos de todos os recursos necessários para a obtenção deste interesse comum – a posse da terra. Sem dúvida, este é um dado significativo, que se diferencia dos outros municípios

pesquisados, uma vez que envolve elementos não encontrados em outras realidades, como a participação direta dos trabalhadores nas diferentes etapas de implantação do assentamento rural.

De acordo com um representante político local, o processo de mobilização comunitária teve início nos anos de 1980, mediante a participação do grupo de jovens das igrejas católicas locais, com o apoio do bispo Dom Jorge. Este bispo sempre trabalhou para a organização da juventude, com isso, criou um grupo de jovens na comunidade de Cristo Rei em Bajauari, formando várias lideranças, com o intuito de trabalhar para a organização das comunidades locais. Um dos objetivos principais da igreja era criar um Sindicato de Trabalhadores.

Nesse processo, foram criados grandes líderes sindicais, todos vindos dos grupos de jovens da igreja católica, como é o caso do atual presidente do Sindicato. Em geral, esses líderes passavam do movimento Sindical para o movimento político, vinculados aos partidos. E assim, posteriormente, este poder passou a ser administrado pelas empresas situadas na localidade, em uma nova transição de representação política do sindicato, as novas lideranças tomam o poder das mãos das empresas novamente. Neste novo momento, um dos líderes do sindicato é eleito deputado estadual, fomentando a discussão e participação do movimento em questões políticas presentes no momento, como o arrocho salarial do então presidente Fernando Collor de Melo e a ECO 92.

Entre estas questões, cabe destacar, o passivo deixado pelas empresas madeireiras, que se instalaram nos anos de 1970, quando em Itacoatiara havia vinte mil habitantes, e com a chegada das Empresas, houve um deslocamento demográfico de, aproximadamente, 80% da zona rural e outros Estados. Do ponto de vista social, essa migração forçada causou um grande inchaço no município, deixando um exército de força de trabalho reserva, considerando que o ponto forte da economia era a madeira.

Com a falência das madeireiras os representantes políticos se deram conta que não havia alternativas para o desenvolvimento econômico do município, uma vez que foram depositadas grandes expectativas nas empresas madeireiras.

Com isso, inúmeros trabalhadores ficaram desempregados e abandonados à própria sorte. Entre estes trabalhadores, podemos destacar que 70% dos membros da ASSOPRAS estão nesta condição, ou seja, são oriundos desse processo de dívida social. Até o momento de criação do assentamento, o poder público municipal não apresentou alternativa econômica que pudesse solucionar este problema. Nesse contexto, os trabalhadores rurais organizados criaram a Associação dos Produtores Rurais de Silves, com vistas o requerimento de terras estaduais localizadas no município de Silves.

#### **3.1.10 Caracterização e aspectos das organizações sociais formais**

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Silves – ASSOPRAS tem como objetivo a busca por terras para trabalhadores desempregados de Itacoatiara. Fundada, inicialmente, por 10 famílias de agricultores, para lutar pela terra do Jacarezinho. Os associados contribuem com o que podem, geralmente ajudam quando tem alguma viagem para fazer, reuniões em outros lugares que não localizados em Itacoatiara. Reúnem-se em média três vezes por mês.



**Figura 47** – Entrevista com a diretoria da ASSOPRAS

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

A associação permite a abertura para o diálogo entre os trabalhadores rurais e representantes do poder público, contribuindo para o reconhecimento da classe trabalhadora e seu processo político emancipatório. Diante disso, a criação da associação permitiu aos trabalhadores rurais uma melhor organização e a interação com o município de Silves, onde os demandantes de terra ganharam a oportunidade de serem assentados em terras de Silves, por não haver mais terras disponíveis para assentá-los em Itacoatiara.

Para os membros da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Silves – ASSOPRAS, há a preocupação em não interferir na vida dos trabalhadores rurais da Comunidade São João, comunidade localizada próxima a área de instalação do assentamento:

A nossa maior prova também é que a maioria das pessoas que fazem parte de nossa associação está com a intenção de ir pra esse assentamento são pessoas que estão desempregadas. Então, a gente vai fazer de tudo pra que a gente leve essas pessoas, mas que a gente também tenha cuidado para que a gente faça um trabalho que não vá prejudicar também a natureza e também não prejudique o trabalho dos já moradores de lá, de modo que todo mundo seja beneficiado, tanto com a terra, quanto com os seus próprios trabalhos (Entrevista coletiva com os membros da ASSOPRAS, pesquisa de campo, 2008).

Os líderes da associação preocupam-se em promover a conscientização para que não ocorra o desmatamento, a má utilização da terra ou o seu processo de esgotamento. As lideranças sabem que essas conquistas se deram ao longo dos últimos anos, são resultado de um processo histórico, mas que nem sempre é encerrado com o reconhecimento da luta da classe trabalhadora. Por isso, a associação se dedica fornecer um maior número possível de informações aos seus associados, realizando reuniões quinzenais e trabalhos coletivos:

Nós aqui temos que conscientizar esse povo, para que ele, o trabalho que ele vai fazer lá dentro é de modo que não vá prejudicar o projeto do assentamento, no caso do desmatamento, de querer viver da extração da madeira, de querer viver de outros tipos de coisas que possam denegrir a floresta. Então, nós temos todo cuidado para fazermos isso (Entrevista coletiva com os membros da ASSOPRAS, pesquisa de campo, 2008).

A idéia da criação do assentamento, mobiliza não apenas as associações comunitárias locais, mas envolve instituições governamentais e não-governamentais. Em Silves, a Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC e Associação Vida Verde da Amazônia – AVIVE são instituições que tiveram como objetivo inicial a proteção dos rios, do ecossistema, da biodiversidade encontrada na mata, na água, nos peixes. Segundo H. D. M, 38 anos, um dos representantes dessas instituições, o objetivo da ASPAC está ligado à preservação dos rios, peixes, e hoje, já se fala no manejo também.

O movimento teve início nos anos de 1990. Surgiu inicialmente através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, um movimento da Igreja Católica e através de suas conquistas, ganhou forças e expandiu até se tornar uma instituição de cunho social elevado no município de Silves e desenvolver projetos de conservação ambiental significativos para o desenvolvimento natural da região.

O projeto atual da ASPAC consiste no incentivo ao ecoturismo da região. Para gestar a Pousada Aldeia dos Lagos, na qual funciona como pólo turístico, foi fundada a Cooperativa de Trabalho Eco-turístico e Ambiental da Amazônia – COPTUR. Esse projeto trabalha em algumas comunidades como Santa Luzia do Sanabanir, Ceada, Lago Preto e Santa Maria, na qual incentivam projetos fundamentais de conservação do meio natural.

Essas organizações formais de Silves representam importantes instrumentos para o aproveitamento do potencial ecoturístico da região, tendo em vista as belezas naturais presentes no município. Diante disso, sua posição quanto ao assentamento proposto pelos demandantes de terra de Itacoatiara, parece um tanto conservadora e contrária, onde a preocupação com o meio ambiente se torna fundamentalmente essencial diante de uma política de regularização fundiária. Tal como indica a citação abaixo:

Ninguém foi contra o assentamento. [...] terá que ser um trabalho diferenciado, ou seja, de um manejo controlado, que as pessoas vão ser organizadas e vão saber o que fazer da sua área, usar aquele tanto de terra, mas bem trabalhado (A. B; ASPAC, entrevista de campo, 2008).

Como é possível observar, o processo de regularização fundiária em Itacoatiara/Silves depende de inúmeros interesses, sejam eles políticos, econômicos, ambientais e sociais. Diante desses aspectos, a configuração organizacional tanto de Itacoatiara quanto de Silves, é marcada especialmente por lideranças e parcerias, sejam elas vinculadas às organizações ou pertencentes ao poder executivo e legislativo dos respectivos municípios.

Porém, diante da realidade encontrada em Itacoatiara, tendo a ASSOPRAS como precursora do incentivo ao processo de regularização fundiária, o papel da organização formal se torna fundamental no âmbito do reconhecimento dos direitos dos

trabalhadores rurais e da participação política da sociedade no processo de democratização do poder decisório.

### **3.1.11 Caracterização e aspectos das organizações sociais informais**

A possibilidade de instalação do assentamento rural também cria outras demandas e expectativas, pois, passada esta batalha, outras necessidades surgem no cenário político. Aliás, os maiores entraves para a regularização fundiária não estão no processo de criação do assentamento, mas na manutenção deste assentamento. Afinal, inúmeras famílias passam a morar nestes locais e, portanto, demandar assistência social, política e financeira.

Em geral, o que ocorre é que estão famílias recebem seus lotes e terras e, posteriormente, são abandonas pelos governos estaduais e municipais, tal qual um peso tirado de suas costas. O problema consiste na não disponibilização de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, energia elétrica, saneamento básico), o que contribui para o deslocamento dessas famílias para as sedes urbanas próximas e, conseqüentemente, o abandono das terras ou a venda.

Deste modo, as famílias da comunidade São João, localizada na área próxima do assentamento, anseiam por melhores condições de vida com a instalação do assentamento na área. Considerando que sejam disponibilizados equipamentos públicos e uma nova perspectiva de comunidade pode ser engendrada com a mudança de inúmeras famílias para o local. Para os moradores, a chegada de novas famílias será importante para fortalecer a comunidade, uma vez que os moradores locais não permanecerão fragmentados.

Além disso, há um fator primordial nesse processo – a agricultura. Certamente, a agricultura será um dos setores mais beneficiados com a criação do assentamento, tendo

em vista os possíveis benefícios que surgirão e facilidade no próprio trabalho. Os agricultores da comunidade São João poderão contar com a parceria dos trabalhadores do assentamento, sobretudo, para as práticas de ajuda mútua (mutirão, ajuri, parceria, troca de dia), instrumentos fundamentais para assegurar a produção agrícola em comunidades rurais na Amazônia. Na figura abaixo, reunião com os moradores da comunidade São João, na estrada da Várzea:



**Figura 48** – Reunião com membros da Comunidade São João

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Estas atividades (mutirão/puxirum/ajuri, parceria/meia e troca de dia) não são realizadas pelos demandantes de terra de Itacoatiara, uma vez que estes não possuem áreas de terra para produção. Porém, no município de Silves, essas atividades não são desenvolvidas porque necessitam de uma organização mais forte, trabalhando na comunidade, desenvolvendo essas atividades e capacitando os trabalhadores rurais. Segundo uma liderança local:

Eu acho que se tivesse alguém pra me ajudar seria melhor. Por isso que eu to interessada que esse povo venha pra cá. Porque eu quero que no meio desse grupo, venham para cá pessoas interessadas pra gente tocar as coisas pra frente, pra fazer alguma coisa. Porque os que já

estão aqui, não se interessam (Liderança local, Comunidade São João, pesquisa de campo, 2008).

Em Itacoatiara, a situação é inversa, os demandantes de terra não possuem uma terra para trabalhar, mas necessitam de um local para desenvolver as suas atividades dentro das organizações formais, com o intuito de ampliar essas atividades coletivamente, e principalmente atuando em forma de parcerias. Segundo a diretoria da ASSOPRAS:

Se for um trabalho coletivo, nós estamos prontos para trabalhar coletivamente e se for individual, eu posso trabalhar num hectare, o outro parceiro trabalha em outro, de forma que no final a gente trabalhe em conjunto. Nós vamos criar grupo de pessoas, dez pessoas amanhã trabalham pra um, depois mais dez trabalham pra outro, um grupo que organize dessa maneira, pra nós é importante assim. Temos que ter essa organização, pra podermos desenvolver com forças o assentamento (Entrevista coletiva com os membros da ASSOPRAS, pesquisa de campo, 2008).

Segundo Brown e Barnett, o conceito de organização social parte da constatação de que grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação e troca, isto é, por uma série de deveres e direitos (privilégios) recíprocos, aceitos e praticados por eles. A organização social refere-se aos sistemas de relações de obrigação que existem entre os grupos que constituem determinada sociedade. Distingue-se da estrutura social que se refere à colocação e posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação.

A organização social é uma qualificação dada às entidades privadas sem fins lucrativos (associações, fundações ou sociedades civis), que exercem atividades de interesse público.

Segundo Barbosa (2006), normalmente, o que motiva o ser humano a se organizar é a necessidade de enfrentar desafios. E os processos de organização social no

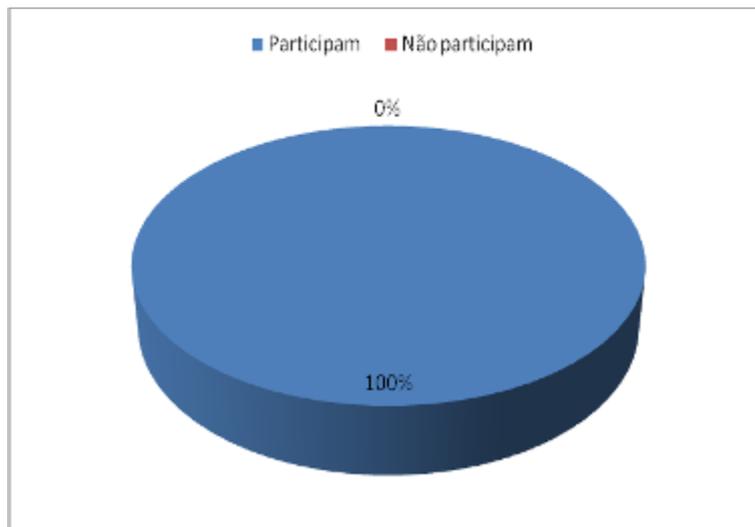
campo estão em grande parte relacionados ao enfrentamento de desafios. Tais desafios podem ser entendidos sob diversas formas: luta pela terra, reivindicação de crédito e assistência técnica para a produção, melhoria da infra-estrutura (estradas, eletrificação), garantia dos serviços sociais básicos (educação e saúde), dentre outros.

Em Itacoatiara, os trabalhadores rurais demandam não apenas por terras, mas por condições de melhores de infraestrutura, e isso consiste em condições mínimas, porém necessárias para o desenvolvimento do próprio assentamento. Essa infraestrutura também consiste em escoamento da produção, algo extremamente necessário para o progresso do assentamento e da produção do mesmo.

A necessidade que os trabalhadores de Itacoatiara tiveram em obter um local para trabalhar e dele tirar o seu sustento, resultou da união de determinado grupo com os mesmos interesses, e foi através da organização social que eles encontraram meios para superar os empecilhos.

Para Barbosa (2006), as necessidades imediatas da população no meio rural são elementos que favorecem o surgimento de uma organização social. De modo contraditório, essas necessidades imediatas, uma vez atendidas, ou seja, mesmo que o desafio seja superado de forma incompleta, podem levar ao enfraquecimento ou total paralisação de uma organização social.

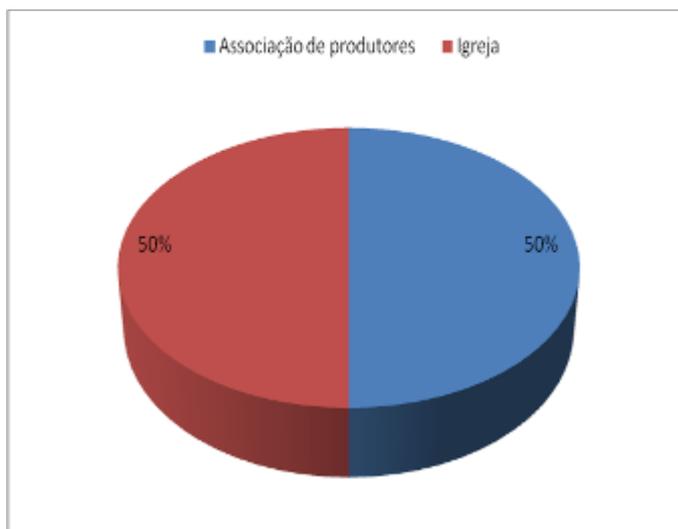
Observamos que há bastante participação em organizações sociais formais, principalmente com os sujeitos da pesquisa, onde a participação se dá em 100,0% dos entrevistados. Esse caráter participativo é efetivado através da contribuição que a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Silves – ASSOPRAS, exerce sobre os trabalhadores rurais “demandantes de terras” do município. Ver figura abaixo:



**Figura 49** – Indivíduos que participam de organizações formais em Itacoatiara (%).  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Essa associação nasce com o interesse de resgatar o passado histórico do município, que foi marcado por passivos sociais e ambientais, onde teve início com a chegada de madeireiras e posteriormente com a ausência delas. Para muitos trabalhadores rurais significou um processo de desintegração econômico e social dessa classe.

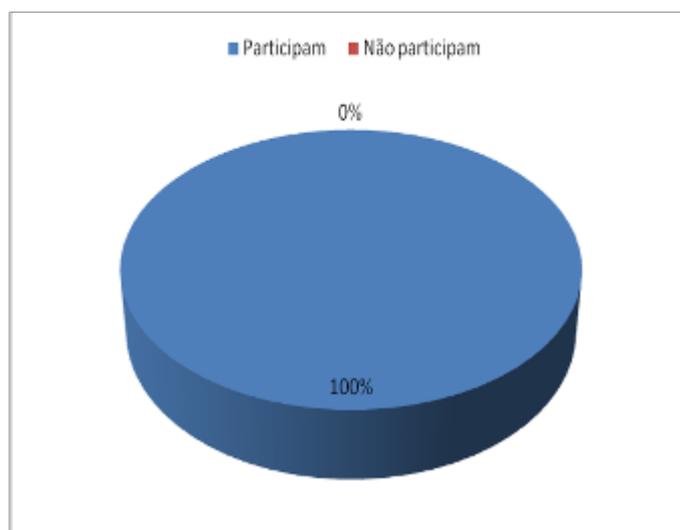
No entanto, não é essa única participação que verificamos no município. A presença da religião também é determinada como organização social, e em Itacoatiara ela representa 50,0% dos entrevistados, onde 50,0% também participam da associação de produtores de Itacoatiara. Ver figura abaixo:



**Figura 50** – Tipos de associações sociais formais em Itacoatiara (%).

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

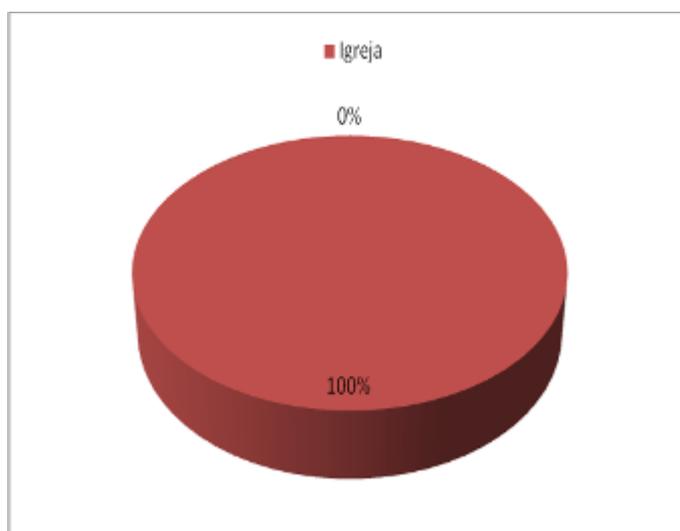
É extremamente importante a participação dos trabalhadores rurais da Comunidade São João, no caso, os sujeitos da pesquisa. Os resultados apresentados no município de Itacoatiara quanto a participação em organizações sociais formais não se diferencia em Silves, onde aparece 100,0% dos entrevistados como participantes desse tipo de organização. Ver figura abaixo:



**Figura 51** – Participação em organizações formais em Silves (%)

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

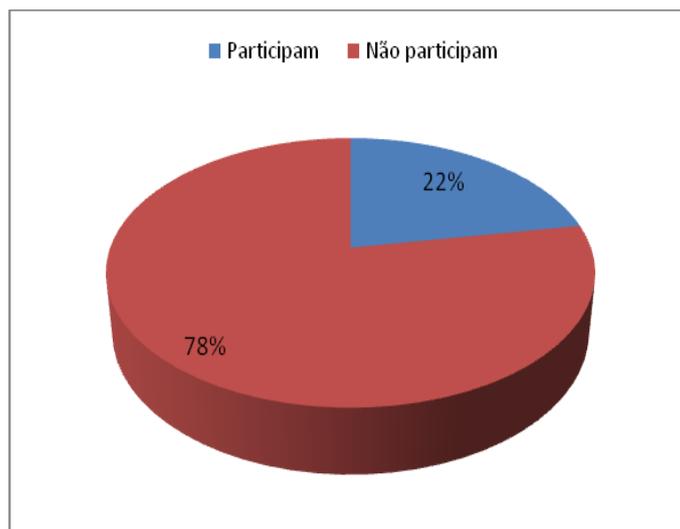
Porém, esses resultados se diferem no tipo de organização. Em Silves, falta participação dos trabalhadores rurais em outras atividades além da igreja, que na comunidade representa 100% dos entrevistados. Ver figura abaixo:



**Figura 52** – Tipos de associações sociais formais em Silves (%).

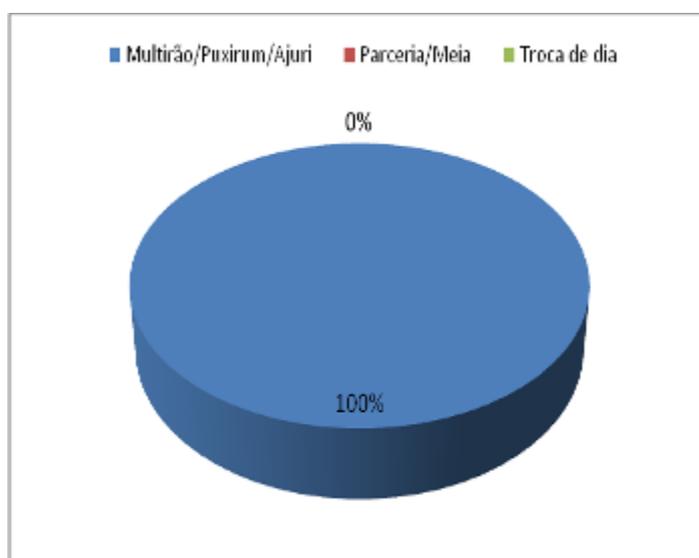
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Em Itacoatiara, a participação em organizações sociais informais é pequena, apenas 22,0% participam, enquanto que 78,0% não participam, tendo em vista que trabalhadores “demandantes de terras” não possuem terras para trabalhar na cidade, já que no município não existe a possibilidade de se conseguir terra para essas atividades produtivas. Porém, diante desses resultados, não se pode afirmar que os demandantes de terra não possuem as organizações sociais informais, entretanto, essas atividades são desenvolvidas de outros meios. Ver figura abaixo:



**Figura 53** – Indivíduos que participam de organizações informais em Itacoatiara (%).  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

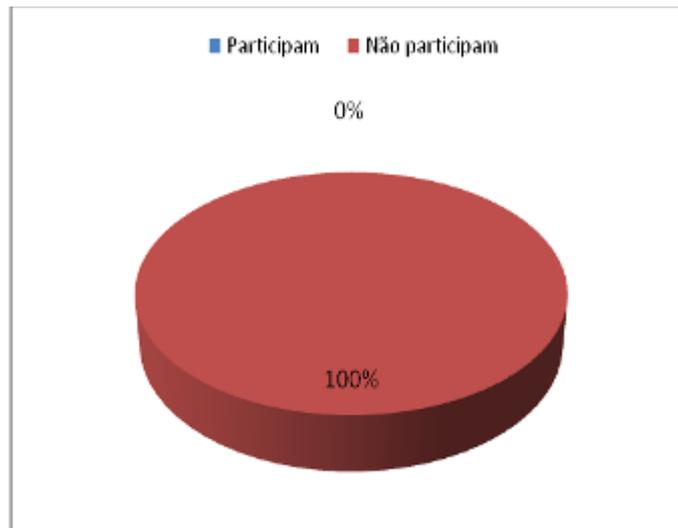
Dentre essas atividades informais, destaca-se o Mutirão/puxirum/ajuri, que consiste na atividade de organização efetivada por 100% dos entrevistados. Ver figura abaixo:



**Figura 54** – Tipos de associações sociais informais em Itacoatiara (%).  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Segundo um representante política da comunidade São João, a falta de participação dos moradores da comunidade nas atividades sociais é significativa, e isso

gera uma grande preocupação com relação ao desenvolvimento de organizações sociais na comunidade. O mesmo afirma que já tentou desenvolver atividades, mas não conseguiu êxito em nenhuma tentativa. Como é possível observar nas entrevistas realizadas. Em Silves, 100,0% dos entrevistados não exercem nenhuma participação em organizações sociais formais. Ver figura abaixo:



**Figura 55** – Indivíduos que participam de organizações informais em Silves (%).

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2008.

Em sociedades tradicionais, a participação em organizações sociais informais representa a possibilidade de melhores condições de vida. Segundo Franciosi (2006), o espírito de equipe e união inseridas na filosofia do cooperativismo é transferido ao trabalhador que passa a se valorizar e se tornar braço forte nas ações coletivas. A justa retribuição ao cooperado por sua participação no processo produtivo e a sua inserção e co-responsabilidade nas atividades organizacionais, cria um ambiente propício e terreno fértil para o desenvolvimento conjunto da comunidade.

## CONCLUSÃO

A análise sobre poder e liderança nos Municípios de Anori, Silves e Itacoatiara, compreende no primeiro momento como a necessidade que determinados grupos sociais tem de organização, e dessa maneira, obter a possibilidade de consolidação de seus interesses coletivos. Pode-se afirmar então que o grupo social num determinado contexto se consolida quando um conjunto de indivíduos age de maneira coordenada e recíproca, onde cada membro leva em consideração a existência dos demais.

A partir dessa compreensão, percebemos no município de Anori que a necessidade de uma organização social formal é de suma importância para a realização dos anseios dos trabalhadores rurais. Diante disso, no município, percebemos a ausência dessas organizações, que estejam voltadas para a vida no campo. No entanto, os trabalhadores rurais se organizam, mesmo que informalmente e realizam atividades como Puxirum, Troca de dia e outras formas de organizações informais voltadas para o trabalho no campo.

No município de Silves, esse processo ocorre de maneira inversa. Entre os trabalhadores rurais que moram no terreno do futuro assentamento, as organizações sociais ainda não se consolidaram. Diante desse fato, portanto, percebemos a importância do deslocamento dos trabalhadores rurais que são de Itacoatiara e que demandam por terras para labutar.

Esse grupo de trabalhadores de Itacoatiara, no que se refere a organização, está mais a frente que os trabalhadores de Silves. Muitos não desenvolvem a agricultura por não terem terras para trabalhar, já que com a instalação das madeireiras em Itacoatiara gerou um passivo social e ambiental para o município. Diante disso, não podemos falar de Silves sem citar os demandantes de Itacoatiara, que fazem parte desse quadro social agrário.

A partir desta compreensão, no que se refere ao papel das lideranças desses municípios, percebemos que a sociedade civil juntamente com o poder público local, sofre um processo de desorganização, e isso reflete nas propostas e projetos que poderiam se concretizar se a organização existisse.

Em Itacoatiara, as relações de poder que são constituídas nesta localidade, interferem nas atividades dos moradores, representando a capacidade de agir e de produzir efeitos, constituindo-se como parte integrante das lutas pela autonomia política, religiosa e econômica, contribuindo para a formação de elementos constitutivos da identidade individual e coletiva.

Neste sentido, o processo que é tomado como princípio fundamental no poder é a participação das comunidades nos processos de decisão na resolução dos problemas que envolvem determinado âmbito local. No caso de Anori, Silves e Itacoatiara, esse problema relaciona-se com a questão fundiária.

Portanto, os demandantes de terra em todo seu percurso histórico também estão sendo resistentes mesmo com os conflitos sociais, políticos e culturais que enfrentam. Porém, mesmo diante desse processo, os trabalhadores rurais continuam na luta pela preservação de suas tradições, relação de respeito, reciprocidade e principalmente integração com a natureza. Estes sempre desenvolveram seus próprios conhecimentos, processos os quais envolvem relações ligadas às atividades do cotidiano, costumes e trabalho.



## REFERÊNCIAS

CRUZ, M. J. M. *Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no Município do Careiro da Várzea (AM)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1999.

FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G. L. (orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Trad. Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003. (Coleção Antropologia).

FRAXE, T. J. P. *Cultura caboclo-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

GARCIA JR., A. *O sul: caminho do roçado (estratégias de reprodução camponesa e transformação social)*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990. (Col. Pensamento antropológico).

GARCIA JR., A. *Terra de trabalho*. Rio: Paz e Terra, 1983.

HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S; B. e MANESCHY, M. C. (org.). *No mar, nos rios e nas fronteiras: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.

IANNI, OCTAVIO. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KAUTSKY, K. *A Questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Editora FURB, 2000.

LENIN, V. I. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril, 1982.

MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2 ed; São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. 4 ed; Petrópolis: Vozes, 1990.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6 ed; São Paulo: Hucitec; Rio: Abrasco, 1999.

NAGAISHI, G. BARDIN, L. e CARDOSO, M. A. *Estratégias de comercialização para a agricultura familiar no Pará: proposta para as comunidades rurais de Praia Grande, Camurituba, Urubuéua/Fátima e Novo Paraíso*. Belém: UFPA, POEMA, NUMA, IDESP, 1998.

NODA, H. (coord.). *Pequena produção de terra firme no Estado do Amazonas*. Manaus: INPA, 2000. (Série Documentos n.º 5).

WITKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.